



Eulécia Priscila Cardoso Alves

A Institucionalização das Crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro - Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia

Estudo de caso no centro protecção social Lém cachorro.

Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

Campus Universitário da Cidade da Praia
Caixa Postal 775, Palmarejo Grande
Cidade da Praia, Santiago
Cabo Verde

21.12.12

Eulécia Priscila Cardoso Alves

A Institucionalização das Crianças e Adolescentes no Centro Protecção Social Lém Cachorro – Uma resposta do sistema de protecção a violação dos direitos das crianças na cidade da Praia.

Estudo de caso no Centro Protecção social Lém Cachorro.

Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

Campus Universitário da Cidade da Praia
Caixa Postal 775, Palmarejo Grande
Cidade da Praia, Santiago
Cabo Verde

21.12.12

Eulécia Priscila Cardoso Alves, autor da monografia intitulada A institucionalização enquanto resposta do sistema de protecção a violação dos direitos das crianças na cidade da Praia, declara que, salvo fontes devidamente citadas e referidas, o presente documento é fruto do meu trabalho pessoal, individual e original.

Cidade da Praia, Dezembro de 2012
Eulécia Priscila Cardoso Alves

Memória Monográfica apresentada à Universidade Jean Piaget de Cabo Verde como parte dos requisitos para a obtenção do grau de licenciatura em serviço social.

Sumário

O trabalho da memória que ora apresentamos incide sobre a temática da institucionalização como resposta do sistema de protecção, a violação dos direitos das crianças na cidade da Praia seguindo o formato de um estudo de caso, o trabalho teve como campo empírico o Centro Protecção Social Lém Cachorro na Cidade da Praia.

Todas as crianças deveriam ter oportunidade de viver uma infância feliz e no seio da sua família, construindo assim o acesso a um desenvolvimento equilibrado. No entanto a existência de certos condicionalismos vem destruir essa possibilidade. As várias formas de violência principalmente as ocorridas no espaço familiar, onde deveria ser um espaço de protecção e garantia máxima dos seus direitos são disso um exemplo, causando sofrimento a estas crianças que se vêem numa situação de desamparo tanto a nível afectivo como na prestação dos cuidados essenciais para a sua sobrevivência. Sendo assim torna-se necessária a procura incessante de uma solução capaz de as proteger e as colocar numa situação mais favorável, para que se desenvolvem de forma adequada. Neste sentido a institucionalização, aparece como sendo uma das medidas de garantia da convivência, de maneira provisória e excepional, quando a família ou os responsáveis pela criança/adolescente não conseguem efectivar o direito essencial a formação e ao desenvolvimento das crianças/adolescentes ou quando o Estado não actua eficazmente mediante as políticas públicas e sociais na garantia a protecção social da família.

Com o objectivo de analisar e compreender o processo de institucionalização das crianças/adolescentes no C.P.S.L.C, como factor de mudança das suas condições de vida, realizou se uma investigação que incidiu sobre um grupo de crianças institucionalizadas no C.P.S.L.C. Este grupo foi constituída por crianças/adolescentes (do sexo masculino e do sexo feminino) com idades compreendidas entre os 9 aos 17 anos de idade e suas respectivas famílias. Para a recolha de dados junto destas crianças/adolescentes recorremos a metodologia qualitativa e quantitativa, uma vez que estas apresentaram formas mais eficazes para a obtenção de informações, foi aplicada a técnica da entrevista a coordenadora do centro, e o inquérito por questionário as crianças/adolescentes institucionalizadas no C.P.S.L.C e suas respectivas famílias. Para a análise e comentários dos dados dos inquéritos aplicados aos sujeitos da pesquisa, fez-se o tratamento dos mesmos com base no programa informático

SPSS versão 15. Ainda, foram analisadas e comentadas as informações das entrevistas aplicadas aos sujeitos de pesquisa.

Com a realização deste trabalho, chegou-se a conclusão que, o Centro Protecção Social Lém Cachorro, através das suas acções desenvolvidas, tem vindo a contribuir para a melhoria das condições de vidas das crianças/ adolescentes institucionalizadas, de forma activa, e articulada com outras organizações e instituições que trabalham directa ou indirectamente nessa área, intervindo no próprio microssistema, que na maioria das vezes condiciona o desenvolvimento saudável destas crianças, devido a condição social e económica.

Palavras-chave: Criança, Adolescente, institucionalização, Protecção, Reintegração, Integração, Sistema de protecção.

Agradecimentos

A realização deste trabalho foi graças a uma enorme força de vontade da minha parte, uma dedicada e incessante busca de informação e dados que foram imprescindíveis a execução da mesma. Contudo, não seria possível sem a participação de algumas pessoas, que aproveito para agradecer com toda a minha sinceridade.

A minha família e, especialmente, a minha mãe Florentina por todo o esforço que tem feito, pela sua inesgotável compreensão, força, carinho, incentivo e amor. Pelas palavras certas quando a força parece faltar.

Ao Pai Luís, pelo incentivo e força que transmite, pela sua capacidade em transmitir o gosto pelo saber.

A tia Carla, pela paciência, compreensão, ajuda e incentivo que proporcionou ao longo desta caminhada.

A minha orientadora Marilena Baessa, por ter aceitado orientar esta monografia, por todo o apoio prestado na perspectiva teórica e prática, pela disponibilidade, pelo incentivo e compreensão que transmitiu ao longo deste processo.

Ao amigo Edson, pela compreensão, amor, carinho e troca de ideias.

Aos meus colegas e amigos, pelos momentos de mudanças e amadurecimentos compartilhados.

Um agradecimento a todos os que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Dedicatória

Dedico este trabalho do meu avô José Alves.(in memoria).

Índice

Introdução	16
Capítulo 1: Enquadramento teórico	27
1.1 Definição dos conceitos.....	27
1.2 Fundamentação teórica	33
Capítulo 2: Enquadramento legal e Institucional da criança/adolescente cabo-verdiana	55
2.1 Sistema de protecção para a infância em Cabo Verde.....	60
2.2 Protecção social	63
2.3 Justiça	64
2.4 Educação.....	66
2.5Saúde	69
2.6 Família/comunidade	71
2.7ONG´S	73
Capítulo 3: A institucionalização enquanto resposta do sistema de protecção para a infância	75
3.1 Avaliação das necessidades da criança.....	79
3.2 Princípios da instituição.....	80
3.3 Programação da intervenção.....	84
3.4 Breve abordagem dos centros de acolhimento existente na cidade da praia	84
3.4.1 Projecto Nós Kaza	85
3.4.2Centro de intervenção comunitária do Brasil	88
Capítulo 4: Estudo de caso.....	90
4.1 Caracterização geral do C.P.S.L.C	90
4.2 Objectivos do C.P.S.L.C.....	93
4.3 Actividades realizadas no C.P.S.L.C	94
4.4 Critérios de Institucionalização no centro de protecção social do Lém Cachorro	95
4.5 Apresentação e análise dos resultados	96
4.5.1. Análise da condição social e familiar das crianças acolhidas no Centro de Protecção Social de Lém Cachorro.	96
4.5.2 Situação económica dos progenitores.....	96
4.5.3 Rendimento familiar	97
4.5.4 Configuração da chefia familiar	98
4.5.5 Relação entre o nº do agregado familiar por habitação e o rendimento mensal das mesmas.	99
4.5.6 Situação habitacional	101
4.5.7 Integração das crianças no centro	102
4.5.8 – Intervenção do centro na vida familiar da criança institucionalizada.	104
4.5.9 Caracterização das crianças/Adolescentes do C.P.S.L.C	105
4.6 - Mudanças ocorridas depois da institucionalização destas crianças no C.P.S.L.C	106
4.6.1 Maus-tratos sofridos pelas crianças/adolescentes institucionalizadas.....	107
4.6.2 Aproveitamento escolar das crianças/adolescentes institucionalizadas.	108
4.6.3 Programas/serviços oferecidos pelo centro	109
.....	110
4.6.4 Análise e comentário das informações das entrevistas aplicadas aos sujeitos de pesquisa.	110

5.CONCLUSÃO	113
Bibliografia.....	117
A. Apêndices ou anexos	120
A.1 Tabela dos dados Sócio Demográficos da Criança.....	120
A.1 Tabela dos dados Sócio Demográficos da Família.....	121
A.1 Mudanças com a institucionalização das crianças.....	124
A.1 situação das crianças antes e depois da sua institucionalização no C.P.S.L.C.....	126
A.1 Questionarios	128
A.1 Questionário para crianças.....	133
A.1 Guião de Entrevista.....	136

Tabelas

Tabela 1 – Nº de alunos destribuidos por fase do sistema de ensino em Cabo Verde (09/10)	67
Tabela 2 - Jovens desinstitucionalizados mas que continuam os seus estudos	92
Tabela 3 – Nº de pessoas por agregado familiar.....	100
Tabela 4 – cruzamento entre o nº do agregado familiar e o rendimento mensal família com crianças institucionalizadas no C.P.S.L.C.	100
Tabela 5 - cruzamento entre a idade e o sexo das crianças inquirido.....	105
Tabela 6 – cruzamento do comportamento das crianças antes e depois da sua institucionalização inquiridas.	106
Tabela 7 – Integração das crianças no sistema de ensino.....	107
Tabela 8 - Maus tratos físicos sofridos pelas crianças no seio familiar	107
Tabela 9 – Cruzamento do aproveitamento escolar das crianças antes e depois da sua institucionalização	109
Tabela 10 - programas e serviços oferecidos pelo Centro as crianças institucionalizadas.....	109

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do
Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Gráficos

Gráfico 1 - Situação Económica dos progenitores	96
Gráfico 2 - Distribuição do agregado familiar segundo o rendimento mensal.....	97
Gráfico 3 – Configuração da chefia familiar	98
Gráfico 4 – Situação habitacional.....	101
Gráfico 5 - Motivo da institucionalização da criança no C.P.S.L.C.....	102
Gráfico 6 - Intervenção do Centro na vida familiar da criança.	104

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do
Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Siglas

ICM – Instituto Cabo-Verdiano de Menores;

ICCA - Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente;

C.P.S.L.C - Centro Protecção Social Lém Cachorro;

Apud - Citado por;

Et al - e outros;

S/P - Sem página;

CDC - Convenção dos Direitos das Crianças;

ONG`S - Organização não-governamentais;

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente;

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância;

DGSS - Direcção Geral de Solidariedade Social;

FICASE - Fundação Cabo-verdiano de Acção Social Escolar;

NK – Nós Kaza;

Idem - do mesmo autor, na mesma obra, no mesmo ano;

Ibidem - do mesmo autor, na mesma obra, na mesma página;

B.O – Boletim Oficial;

INE - Instituto Nacional de Estatística;

MJEDRH – Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos;

QUIBB - Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem- estar

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do
Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Introdução

O presente trabalho enquadra-se na obrigatoriedade do currículo apresentado pela Universidade Jean Piaget no final do curso de Serviço social para a obtenção do grau de licenciatura.

Verificamos que as questões referentes à infância e à adolescência gozam de carácter prioritário assegurado pela Constituição da República de 1992, objectivando o constituinte originário à protecção integral, no sentido de proteger seus tutelados da ameaça ou violação de direitos fundamentais, indistintamente de classe social.

No âmbito internacional, a Convenção dos Direitos da Criança de 1989, ratificada por Cabo-verde em 1991, no seu art.º 2º, 1, reza que os Estados-partes respeitarão os direitos ali previstos e assegurarão a toda criança sujeita a sua jurisdição, sem qualquer tipo de discriminação, independentemente de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional, étnica, política ou social, posição económica, impedimentos físicos, nascimento ou qualquer outra condição da criança, de seus pais ou de seus representantes legais. Incluídos neste manto de protecção devem encontrar-se as pessoas menores de 18 anos, salvo se nos termos da lei que lhe for aplicável, atingirem a maioridade antes desta idade.

A Doutrina da Protecção Integral criada pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança deve reger o atendimento à criança e ao adolescente, requerendo um conjunto articulado de acções por parte do Estado, família e da sociedade que vão desde a concepção de Políticas Sociais até a realização de Programas locais de atendimento implementados por entidades governamentais ou não governamentais. Tendo em vista que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e que não estão eles, por si sós, capacitados para exigir que se concretizem tais direitos, os problemas relativos à criança e ao adolescente devem ser priorizados pelo governo, família e pela sociedade.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

A partir da vigência da Constituição actual, o abandono de crianças e adolescentes à própria sorte pelos pais/ responsáveis, pela sociedade e pelo Estado é considerado violação aos direitos e garantias constitucionais.

Embora seja a legislação Cabo-verdiana reconhece que as crianças/adolescentes tem direito a protecção e garantia dos seus direitos, cada vez mais tem-se crianças em situação de risco pessoal/social vagando pelas ruas. Isso provavelmente deve-se ao fato de que a legislação é abstracta e o problema da criança e o adolescente sem atenção familiar/comunitária é concreto, havendo uma distância entre o que deveria ser e o que de fato é, que só pode ser transposta pela vontade política de toda a sociedade.

Nesse passo, cabem algumas considerações a respeito do contexto sociocultural em que se encontram crianças e adolescentes que, em sua grande maioria, desassistidos pelos familiares, necessitam da intervenção do Estado na protecção de seus direitos fundamentais. Crianças e adolescentes em "situação de risco" podem representar o resultado de um processo de exclusão social a que está submetida grande parte da família Cabo-verdiana. As desigualdades socioeconómicas formam bolsões de pobreza em torno dos centros produtivos. Esta conscientização deve embasar as atitudes e até mesmo a formação profissional de empreendedores tanto quanto dos agentes que se dedicam ao atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de risco, compensando-se a redução dos meios para seu desenvolvimento digno, sob pena de entregarmos a tutela dessas crianças ao desespero e ao crime e sermos nós mesmos suas vítimas.

As questões referentes às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal/social têm dado origem a muitos estudos e pesquisas à medida que aumenta a preocupação social acerca do tema, que se mostra actual e relevante tanto em nossa cidade como em todo o país. Sinalizam a preocupação corrente na sociedade com o rumo que tem tomado o trato dessas questões pelos directamente envolvidos e por todos os seus membros, visando analisar criticamente alternativas de actuação institucional, apontar caminhos para a diminuição das desigualdades socioeducativas, o que poderá levar a uma melhoria na qualidade de vida dessas criança/adolescentes, diminuindo os casos da delinquência juvenil, em sua maioria, ao vandalismo, tráfico e consumo de drogas, o que geraria, no futuro, resposta menos trágica nas estatísticas e mais humana na convivência social dos que habitam este país.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

A situação de risco em que vivem muitas crianças, a problemática da violência, o fenómeno das crianças em situação de rua, o trabalho infantil, a delinquência, a prostituição, os abusos sexuais, a toxicodependência, o alcoolismo, e a gravidez precoce são fenómenos com contornos preocupantes, dada às suas graves repercussões a nível individual, familiar e social dessas crianças, reconhecendo que em todos os países do mundo há crianças que vivem em condições particularmente difíceis e que importa assegurar uma atenção especial, tendo em conta a importância das tradições e valores culturais de cada povo para a protecção e o desenvolvimento harmonioso das crianças.

A criança para se desenvolver de forma equilibrada e saudável necessita de ser amada, acarinhada e atendida nas suas necessidades básicas. Além disso, o meio envolvente deve ser capaz de lhe proporcionar e permitir um desenvolvimento a todos os níveis: físicos, intelectual, emocional e social. No entanto isto nem sempre acontece, existindo desde o início da humanidade, milhares de crianças sujeitas a todo o tipo de violência.

Nesta perspectiva a institucionalização, surge com o intuito de acudir estas crianças, tentando retirar-las de meios desfavoráveis ao seu bom desenvolvimento e tentando protegê-las de um mundo conflituoso, degradante e violento.

Segundo o Relatório a análise de situação da criança e adolescente em Cabo-Verde do ICCA (2011:90)

A protecção das crianças contra a violência, exploração e o abuso sexual torna-se um componente incondicional do direito das mesmas de sobreviverem, crescerem e se desenvolverem, muitas crianças continuam sendo as principais vítimas da pobreza e da exclusão social, vivendo em situação de risco e marginalidade, tanto no seio familiar, como nos contextos externos o que compromete seriamente a sua formação e a sua integridade física e social, surgindo o centro de acolhimento como resposta a essas situações, tentando de uma forma protectora minimizar a ausência dos vínculos familiares e sociais.

Assim, a protecção vai além do combate à violência, passa pela garantia da realização integral dos direitos das crianças. Garantia essa que começa com o direito ao registo de nascimento e passa pela prevenção e combate à violência em todas as suas formas, incluindo a exploração sexual, o trabalho infantil, crianças em conflito com a lei, e fundamentalmente o direito a convivência familiar (ibidem:90).

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Portanto, proteger a criança desde a sua fase embrionária até a idade adulta passa incisivamente pelo reconhecimento da família enquanto estrutura vital para o seu desenvolvimento. Tal reconhecimento implica da parte do Estado, nas situações de enfraquecimento a responsabilidade pela protecção do vínculo entre a criança e a família, foi neste sentido que o Governo de Cabo Verde criou o Instituto Cabo-verdiano de menores em 1982 (ICM) transformado em Julho de 2006 no Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA), com o objectivo de garantir a protecção e segurança à criança, em situação de risco e alto risco, foram criadas estruturas de acolhimento (semiaberto ou fechado, na perspectiva da protecção da criança), facilitadores da sua posterior integração escolar, sociofamiliar e/ou profissional.

Neste sentido, a institucionalização como medida excepcional e de carácter provisório tem vindo a ser descrito como uma alternativa face a falhas nos contextos sociais (sobretudo no microssistema familiar) que caracterizavam previamente a vida das crianças. Na generalidade, trata-se de contextos marcados por abusos físicos, sexuais, negligencia, ausência paternal, psicopatia parental, alcoolismo e ou comportamento associal dos pais, deixando de uma forma clara que a reinserção da criança e do adolescente em sua família e na comunidade de origem constitui a meta prioritária.

O plano estratégico para a protecção da criança em Cabo Verde do ICCA (2012:9) reconhece que

As lutas mais recentes em torno dos direitos da criança e adolescentes têm incisivamente articulado infância, família e comunidade, contra os dispositivos que, a partir da desqualificação das famílias pobres, tendem a aprisionar as crianças e adolescentes em instituições de acolhimento. Fica cada vez mais claro que as políticas sociais que potencializam a protecção à infância precisam se estender de forma ampla a todos os atores do Sistema de Garantia de Direitos. As crianças e adolescentes exercitam plenamente a condição de sujeitos de direitos quando contemplados em seus contextos sociofamiliares e comunitários.

Nesta ordem de ideias somos de acordo que as Crianças/Adolescentes devem constituir prioridade inadiável da política social pois ignorar a pequena infância é comprometer o desenvolvimento da nação em todos os níveis, portanto assim como as outras camadas da sociedade à pequena infância é necessário conferir – lhes privilégios.

Justificativa

O conhecimento da realidade social cabo-verdiana, particularmente das situações específicas de crianças e adolescentes cabo-verdianos constituiu sempre a nossa preocupação enquanto estudante de Serviço Social. Este interesse nos tem acompanhado ao longo da nossa vida académica, fruto da nossa forma de ser e devido também a uma necessidade intrínseca do ser humano em conhecer o mundo que o rodeia. As crianças/adolescentes sempre foram a nossa grande prioridade.

Todavia, devido às vicissitudes da vida, não pudemos, anteriormente, dedicarmo-nos de forma profissional a esses seres que são sem dúvida o melhor da humanidade. Entendemos que é preciso dedicarmos mais à problemática desses seres magníficos capazes de fazer sobressair o melhor de todos nós. Na verdade, se cuidarmos bem das nossas crianças, teremos um país melhor, uma vez que eles são sem margem de dúvida, o futuro da sociedade cabo-verdiana.

Compreender, pois, como a nossa sociedade têm cuidado das nossas crianças, por assim dizer desafortunadas, é uma espécie de enigma que nos tem acompanhado nos últimos tempos de forma mais intensa.

Sendo assim posso dizer que a realização deste estudo deveu-se pelo facto do meu estágio curricular, decorrer no centro Protecção Social Lém Cachorro (ICCA), onde constatamos que as crianças acolhidas neste centro provinham de famílias com uma condição de vida bastante precária, o que acaba por repercutir directamente na vida das crianças, colocando-os em situações de vulnerabilidades, e levando-os a desenvolver comportamentos inadequados, violando assim os seus direitos, e privando-os de satisfazer as suas necessidades básicas.

Devido a estas e outras situações os Centros de Acolhimento surge como resposta às atuais necessidades postas pela temática das crianças e famílias em situação de risco, devendo caracterizar-se, fundamentalmente, por garantir o acolhimento imediato e absolutamente

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. transitório de crianças em situações de risco, decorrentes de abandono, maus tratos, negligência ou outros factores.

Diante deste cenário, achamos pertinente, trabalhar, como estas instituições de acolhimento tem sido uma resposta do sistema de protecção, a violação dos direitos das crianças face as fragilidades familiares e os contextos externos, na melhoria das suas condições de vida.

Objectivo geral

Tendo em conta o tema em questão, pretendemos com este estudo:

- Conhecer e Analisar o processo de institucionalização das crianças e adolescentes no Centro de Protecção Social de Lém Cachorro (C.P.S.L.C) como factor de mudança das suas condições de vida.

Objectivos específicos

De uma forma mais detalhada, pretendemos com este estudo:

- Analisar a situação social e familiar das crianças acolhidas no C.P.S.L.C
- Conhecer as acções implementadas pelo C.P.S.L.C tendo em conta o seu público-alvo;
- Analisar a pertinência das acções desenvolvidas, face aos problemas sócio- familiares enfrentados pelas crianças acolhidas no C.P.S.L.C;
- Conhecer a política de protecção do C.P.S.L.S;
- Conhecer o motivo da institucionalização das crianças e adolescentes no C.P.S.L.C.

Pergunta de partida

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Segundo Quivy e Campenhoudt (1998:31), “a melhor forma de iniciarmos um trabalho de investigação consiste na construção do problema sob a forma de uma pergunta de partida, (...) o fio condutor de qualquer Investigação.”

Neste sentido, para o nosso estudo delineamos a seguinte pergunta:

- Qual o impacto da institucionalização das crianças e dos adolescentes no C.P.S.L.C, na melhoria das suas condições de vida e respectivas famílias?

Explicitação das hipóteses

A hipótese é uma resposta provisória, com intenções de ser posteriormente demonstrada ou verificada, constituindo uma suposição admissível, ou seja é a evolução da intuição à teorização e da teoria que levará à prática.

Como resposta provisória a nossa pergunta de partida tomamos as seguintes hipóteses:

- O processo da institucionalização das crianças no C.P.S.L.C, constitui um factor de mudança nas suas condições de vida;
- As famílias das Crianças/Adolescentes institucionalizadas no C. P. S. L.C. consideram a implementação dessa política do sistema de protecção como factor da melhoria das condições de vida das crianças/Adolescentes.

Metodologia

Em qualquer trabalho científico, torna-se pertinente definir a metodologia utilizada, uma vez que ela explica de uma forma minuciosa, detalhada, rigorosa e exacta toda acção desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

A metodologia é a explicação do tipo de pesquisa, do instrumental utilizado (questionário, entrevista etc.), do tempo previsto, da equipe de pesquisadores e da divisão do trabalho, das formas de tabulação e tratamento dos dados, enfim, de tudo aquilo que se utilizou no trabalho de pesquisa.

Para a realização deste estudo, torna-se pertinente salientar que vamos recorrer ao método qualitativo, recorrendo a complementaridade do método quantitativo, para a recolha e análise das informações obtidas.

Segundo Neves e Domingues (2007: 11)

Os dados quantitativos e qualitativos se complementam, pois a realidade tem o poder de fazê-los interagir. Em outras palavras, embora nem sempre seja aceito, uma pesquisa poderá ter uma abordagem predominantemente qualitativa, mas "conviver" bem com a abordagem quantitativa de certos aspectos da pesquisa.

A pesquisa qualitativa parte-se do pressuposto que a construção do conhecimento se processa segundo de modo indutivo e sistemático, a partir do próprio terreno, à medida que os dados empíricos emergem.

Segundo Minayo (2004:22) apud Neves & Domingues (2007:18) “a pesquisa qualitativa se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.”

O investigador ao trabalhar com o método qualitativo busca na profundidade o conhecimento da realidade, ou seja busca compreender de uma forma global as situações, as experiencias e os significados das acções e das percepções dos sujeitos através da sua dilucidação e descrição, e o método quantitativo, uma vez que ela nos permite através da recolha e análise dos dados, comprovar teorias a fim de confirmar ou refutar as hipóteses.

Ainda o nosso estudo fundamenta-se no método estudo de caso, uma vez que segundo Michel (2005:55) “o estudo de caso tem como objecto de investigação uma unidade particular que pode ser uma pessoa, um grupo, um acontecimento, uma organização, uma comunidade”.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Nesta mesma linha de pensamento Gil (1999:73) acrescenta que “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo exaustivo e profundo de um ou poucos objectos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhada, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”.

Técnicas

Ao definirmos as técnicas de recolha de dados para este estudo, recorreremos a entrevista uma vez que ela, permite captar a informação desejada de uma forma directa e imediata praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos, o inquérito por questionário, uma vez que ela nos permite levantar informações a que se deve responder sem a interferência do avaliador ou pesquisador, a observação participante, e a análise documental sendo ela de extrema importância para o conhecimento aprofundado do objecto de estudo em questão.

Descrição das técnicas utilizadas neste estudo

As técnicas de recolha de informações utilizadas para este estudo são:

A entrevista centrada, uma vez que segundo Quivi & Campenhoudt (1998:18), tem por objectivo

Analisar o impacto de um acontecimento, ou de uma experiencia precisa sobre aqueles que a eles assistiram ou que neles participaram. Essa técnica permite que o investigador elabore uma lista de tópicos precisos relativos ao tema estudado, ao longo da entrevista abordará necessariamente esses tópicos, mas de modo livremente escolhido no momento de acordo com o desenrolar da conversa.

Análise documental: uma vez que o uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento dos objectos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

Segundo Minayo (2004:26) apud Neves & Domingues (2007:20) “o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais.” “Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. actividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de actividades particulares ocorridas num passado recente” (Idem:2009).

Observação participante

Segundo Gil (1999:113) “a observação participante, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada, neste sentido podemos afirmar que o observador assume, até um certo ponto, o papel do membro de um grupo.”

Segundo o mesmo autor, a observação participante pode assumir duas formas distintas:

Primeira (natural) quando o observador pertence a mesma comunidade ou grupo que investiga.

Segunda (artificial), quando o observador se integra ao grupo com o objectivo de realizar uma investigação. E nós na qualidade do observador, como não pertencemos a comunidade, optamos por realizar a observação participante natural.

Inquérito por questionário

Sendo que o inquérito por questionários permite-nos visar a verificação de hipóteses teóricas e a análise das correlações que estas hipóteses sugerem.

Segundo Quivi & Campenhoudt (1998:188) o inquérito por questionário:

Consiste em colocar a um conjunto de inquiridos geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas á sua situação social, profissional ou familiar, as suas opiniões, a sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, as suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse investigadores.

Amostragem

Numa amostra aleatória simples feita no universo de 80 crianças/Adolescentes institucionalizadas no C.P.S.L.C, seleccionamos, 26 crianças/Adolescentes e as suas respectivas famílias, cabe-nos deixar bem claro que a nossa amostra corresponde a este número, pelo facto de no C.P.S.L.C existirem 46 famílias com crianças institucionalizados,

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. sendo que cada uma dessas famílias possui cerca de 2 a 3 crianças institucionalizadas, que atinge um total de 80 crianças. Será aplicada os inquéritos por questionário as respectivas crianças seleccionadas, e as suas famílias, e ainda será entrevistada a coordenadora do centro, a psicóloga do centro e um monitor (a) por serem estes que lidam com estas crianças no seu dia-a-dia no centro.

Ainda com o propósito de facilitar uma rápida e sólida compreensão do conteúdo do nosso trabalho, achamos pertinente organizá-lo em quatro capítulos, para além de uma, introdução, uma conclusão, as referências bibliográfica e alguns anexos.

No primeiro capítulo discorreremos sobre a contextualização teórica do trabalho onde definimos os conceitos chaves e evidenciamos as perspectivas teóricas de alguns autores sobre o processo de institucionalização enquanto resposta do sistema de protecção a violação dos direitos das crianças e do Adolescentes.

No segundo capítulo abordamos, o enquadramento legal e institucional das crianças cabo-verdianas.

No terceiro capítulo discorreremos sobre o sistema de protecção para a infância em Cabo-Verde, e a Institucionalização enquanto resposta do sistema de protecção a violação dos direitos das crianças e do Adolescentes e uma breve abordagem dos centros de acolhimento existentes na cidade da praia.

No quarto capítulo, procedemos com o estudo de caso, onde vamos fazer a discussão e análise dos dados recolhidos.

Capítulo 1: Enquadramento teórico

Antes de entrarmos no enquadramento teórico propriamente dito, torna-se de extrema importância, considerarmos alguns conceitos que de uma forma ou doutra são pertinentes neste trabalho, e merecem ser realçados.

1.1 Definição dos conceitos

Criança

Segundo a convenção internacional dos direitos das crianças, adoptada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Cabo Verde no ano de 1991 “criança é definida como todo ser humano com menos de dezoito anos, excepto se a lei nacional confere a maioridade mais cedo”.

Adolescente

Por diversas razões, é difícil definir a adolescência em termos precisos. Em primeiro lugar, é amplamente reconhecido que cada indivíduo vivencia esse período de modo diferente, dependendo de sua maturidade física, emocional e cognitiva, assim como de outras contingências. O início da puberdade, que pode ser considerada uma linha de demarcação clara entre infância e adolescência, não resolve a dificuldade de definição.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a adolescência compreende

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

O período entre os 11 e 19 anos de idade, é definida como um período biopsicossocial, em que ocorrem modificações corporais e de adaptação a novas estruturas psicológicas e ambientais, que conduzem o indivíduo da infância à idade adulta. É um período em que ocorrem grandes modificações físicas, psicológicas e sociais que afectam o indivíduo.

É na adolescência que o indivíduo toma consciência das alterações que ocorrem no seu corpo, gerando um ciclo de desorganização e reorganização do sistema psíquico, diferente em cada sexo, mas com iguais complicações conflituosas inerentes à dificuldade de compreender a crise de identidade.

Costa, (1998) apud Ferreira & Batista (S/d) refere com frequência que a adolescência se inicia com as transformações fisiológicas da puberdade, não deixando de ser condicionada por factores de ordem social e cultural em interacção com o desenvolvimento biológico, intelectual e emocional, o que permite ao indivíduo a sua integração no mundo adulto

Por outro lado, termina quando o jovem atinge a maturidade social e emocional e adquire a experiência, a habilidade e a vontade, características necessárias para assumir o papel do adulto, de acordo com os padrões culturais do meio onde vive.

Segundo Muuss (1976) apud Ferreira & Batista (S/d), “a palavra adolescência vem do latim “adolescere” que significa “fazer-se homem/mulher” ou “crescer na maturidade”, sendo que somente a partir do final do século XIX foi vista como uma etapa distinta do desenvolvimento”.

A adolescência é um período de vida que merece atenção, pois esta transição entre a infância e a idade adulta pode resultar ou não em problemas futuros para o desenvolvimento de um determinado indivíduo.

Na perspectiva de Ferreira & Batista (S/d) o conceito de adolescência enquanto período particular, distinto da vida, situado entre a infância e a idade adulta não existiu sempre, só há relativamente pouco tempo foi reconhecido como um período de desenvolvimento humano. Até ao final do século XIX, a adolescência não era reconhecida socialmente pelos adultos como uma etapa do ciclo vital. Antes desta época, entendia-se que o indivíduo passava

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. directamente da infância à idade adulta sem transitar por um estágio intermediário, ou por uma fase com características tidas como diferenciadoras e significativas no plano desenvolvimental.

No entanto, apesar de não reconhecida como etapa do ciclo vital, a sua importância não é apanágio dos povos civilizados, pois, entre os povos primitivos, emprestava-se grande significação ao advento da adolescência.

Integração social

O Dicionário da Língua Portuguesa (1999) define a palavra “integração” como acto ou efeito de integrar, enquanto para Émile Durkheim (s/p), o conceito de integração tem sido usado em três sentidos:

1. Medida que um individuo se sente como membro de um grupo social por partilhar as normas, valores e crenças.
2. Medida que as actividades ou funções das diferentes instituições da sociedade se completam ou se contrariam.
3. Instituições específicas que orientam actividades de subsistemas da sociedade e promova a complementaridade.

A palavra integração é muitas vezes utilizada como sinónimo de coesão, unidade, equilíbrio, ajustamento e harmonia. Mas não é sinónimo de homogeneidade na sociedade e na cultura, já que a diferenciação é uma qualidade essencial das relações sociais. Pois, a integração social não apaga as diferenças, mas sim coordena-as e orienta-as. Ela é um processo sempre em curso e mesmo o seu produto nunca estará acabado, uma vez que é dinâmica no sentido mais lato da palavra e depende muitas vezes da percepção que o indivíduo tem da sua própria situação na sociedade onde está inserido.

Reintegração

Pode ser definida como um conjunto de meios e acções que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela falta de classe social, educação, idade, ou

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

preconceitos raciais. Ou seja é oferecer aos mais necessitados oportunidades de acesso a bens e serviços.

É de salientar que a nossa cultura tem uma experiência ainda pequena em relação à inclusão social, com pessoas que ainda criticam a igualdade de direitos e não querem cooperar com aqueles que fogem dos padrões de normalidade estabelecidos por um grupo que é a maioria. E diante dos olhos deles, também somos diferentes. E é bom lembrar que as diferenças se fazem iguais quando colocadas num grupo que as aceitem e as consideram, pois nos acrescentam valores morais e de respeito ao próximo, com todos tendo os mesmos direitos e recebendo as mesmas oportunidades diante da vida.

Ao analisarmos a palavra “reintegração”, podemos dizer que ela é essencialmente um fenómeno social. Acontece em todas as esferas sociais e com qualquer indivíduo. Uma vez que o processo da integração, implica que o indivíduo se sinta como membro de uma determinada sociedade.

Todo e qualquer Estado pretendem, em certa medida, ter todos os seus cidadãos integrados e a viver em sã convivência. Mas, sabe-se que isso é quase impossível, uma vez que dificilmente todos os cidadãos de um país comportam-se da mesma forma. Isto faz com que os Estados tenham de investir em instituições de reclusão ou de acolhimento. Na verdade, o sistema de reclusão (principalmente usado em relação aos criminosos) tem demonstrado ser insuficiente. Por isso, hoje em dia em quase todos os países do mundo pretende-se fazer a “reintegração social”, em vez do anterior modelo que era o de “correção”.

As instituições de acolhimento pretendem reintegrar os seus utentes, trabalhando na aprendizagem ou reaprendizagem social, mas isto só é possível quando as instituições conseguirem fazer um acolhimento que seja adaptado às necessidades dos seus utentes.

A reintegração é o objectivo de qualquer instituição que oferece acolhimento, sendo que a reintegração social é definida como qualquer intervenção social que tem como objectivo de integrar as vítimas de exclusão social presentes na comunidade ou nas esferas sociais. Para efectivar uma integração social é preciso trabalhar vertentes como a habitação, a educação, emprego (incluindo a formação profissional) e aconselhamento ou actividades de lazer.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

No que se refere às crianças/Adolescentes, essa integração segue normalmente uma outra via, que é a de foro psicossocial, principalmente as que se relacionam quotidianamente com fenómenos como maus-tratos e abusos de várias ordens.

Protecção

O Dicionário Universal da Língua Portuguesa da Texto Editora (1999:1128) define a palavra protecção como sendo “o acto ou o efeito de proteger; amparo; auxílio; abrigo; aquele ou aquilo que protege”. A protecção da criança é algo que ultrapassa os pais, mesmo a família mais alargada, chegando a assentar-se mais precisamente numa prerrogativa do Estado. De todo o modo, os pais devem ser os principais responsáveis pela protecção dos seus filhos. Mas, sabe-se que muitas vezes não conseguem responder à altura estes desafios que é proteger os seus filhos, obrigando o Estado ou melhor as organizações que os representam a intervir.

Ela pode ser a garantia de inclusão a todos os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou em situação de risco, decorrente da pobreza, privação do acessos aos serviços públicos básicos, e ou fragilização de vínculos afectivos, relacionais e de pertencimento social.

Ela previne situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de familiares e comunitários.

Segundo Giovanni (1998), apud Rodrigues et al (2008:27) a protecção social pode ser compreendida como:

Conjunto dos esquemas desenvolvidos e colocados em pratica pelas instituições nacionais publicas, dos esquemas criados por grupos não públicos organizados formalmente e dos esquemas assentes nas solidariedades familiares e comunitárias, com o objectivo de atenuar os efeitos negativos de diversos riscos e /rupturas.

Sistema de protecção

Constituído por um conjunto de instituições de protecção de crianças e Adolescentes – no nosso contexto, as denominadas como instituições de acolhimento com competências em matéria de infância e adolescência – que têm na base da sua actuação um conjunto de normas legais, criadas para esse fim.

Trata-se, assim, de respostas sociais que visam superar todas as limitações do sistema familiar e social ou simplesmente reforçar as suas intervenções (seus papéis) no sentido de promover a integração e protecção das crianças e jovens.

As instituições de protecção de crianças e Adolescentes cumprem uma função social: proteger crianças e adolescentes em situação de risco. Trata-se, igualmente de funções específicas na medida em que exigem determinada especialização para o seu exercício mas que têm em comum uma mesma finalidade.

Consideramos, assim, que tal como no caso da família, o não cumprimento das funções específicas destas instituições ou o não funcionamento eficaz do sistema, ou o seu não cumprimento de forma eficaz coloca em causa a protecção das crianças e jovens contribuindo para a multiplicação e perpetuação das situações de maus tratos sobre as crianças.

Institucionalização:

Segundo Formosinho et al (2004:206) a institucionalização tem vindo a ser descrita “como uma alternativa face a falhas nos contextos sociais (sobretudo no microssistema familiar) que caracterizam previamente a vida das crianças”. Na generalidade tratam - se de contextos marcados por abusos sexuais, físicos, negligencia, ausência parental, psicopatologia parental, alcoolismo ou comportamento associal dos pais.

As autoras salientam que contextos desta natureza colocam a criança em risco para o desenvolvimento de comportamentos inadequados e psicopatologias, remetendo que a Declaração dos Direitos da Criança, no seu (artigo 20º) prevê:

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

1. A criança temporária ou definitivamente privada do seu ambiente familiar ou que, no seu interesse superior, não possa ser deixada em tal ambiente tem direito à protecção e assistência especiais do Estado;
2. Os Estados Partes asseguram a tais crianças uma protecção alternativa, nos termos da sua legislação nacional;
3. A protecção alternativa pode incluir, entre outras, a forma de colocação familiar, a adopção ou, no caso de tal se mostrar necessário, a colocação em estabelecimentos adequados de assistência às crianças. Ao considerar tais soluções, importa atender devidamente à necessidade de assegurar continuidade à educação da criança, bem como à sua origem étnica, religiosa, cultural e linguística.

Sendo que um ambiente institucional estável garantirá continuidade nas relações interpessoais e facilitará a sua eventual integração na estrutura social.

1.2 Fundamentação teórica

A declaração dos Direitos das Crianças proclamada pela Assembleia-geral da Organização das Nações Unidas em 20 de Novembro de 1959, sublinha que a criança deve beneficiar “de uma protecção especial e ver-se rodeada de possibilidades e facilidades concedidas pela lei e por outros meios, a fim de se poder desenvolver de uma maneira sã e normal, no plano físico, moral, espiritual e social, em condição de liberdade e dignidade (ONU,1959) ”.

Sendo que a Convenção Dos Direitos Da Criança, no seu (artigo 19º) salienta que os Estados Partes devem tomar medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas á protecção da criança contra todas as formas de violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, incluindo a violência sexual, e ainda menciona que estas medidas devem incluir processos eficazes para o estabelecimento de programas sociais destinadas a assegurar o apoio necessário á criança e aqueles cuja guarda esta confiada. “A criança temporária ou definitivamente privada do seu ambiente familiar ou que, no seu interesse superior, não possa ser deixada em tal ambiente tem direito a protecção e assistência especial do Estado, as quais incluem, se necessário, a colocação em estabelecimento adequados de assistência as crianças” (Convenção Dos Direitos Da Criança, artigo 20º).

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Nesta sequência podemos referir que o Estado de Cabo Verde não foge a regra deste artigo, e criou o Instituto cabo-verdiano de menores em 1982 (ICM), transformado em 2006 no Instituto Cabo-verdiano da criança e do Adolescente (ICCA), órgão competente, na promoção e divulgação dos direitos das crianças, esta no que tange as crianças/Adolescentes que se encontram em situação de risco e alto risco, criou os centros de protecção e reinserção social, com o objectivo de garantir o direito dessas crianças, em espaços de acolhimento, facilitando a sua posterior reintegração escolar, sociofamiliar ou profissional.

Sendo assim para fundamentarmos a nosso estudo, recorreremos a proposta teórica de alguns autores que, de uma certa forma, abordam esta temática nomeadamente, Adelina Gimeno (2001) A família desafios e diversidades, Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano (TEDH) (Bronfenbrenner, (1979 e 1996), Formosinho (2004) a criança nas sociedades contemporâneas, Aline Cardoso Siqueira e Débora Dalbosco D'Aglio onde são tratadas as situações das crianças institucionalizadas.

Entretanto, não se pretende abordar de uma forma exaustiva, todas as reflexões, feitas em torno desta abordagem, mas sim teremos em conta algumas contribuições consideradas como relevantes.

A família presente em todas as sociedades, é um dos primeiros ambientes de socialização do individuo, actuando como mediadora principal dos padrões, modelos e influências culturais, é também considerada a primeira instituição social que, em conjunto com outras, busca assegurar a continuidade e o bem-estar dos seus membros e da colectividade, incluindo a protecção e o bem-estar da criança.

Segundo Kreppner (2000) apud Dessem, Palonia (2007:22) “a família é vista como um sistema social responsável pela transmissão dos valores, crenças, ideias e significados que estão presentes na sociedade.”

Nesta mesma linha de pensamento as autoras salientam que “a família tem portanto um impacto significativo, na determinação e na organização da personalidade, individual através das acções e medidas educativas tomadas no âmbito familiar além de exercer uma forte

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. influência no comportamento dos indivíduos, especialmente as crianças que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais.” (Idem:22)

Podemos dizer que as crianças através dos vínculos de confiança que estabelece com a família, ela toma a sua estrutura familiar, como um “espelho” para a construção da sua própria identidade de acordo com as referencias e os modos de vida de cada família, sendo que é através da família que o individuo começa em primeira mão a receber os materiais com que há-de construir o seu caminho.

Salientamos, que esta instituição é responsável pelo processo de socialização primária das crianças e dos adolescentes, neste sentido ela tem como finalidade, estabelecer formas e limites para adaptação dos indivíduos as exigências da convivência em sociedade, uma vez que ela é vista como unidade básica da interacção social dos indivíduos.

É no seio familiar que se faz a transmissão de valores, costumes e tradições entre gerações. Desde sempre, a família acaba por surgir como um lugar onde se aprende a viver, ser e estar, e onde se começa o processo de consciencialização dos valores sociais inerentes à sociedade e sem os quais esta não consegue subsistir. É neste ambiente que o indivíduo aprende a respeitar os outros e a colaborar com eles, uma vez que os valores que os indivíduos incorporam, no interior da família permanecem, durante toda a vida, actuando como base, para a tomada de decisões e atitudes que são apresentadas no decorrer da vida adulta.

Segundo Wagner, Ribeiro et al (1999) apud Dessem, Polónia (2007:23) “no ambiente familiar, a criança aprende a administrar e resolver os conflitos, a controlar as emoções, a expressar os diferentes sentimentos que constituem as relações interpessoais, a lidar com diversidades e adversidades da vida.”

Essas habilidades sociais e sua forma de expressão, inicialmente desenvolvidas no âmbito familiar, têm repercussão em outros ambientes com os quais a criança, e o adolescente interagem tais como a escola, igreja, e comunidade.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Segundo Romanelli (1997) apud Prata & Santos (2007:250) “a família corresponde a um lugar privilegiado de afecto, no qual estão inseridos, relacionamentos íntimos, expressão de emoções e de sentimentos.”

Portanto, perante esta afirmação podemos dizer que é no interior da família que o indivíduo mantém seus primeiros relacionamentos interpessoais com pessoas significativas, estabelecendo trocas emocionais que funcionam como um suporte afectivo importante quando os indivíduos atingem a idade adulta. Estas trocas emocionais estabelecidas ao longo da vida são essenciais para o desenvolvimento dos indivíduos e para a aquisição de condições físicas e mentais centrais para cada etapa do desenvolvimento psicológico.

Segundo Gimeno (2001:39) “não existe um conceito unívoco da família para todas as épocas e cultura, pelo que podemos apreciar substâncias diferenças transculturais entre os membros da família que se sentem parte dela, assim como nos papéis e funções esperados de cada um e da família no seu todo.”

Neste sentido alguns autores trouxeram algumas definições a cerca da família no sentido de facilitar a nossa compreensão em relação a este assunto.

Segundo Maxler e Mishler (1978), apud Gimeno (2001:40), a família define-se como “um grupo primário, um grupo de convivência intergeracional com relações de parentesco e com uma experiência de intimidade que se prolonga no tempo.”

Na perspectiva de Burgss (1979), apud Gimeno (2001:40) a família é uma:

Unidade de pessoas em interacção, o termo unidade reporta-se a uma realidade que vai para além das individualidades e dos laços biológicos ou legais, pois constitui uma supra - personalidade crescendo e evoluindo através do tempo, constituindo o contexto próximo, nem físico nem sociológico mas interactivo, onde o individuo se desenvolve. Também não podemos evitar que a consanguinidade e a formalização da vida em casal sejam dois elementos-chave na definição da família.

Sendo a família uma unidade de pessoas em interacção, com determinados vínculos entre eles e em constante movimento, podemos considera-la como um sistema aberto que esta em constante transformação e evolução, podemos dizer que ela é permeável a influência de outros sistemas tais como a escola, o bairro, os meios de comunicação social, a cultura, os centros de

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. acolhimento e a comunidade, assim como todos os outros sistemas com que a família interage e que irão favorecer ou dificultar qualquer tipo de mudança.

Segundo Bertalanffy (1979) et al, apud Gimeno (2001:41) “este sistema apoia uma estrutura, uma hierarquização dos seus membros, regras regulam o relacionamento entre os membros da família com o exterior.” Conhecer as regras pelas quais se rege o sistema familiar consiste, sobretudo, em conhecer o sistema. O conhecimento das referidas regras de relações familiares é, por isso, a base para compreender a família e para assumir qualquer tipo de intervenção sobre ela.

Como todo sistema, a família tem algumas funções ou responsabilidades específicas, especialmente as que estão relacionadas com as crianças/adolescentes, sendo ela o núcleo de toda e qualquer sociedade.

Segundo Gimeno (2001:54):

A família organiza a sua vida para cumprir duas funções básicas: o desenvolvimento pessoal dos filhos e a socialização. As tarefas básicas da família vão para além da criança-filha, entendidas como alimentação e saúde física indo mais além da protecção e do afecto, pois pretende-se o desenvolvimento pessoal de todos os seus membros, crianças, adultos e anciãos e a sua integração activa no meio social, com o objectivo de manter a sua própria identidade e coesão familiares.

Na linha de pensamento de Gimeno (2001:60) “A socialização é um processo através do qual o individuo interioriza as normas do seu meio sociocultural, se integra e adapta á sociedade convertendo-se num membro da mesma e sendo capaz de desempenhar funções que satisfaçam as suas expectativas.”

Embora, ela não seja o único agente de socialização, já que também a escola, os amigos, grupos formais e informais, os meios de comunicação social, os centros de acolhimentos, dentre outras.

A família influi na socialização de um modo directo, embora muitas vezes de uma forma espontânea, nem intencional, nem formal, nem plenamente consciente, actuando sempre de forma indirecta, como filtro de outros agentes socializantes.

Nesta mesma linha de pensamento Gimeno (2001:61) refere que, “ela desenvolve na pessoa um sistema de valores, atitudes, crenças, voltados aos aspectos mais importantes da vida:

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. trabalho, família, humanidade, sociedade, cultura, amizade; de forma definitiva, ela contribui de forma decisiva para criar um modo de perceber a realidade física e social e um modo de se entender a si mesma.”

A família enquanto unidade formada por membros que interagem entre si, Gimeno (2001:62) salienta que ela tem “o objectivo de manter a coesão dos seus membros, construindo uma identidade familiar própria que os aproxima entre si, mantendo um sentido de pertença que os diferencia do resto”.

Segundo Kreppner, (2000) apud Dessem & Polónia (2007:24) “a família, além de adaptar as mudanças decorrentes do crescimento dos seus membros, a família ainda tem a tarefa de manter o bem-estar psicológico de cada um, buscando sempre nova estabilidade nas relações familiares.”

Segundo o pensamento de Dessem & Braz (2000) apud Dessem & polónia (2007:24) “a família na busca por estabilidade, elas contam ou não com o suporte de uma rede social de apoio, que permite a elas superarem ou não, as dificuldades decorrentes de transição do desenvolvimento.”

A família é estruturada por relações afectivas criadas entre seus componentes, neste sentido podemos dizer que aos laços afectivos estabelecidos entre os pais e os filhos, podem desencadear um desenvolvimento saudável, e padrões de interacção positivos que podem possibilitar o ajustamento do individuo aos diferentes ambientes e contextos sociais, ou seja a partir do momento que uma criança possui o apoio parental, em nível físico, psicológico e emocional, ela consegue de uma forma saudável enfrentar as situações quotidianas, mas por outro lado, o apoio parental pode dificultar o desenvolvimento da criança, quando os pais são por vezes punitivos e coercivos nas suas atitudes perante os filhos, quando se verifica um certo desagrado familiar, podem provocar nas crianças, comportamentos de insegurança, e dificuldade de manter vínculos com outras crianças.

Segundo Leandro Maria (2001:68), “nos últimos anos, varias mudanças ocorridas no plano socioeconómico- culturais, pautadas no processo de globalização da economia capitalista,

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. vem interferindo na dinâmica e estrutura familiar e possibilitando alterações em seu padrão tradicional de organização.”

Podemos destacar a entrada das mulheres no mercado de trabalho e sua maior participação no sistema financeiro familiar, acabaram por imprimir um novo perfil à família. Em harmonia à estrutura familiar tradicional, que tinha o homem como o único provedor da família e a mulher como única responsável pelas tarefas domésticas e cuidado dos filhos, mas de acordo com as mudanças ocorridas no sector económico devido ao fenómeno da globalização este papel, ou este modelo familiar inverteu-se, tornando possível a divisão de tarefas, entre homens e mulheres na qual pais, mães, compartilham aspectos referentes às tarefas educativas e organização do dia-a-dia da família. Em muitos casos, as tarefas da casa, cuidado com os filhos, assim como a aquisição dos recursos, ficam por conta apenas da mulher e, quando possível, do filho mais velho.

Segundo Wagner (2002) & Szmansk (1992) apud D’Arroz (2008:19)

Apesar de muitas famílias compartilharem as mesmas dificuldades, a capacidade humana de superar situações difíceis e de buscar novas formas de equilíbrio, possibilita o ajustamento e estruturação de novos arranjos familiares. Séculos se passaram e com eles, mudanças significativas na família escrevem a história actual.

A família contemporânea tem criado formas particulares de organização, não mais se limitando à família nuclear (pai, mãe e filhos dos mesmos pais), mas a uma forma distinta e decorrente dos tempos modernos, onde os casais se unem e se desunem por diversas vezes e passam a conviver ou não, com filhos, frutos de antigas relações conjugais e filhos que nascem de suas novas uniões.

Na perspectiva do mesmo autor (2002) apud D’Arroz (2008:20) “até tempos atrás, a família organizava-se em torno da figura do pai, fechado em sua intimidade e com determinado padrão de educação para os seus filhos, mas ao longo dos anos vem passando por varias mudanças, e as acções de cada membro passaram a afectar os outros e vice-versa.”

Estas transformações levaram o surgimento de novas organizações familiares como o caso, da família igualitária, família extensa, família reconstituída, família recomposta, monoparentais, etc., sendo assim ela não é mais vista como um sistema privado de relações, uma vez que que as actividades individuais e colectivos estão intimamente ligadas e se influenciam mutuamente.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Uma das provas mais evidentes da existência de uma família é o viver juntos sob o mesmo tecto, isto significa que a noção de casa implica compartilhar um determinado modo de vida, constituindo o que pode ser denominado de convivência familiar.

Mas para a família pobre, marcada pela fome e pela miséria, a casa representa um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamentos dos laços afectivos e de solidariedade.

Segundo Gomes & Pereira (2005:359)

Quando a casa deixa de ser um espaço de protecção para ser um espaço de conflito, a superação desta situação se dá de forma muito fragmentada, uma vez que esta família não dispõe de redes de apoio para o enfrentamento das adversidades, resultando assim na sua desestruturação. A realidade das famílias pobres não trás no seu seio familiar a harmonia para que ela possa ser a propulsora do desenvolvimento saudável de seus membros, uma vez que seus direitos estão sendo negados.

Muitas das vezes à desestruturação familiar, sobretudo nos meios urbanos, torna-se a principal causa do desrespeito aos direitos das crianças e adolescentes. Na verdade, crianças pobres sempre foram, colocadas em situação de risco devido as próprias condições de desigualdades sociais que abatem a vida dessas crianças e suas famílias.

Sendo a família um espaço privilegiado para a protecção e integração dos seus membros, não quer dizer que no seu seio não haja conflitos, e na maioria das vezes as crianças são as principais vítimas das violências ocorridas dentro do próprio lar e nas ruas. E a sociedade cabo-verdiana não foge a regra, onde encontramos crianças, a conviver constantemente com a violência intrafamiliar como o caso da violência domestica, maus tratos físicos, negligencia, abuso sexual, crianças em situação de rua, trabalho infantil que acabam por afectar a própria convivência familiar e o desenvolvimento saudável das crianças, uma vez que as situações abusivas ocorridas no interior das famílias ainda são ocultadas, seja pela próprias famílias ou pela sociedade.

As interacções ocorridas na família que deveriam ser de apoio, compartilhamento e crescimento, muitas vezes, tornam-se um espaço de perigo e opressão, sendo, prioritariamente, um ambiente de stresse, ameaça, perigo e intolerância às diferenças e conflitos.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Segundo Moraes (2001:117) “a violência que ocorre no seio da família afecta o desenvolvimento e a vida das crianças a vários níveis: físicos, emocional, psicológico e social.” Estudos levados a cabo em alguns países mostraram que as crianças que vivem em famílias onde há práticas de violência, sofrem de transtornos de varias naturezas, transtornos emocionais e de comportamentos, com reflexos nas diferentes dimensões da vida das mesmas.

Nesta mesma linha demonstraram, igualmente, que maus tratos e relações de conflito, ambientes caracterizados por agressividade, discórdias, discussões, imortalidade, falta de respeito mútuo entre os pais, levam a ruptura afectiva, a um total degradação moral e á desintegração familiar. Todas essas situações têm consequências graves no desenvolvimento da personalidade das crianças, podendo tornar-se inseguras, agressivas, com sentimento de desvalorização e de culpa e com dificuldade de adaptação social.

A infância não é uma experiência universal de duração fixa, mas é diferentemente construída, exprimindo as diferenças individuais relativas a inserção do género, classe, etnia e história. Distintas culturas bem como as histórias individuais constroem diferentes mundos da infância.

Segundo Gamboa, apud, Da Silva (2001:285) “ser criança e viver como criança varia consoante as culturas e os grupos sociais em relação com a ideia de criança que se faz cada cultura e as condições socioeconómicas do grupo a que pertence.”

Assim, é possível pensar a infância como uma construção social que a distingue das outras categorias sociais e que caracteriza como um grupo minoritário, isto é, com um estatuto inferior em relação aos grupos dominantes (de adultos) e, portanto, em situação de exclusão da participação plena na vida social.

Não existem fórmulas universais para determinar os cuidados óptimos a proporcionar a uma criança o que equivale dizer que não se podem valorizar, por comparação, culturas, valores e saberes, que não há uma cultura melhor ou superior a outra qualquer cultura. Tem de ser tida em atenção a diversidade cultural e a sua perspectiva histórica.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

De acordo com Dias (2004:285) “a história antiga retrata o mau trato a criança em formas que hoje consideramos de grande violência: espancamentos, violações, assassinatos e o abandono.” Para ele, o conceito de maus tratos a criança surgiu relacionado com o de mau trato físico (fracturas ósseas e lesões físicas resultantes de espancamento) ou seja são todas as formas de traumatismo não acidentais infligindo nas crianças e integrou posteriormente as formas de negligência e abandono, abuso sexual e por fim a violência emocional.

No pensamento de Magalhães (2005:33) maus tratos refere

Qualquer forma de tratamento físico ou emocional, não acidental e inadequado, resultante de disfunções ou carências nas relações entre crianças/adolescentes e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder.

Na perspectiva da autora, “os maus tratos podem manifestar-se por comportamentos activos (físicos, emocionais ou sexuais) ou passivos (omissão, negligencia) nos cuidados, ou afectos, privam o menor dos seus direitos e liberdade afectando, de uma forma concreta e potencial, a sua saúde, desenvolvimento físico e psicológico.” (idem:33), seguindo este raciocínio podemos referir diferentes tipos de maus tratos que geralmente são ocorridas no seio familiar e que afecta principalmente as crianças e os adolescentes, destacando a negligência, o abuso sexual, os maus tratos físicos, psicológicos e emocional.

Nesta mesma linha de pensamento Dias (2004:94) salienta que o conceito de maus tratos partiu da ideia de que estes

São produzidos no seio da família, tendo vindo progressivamente a descobrir que eles também acontecem no seio das instituições de guarda e educação das crianças, nas escolas e na própria organização social, o trabalho infantil é uma prática social de mau trato as crianças; o abandono a que a sociedade vota os meninos de rua.

Segundo Gamboa, apud, Da Silva (2001:294) “o mau trato psicológico pode ser considerado genericamente como ausência de afecto e de reconhecimento das necessidades da criança, e pode estar associada a outras situações, como presenciar violência física entre os pais.”

A autora salienta que muitas vezes as atitudes, comportamentos e palavras dos adultos, provocam nas crianças sentimentos de abandono e desvalorização que, em muitos casos, só na idade adulta conseguem verbalizar, muitas vezes através de apoios terapêutico, e que qualquer tipo de maus tratos deixa nas crianças um sentimento de rejeição e culpabilidade emocional.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

O mau trato emocional segundo Dias (2004:109) “são respostas emocionais prolongadas repetitiva e inapropriada às emoções da criança e ao seu comportamento expressivo, podem ser respostas emocionais inapropriadas, sistemáticas e regulares, por parte dos pais á expressividade da criança.” Ou seja os maus tratos emocional conduz um não desenvolvimento das emoções da criança, afectando a sua socialização, bem como o seu entendimento (geralmente distorcido) da afectividade.

Segundo Green (1991) apud Dias (2004:107) “a negligência refere-se á impossibilidade de os pais ou responsáveis proporcionarem á criança condições para um desenvolvimento físico, psicológico e emocional normal e adequado.”

As práticas negligentes, incluem, a interrupção ou privação dos cuidados parentais, a privação afectiva relacional e social, as expectativas elevadas ou prematuras faces á criança, desatenção e falta de afectividade parental, a indiferença, o fracasso em dar resposta às necessidades da criança em função das suas diferentes fases de crescimento.

Seguindo o raciocínio de Green, Dias (2004:107) afirma que ocorre a negligência “quando as necessidades básicas da criança não são satisfeitas, como uma adequada alimentação, cuidados de suade, de higiene, de vestuário, de instrução, de protecção.”

Neste sentido podemos mencionar que os factores familiares que estão na base da negligência são: pais que revelam comportamentos psicóticos, alcoólicos e anti-sociais; aqueles que tiveram uma história de infância marcada pela privação e negligencia, havendo alguma probabilidade de, em adulto, reproduziram os padrões de privação na sua própria família; os que tem dificuldades de reconhecer as necessidades das crianças e são incapazes de lhes proporcionar modelos parentais adequados; os que desenvolvem relações interpessoais pobres e baixo nível de comunicação.

Segundo Dias (2004:108) “torna-se necessário ressaltar que a negligência para com as crianças se encontra, de igual modo presente em todas as classes sociais” ou seja a violência quer seja ela domestica ou não, ela é tida com sendo transversal as classes sociais e acontece em todas as classes sociais quer os, com recursos económicos e culturais elevados, e outros que nem por isso.

O que acontece muitas vezes é que as famílias com os recursos económicos e culturais elevados, na maioria das vezes não deixam transparecer, os seus reais problemas enfrentados, principalmente quando se refere a violência familiar contra crianças e adolescentes, talvez devido ao medo de perder o estatuto social, estes casos são omissos dentro da própria família.

Como qualquer outro tipo de mau trato a negligencia, afecta seriamente as crianças que dela são alvo, como o atraso no seu desenvolvimento físico e cognitivo e ainda pode causar dificuldades em criar laços afectivos, levando-o a desenvolver comportamentos anti - sociais comprometendo seriamente os laços de sociabilidade das crianças.

Segundo Magalhães (2005:33) “o abuso sexual traduz-se pelo envolvimento do menor em práticas que visam a gratificação e satisfação sexual do adulto ou jovem mais velho, numa posição de poder ou de autoridade sobre ele”. Ou seja trata-se de práticas que o menor, dado o seu estágio de desenvolvimento, não consegue compreender, e não se encontra preparada, as quais é incapaz de dar o seu consentimento, “este tipo de maus tratos pode ser intra ou extra familiar, sendo mais frequente no seio da família.” (Magalhães 2005:33).

O abuso sexual de acordo com Bayard (1997) apud Dias (2004:101)

Trás no seu seio os efeitos negativos, para crianças tais como: a depressão, a ansiedade, a falta de apoio social, a vitimação, problemas comportamentais, esses efeitos negativos normalmente são acompanhadas por sentimentos negativos como, uma fraca auto-estima, a sensação de insegurança e de traição e a falta de afectividade ainda cabe-nos referir que este tipo de abuso acaba por afectar o desenvolvimento das características parentais futuras.

Apesar dos efeitos negativos que o abuso sexual trás para a criança, ela é uma das graves violações dos direitos humanos, pois, além da violação á integridade física, há violação psicológica e moral que acaba por impactar em todo o processo de desenvolvimento pessoal da criança e na sua inserção na sociedade.

O incesto também como uma forma de violência domestica, muito pratica no interior da família, principalmente nas famílias reconstituídas, e nas monoparentais, produz nas crianças um conjunto de aspectos negativos nas crianças assim como na própria família, nas crianças podem ocorrer a ansiedade acentuada, depressão, baixo auto-estima e tendências suicidas, nas

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

famílias podemos dizer que as famílias com baixos níveis de comunicação e interacção entre os seus membros, na maioria das vezes são muito dependentes do rendimento do abusador, o que os leva a omitir estes casos, salientando que qualquer ameaça á estabilidade familiar representa uma ameaça á sobrevivência de todos os membros, o que muitas vezes permite a manutenção do comportamento incestuoso.

Na linha de pensamento de Perrone e Nannini, 1996 apud Silva (2004:105) no que se refere as famílias monoparentais (paternas), “a forte incidência do incesto esta associada muitas vezes pela ausência permanente da mãe, como no fracasso no desempenho do seu papel maternal”, mas por outro lado, nas famílias aparentemente bem estruturadas e “normais”, é a revelação do incesto que faz emergir o seu disfuncionamento. Apesar da aparência do bem-estar, nestas famílias reina uma espécie de despotismo exercida pelo abusador, obrigando assim a criança ao silêncio.

Sendo assim estas crianças ficam privadas da sua infância, na medida em que, não só são obrigadas a uma maturidade precoce, como também lhes é negado um contexto familiar adequado, devido ao não desempenho dos papéis familiares e á inexistência de uma hierarquia supostamente normal no interior da família. Esta deixa de ser, um lugar de protecção para se tornar num grupo fechado, rígido, mantido no e pelo segredo.

A família como o sustentáculo moral e educativo em Cabo Verde parece estar em perigo, o que não seria tão agradável do ponto de vista social. Afinal, a estabilidade familiar é o garante da estabilidade social. E a falta de estabilidade pode levar a situações de abusos e outros males que acabam por terminar, muitas vezes, naquilo que alguns especialistas denominam de institucionalização de uma criança (isto acontece quando uma criança fica mais tempo abrigado do que seria necessário para resolver uma situação de emergência ou situações estas acima referido).

A este propósito, Carona (2002:3) afirma que:

A família saudável distingue-se da disfuncional, pelo modo como cada uma delas cumpre ou não as duas funções que se encarregam: ou seja, desenvolver nos seus elementos as competências e as aptidões necessárias a uma boa integração social e cultural; também proporcionar um sentimento de protecção nos seus elementos que lhes permita a construção de uma identidade diferenciada e autónoma.

Seguindo o raciocínio da autora, podemos dizer que a família saudável deve constituir-se em um espaço de amor e afecto, onde se exercitam as interações saudáveis, buscando o desenvolvimento do potencial humano. Entretanto, quando é a geradora da agressão, a família se constitui em um ambiente de risco à integridade física, moral e psicológica de seus membros. Assim, a violência intrafamiliar poderá ser uma das formas mais cruéis de violência, principalmente quando se considera que a família deveria representar um ambiente de segurança para seus membros.

Salientamos que a família é tida como um espaço privilegiado de protecção dos seus membros, mas no entanto, hoje em dia ela é tida também como um espaço de conflito e violação dos direitos das crianças, e que quando ela não consegue cumprir com a sua função de protectora, outra medida será traçada em prol da protecção da criança.

Neste caso Formosinho (2004:203) salienta que “os mecanismos de protecção e assistência á infância incluem a institucionalização enquanto resposta a falhas nos contextos ecológicos ou familiares, sendo ela um processo promotor de estabilidade e integração sociofamiliar”.

A abordagem ecológica, proposta por Bronfenbrenner apud Siqueira (2006:9) “tem sido usada para reconhecer os processos evolutivos e os múltiplos factores que influenciam o desenvolvimento humano.”

Portanto Bronfenbrenner apud Siqueira (2006:13) ainda salienta que “investigar ecologicamente no desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados significa entendê-los como pessoas em desenvolvimento e considerar este desenvolvimento num Contexto” porque nós não podemos trabalhar e tão pouco entender, qualquer que fosse a realidade de uma criança, sem antes entender e compreender o seu próprio contexto, quer seja social, familiar, individual etc..., porque muitas vezes é o próprio contexto que determinam os seus actos.

Nesta perspectiva, os progenitores são as figuras centrais e vitais do envolvimento, uma vez que quando não estão na Instituição estas crianças/adolescentes estão no seu lar, no local onde

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. surgiu e emergiu o problema que originou a Institucionalização. A instituição de acolhimento deve procurar envolver os pais e estimulá-los no processo educativo e promover o trabalho realizado dentro da Instituição, à sua continuidade na família, fazer com que esta reconheça e valide a importância da continuidade do trabalho desenvolvido com a criança/adolescente.

O ambiente ecológico é entendido por Bronfenbrenner apud Siqueira (2006:15) “como um sistema de estruturas agrupadas, independentes e dinâmicas.” O primeiro nível está relacionado ao efeito de influências proximais, ambientais e orgânicas, que advém do interior do indivíduo, de suas características físicas e de objectos do ambiente imediato, que caracterizam a relação face-a-face. Segundo Bronfenbrenner apud Siqueira (2006:15), “este nível mais interno é chamado de microssistema, e deve ser entendido para além da família, estendendo-se para outros contextos.”

As crianças e os adolescentes que vivem com a família de origem têm na própria família o microssistema central de seu ambiente ecológico, noutros casos, as crianças e os adolescentes que vivem em instituições de acolhimento têm na instituição o microssistema central de seu ambiente.

De acordo com Bronfrenner apud Siqueira (2006:17) o mesossistema

Refere-se aos elos e aos processos entre dois ou mais ambientes, nos quais os indivíduos se desenvolvem, isto é, a interacção entre os diversos microssistemas. Desta forma, o mesossistema das crianças e dos adolescentes em família consiste nas interacções entre a sua família, a comunidade local, a religião, os transportes, os restaurantes e cafés, os locais de compras, as associações, clubes desportivos e parques de lazer públicos), entre a família e a escola, entre a família e os seus parentes (avós, tios, primos), entre outros.

Segundo o mesmo autor acima mencionado (2006:17) “o macrossistema, por sua vez, é o sistema mais amplo, abrange os valores, as ideologias, a organização e os processos das instituições sociais comuns a uma determinada cultura.” Assim, o macrossistema é constituído pelos seus contextos específicos (por exemplo o quotidiano institucional escolar), e também pelo contexto mais amplo, como os valores culturais.

Enquanto o exossistema é definido, pela sua influência no desenvolvimento da pessoa focalizada, independentemente da sua presença física nesses contextos. As decisões tomadas nesses locais, as interacções estabelecidas e as expectativas geradas influenciam de forma

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

intensa o desenvolvimento da pessoa focalizada. Esta influência é realizada de maneira indirecta, através da interacção das pessoas que estão presentes nestes locais e a pessoa em desenvolvimento focalizada (*ibidem*).

Os ambientes nos quais o indivíduo não participa directamente, mas recebe influência indirecta, são consideradas de exossistema. Assim, no nosso contexto, podemos considerar, o programa disque denuncia, a polícia, os tribunais, etc. a direcção da instituição, como instâncias que podem constituir o exossistema do sistema de protecção das crianças e adolescentes institucionalizadas, porque apesar das crianças e adolescentes, não estão em contacto directo com estes espaços, mas as relações que são estabelecidos nestes espaços influenciam no desenvolvimento destas crianças e adolescentes. Além disso, o mesossistema e o exossistema, a partir de suas dinâmicas de funcionamento irão influenciar na vida e nas relações destas crianças e adolescentes, sendo fundamental a comunicação e a integração destes ambientes.

O macrossistema, por sua vez, é o sistema mais amplo, abrange os valores, as ideologias e a organização das instituições sociais comuns a uma determinada cultura. No que tange à institucionalização, o modo de ver esta prática por diversas pessoas, associando aos valores culturalmente de cada grupo podem ser considerados elementos integrantes do macrossistema que envolve estas crianças e adolescentes. Estes elementos estão presentes no modo como os monitores, e os educadores da instituição lidam com estas crianças/adolescentes, no modo como a professora ensina a criança institucionalizada, ou ainda, na forma como uma adolescente que vive em instituição relaciona-se com outra adolescente que vive com sua família.

As crianças e os adolescentes que vivem em instituição de acolhimento têm na própria instituição o microssistema central de seu ambiente ecológico. Sendo que para a teoria de sistemas, a família é tida como um conjunto de elementos que interactivam entre si e com o seu meio imediato. Já a perspectiva ecológica do desenvolvimento humano coloca a tónica na interacção com o meio ambiente. O mesossistema refere-se aos elos e aos processos entre dois ou mais ambientes, nos quais os indivíduos se desenvolvem, isto é, a interacção entre os diversos microssistemas.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Desta forma, o mesossistema do sistema de protecção das crianças e dos adolescentes nos centros de acolhimento, consiste nas interações entre o próprio centro e as suas famílias de origem, entre a escola e o centro, como também entre a família de origem e seus parentes, vizinhos, amigos um programa social no qual a família participa, entre outros.

A institucionalização das crianças, de acordo com a conjuntura vigente, enfatizava em alguns momentos a correcção de comportamentos, em outros, a educação para integração social, sempre na perspectiva de moralização e disciplina das camadas em situação de risco.

Sendo assim, a institucionalização torna-se uma medida temporária, a partir do momento que a criança se encontra institucionalizada, o processo de reinserção familiar deve ser iniciado e fortalecido, e, caso se verifique a impossibilidade, inicia-se o processo de perda do poder familiar atentando-se para o seu pleno andamento a fim de tornar o indivíduo apto à adopção, ou seja sempre que uma criança encontra-se privada das realizações dos seus direitos sociais básicos como, a alimentação, o vestuário, o lazer, devido a inexistência de políticas públicas voltadas para o bem-estar social e económica das famílias, fazendo com que esta priva os direitos dos seus membros, em particular as crianças, ou quando no ambiente familiar, as crianças estão sujeitas a conflitos vivenciados pelos pais, ou sofrem de violência intrafamiliar das mesmas, prejudicando o seu desenvolvimento físico e pessoal, o que leva-as desenvolver comportamentos desajustado e psicopatológicas.

De acordo com Martins (2006 S/p) crianças/Adolescentes que sofrem limitações e privações em diferentes âmbitos, fundamentais para o seu desenvolvimento (por exemplo, abandono familiar, falta de cuidados básicos de saúde, de nutrição e de estimulação física e social) ou em situações em que o prestador de cuidados tem comportamentos inadequados ou violentos, designam-se por crianças/jovens em situação de risco, ou seja, são aqueles que, pelas suas características biológicas e/ou pelas características da sua família, estão sujeitos a elevadas probabilidades de vir a sofrer de privações que comprometam a satisfação das suas necessidades básicas de natureza material ou afectiva.

Nesta perspectiva torna-se imprescindível, a colocação das crianças nestas situações nos centros de acolhimento como medida excepcional e provisória, onde este espaço pode ser visto como lugar de protecção e desenvolvimento da própria criança, e sempre na tentativa de

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

trabalhar a própria família, e prepara-las para poderem lidar com estes problemas, e para que eles possam sentir capazes de adaptar as correcções dos seus próprios actos, para que possa haver uma real reintegração da criança para o seu seio.

Mas caso a família não consiga cumprir com o seu papel, de nada adianta todo o trabalho feito com as crianças nos centros de acolhimento para a sua reintegração familiar, sendo assim, em prol da protecção e o bem-estar da criança torna-se necessários encaminha-las para outras estruturas de acolhimento que não são de carácter temporário, ou para outra política de protecção que é o caso das famílias substitutas, uma vez que esta criança foi privada do direito a convivência familiar, devido a irresponsabilidade da própria família em cumprir com o seu papel de protectora da criança.

Segundo alguns autores como Yunes et al. (2004), Jessor, Van Den Boss, Vanderryn, et al apud Siqueira (2006:17) “tendo em vista a história pregressa das crianças e dos adolescentes institucionalizadas, a institucionalização pode ou não constituir dificuldades na adaptação a novos contextos e papéis da vida”.

Esta condição dependerá dos mecanismos através dos quais os processos de risco operarão seus efeitos negativos sobre eles, sendo o risco entendido como as condições ou variáveis que estão associadas a uma alta possibilidade de ocorrência de resultados negativos ou não desejáveis, uma vez que a criança ao dar entrada nos centros de acolhimento, muitas vezes ela, é confrontada com a necessidade de se ajustar á nova realidade dos centros, que supostamente é muito diferenciado do seu ambiente familiar, onde tudo funciona com regras, com horários estabelecidos para cada actividade, e muitas vezes as crianças rejeitam essas modalidades dos centros, e não sentem a vontade de frequentar o espaço. Tornando necessária a incorporação de novas relações, quer com os educadores, quer com outras crianças, só podemos reforçar a importância da institucionalização como um factor de protecção, e promoção do desenvolvimento das crianças, se estas conseguirem adaptar a estas novas estrutura, encontradas nos centros de acolhimento.

Em contrapartida, inúmeros factores de protecção, podem operar neste momento, em que podemos salientar que estes factores de protecção correspondem às influências que modificam, melhoram ou alteram a resposta dos indivíduos a ambientes hostis que

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. predispoem a consequências mal adaptativas. Entretanto, deve-se compreender o conceito de factores de protecção enfatizando-se uma abordagem de processos, através dos quais diferentes factores interagem entre si e alteram a trajectória da pessoa, podendo produzir uma experiência stressora ou protectora em seus efeitos.

Cabe-nos referir a importância do efeito protetivo, que o apoio social oferece através da institucionalização da criança.

Para Newcomb (1990:329) “a primeira relação de apoio (tanto social, como emocional) evolui das relações de apego iniciais da criança e da capacidade e disposição dos pais em suprir suas necessidades, constituindo a primeira base de esperança e segurança em outras pessoas.”

Para as crianças e os adolescentes que não vivem com suas famílias, o mundo social expande-se ainda mais, no momento em que estes deixam o núcleo familiar, incluindo membros não pertencentes à família, tais como, monitores, e os restantes funcionários e a demais crianças e adolescentes com os quais convivem na instituição.

A relação que se estabelece com os profissionais dos centros de acolhimento tende a se constituir em um referencial de famílias, já que podem ser fonte de apoio, orientação e afecto, nesse sentido, as crianças/Adolescentes consideram a instituição de acolhimento como um contexto onde são reproduzidas as relações parentais, estes profissionais podem ainda ser considerado como mediador da atenção, conhecimento, linguagem e emoções das crianças.

Ainda estes profissionais desempenham papéis centrais na vida das crianças e das adolescentes institucionalizadas, à medida que serão estes adultos que assumirão o papel de os orientar e proteger, constituindo, no momento, os seus modelos de identificação. Estudos apontam para a importância de cursos de formação, oficinas de reciclagem, ou mesmo um espaço de trocas destinado a estes profissionais, visto que a satisfação profissional está directamente relacionada à qualidade de seu trabalho na instituição.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. Sendo assim, não podíamos deixar de mencionar a importância da rede de apoio social no desenvolvimento satisfatório das crianças e adolescentes.

Segundo Brito & Koller, (1999 S/P) a rede de apoio está relacionado ao desenvolvimento da criança na capacidade de enfrentamento de adversidades, promovendo características de resiliência e desenvolvimento adaptativo.

Segundo o mesmo autor a rede de apoio social tem uma profunda influência na saúde e no bem-estar do indivíduo, elucidam como o indivíduo percebe seu mundo social, como se orienta nele, suas estratégias e competências para estabelecer relações, como também os recursos que lhe são postos à disposição frente às situações adversas. A ausência de uma rede de apoio social pode produzir sentimentos de solidão bem como a de falta de significado de vida nas crianças e nos adolescentes, e muitas das vezes na própria família.

Cada esfera da vida das crianças, tais como família, amigos, profissão, vizinhos, escola, instituição, centros de acolhimento entre outros, assume o papel de identidade social capaz de fornecer apoio nas relações que o indivíduo estabelece com os outros. Quanto mais percebe com satisfação sua rede de apoio, mais sentimentos de satisfação com sua vida terá, dessa forma, pode-se compreender que, para as crianças e os adolescentes institucionalizadas, os centros de acolhimento se constitui uma fonte de apoio social mais próxima e organizada, quando são rompidos os laços afectivos da família, desempenhando um papel fundamental para o seu desenvolvimento.

Neste momento de fragilidade dos laços afectivos, os centros de acolhimento, ainda que não seja da mesma forma, consegue colmatar o baixo estima, e a falta de atenção por parte dos pais, e conseguem desenvolver um sentimento de valor nestas crianças, criando vínculos de relacionamento entre a própria criança e a instituição.

Segundo Formosinho (2004:207) “o processo de institucionalização raramente será suficiente, para sustentar uma mudança ao nível da trajectória desenvolvimental das crianças em situação de risco ou com fragilidades familiares”. Neste sentido para que ela possa se tornar suficiente, é preciso uma cota parte da família enquanto aquela base responsável pela protecção, socialização e potencializadora de afectos, uma vez que ela desempenha um papel decisivo na

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. educação da criança, que vai servir de apoio a sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando for adulto.

Sendo que a partir do momento, que a família consegue cumprir com a sua função, de manter a coesão e afectividade entre os seus membros, pode possibilitar o ajustamento do individuo aos diferentes contextos e ambientes.

Uma vez que no momento que uma criança/adolescente possui o apoio parental, quer no nível físico e psicológico, ela consegue de uma forma saudável enfrentar as mais diversas situações quotidianas. Para isso torna-se necessário a abertura de janelas de oportunidades, coerentes, com as necessidades das crianças, de forma a favorecer a construção de recursos que permite lidar eficazmente com a adversidade.

O trabalho institucional no sentido da qualidade dos serviços que garantam os direitos a estas crianças que, privada de um direito fundamental - a família, que na verdade tem mais direitos, poderá constituir um cenário propício ao desenvolvimento humano ao abrir janelas de oportunidades, favorecendo a construção de novos significados para a experiência, e para a suas vidas.

Segundo a autora, “a institucionalização funcionará neste caso como motor ao nível do crescimento e desenvolvimento, se certas condições foram garantidas”. (idem)

Condições estas como:

- Remoção efectiva de factores de risco presentes no ambiente de pré-transição;
- Inexistência de ameaças directas na instituição de acolhimento que ponham em causa a integridade física e emocional das crianças (ex. maus tratos, agressão verbal, psicológica etc..)
- Criação de oportunidades que instiguem a adaptação e o desenvolvimento (ex. apoio psicológico, relações interpessoais positivas, modelos adaptativos etc..).

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Na nossa óptica para garantir estas condições, os trabalhos nos centros de acolhimento deve sustentar-se nos direitos da criança, concebendo-a como sujeitos de direito, activo, participante na busca e satisfação das suas necessidades.

Ainda torna-se imprescindível o reconhecimento das necessidades individuais, físicas, psicológicas, interpessoais e sociais das crianças para uma possível intervenção, com o objectivo de minimizar a situação que elas encontram-se sujeitas. É fundamental que o contexto institucional seja, favorável á criação e desenvolvimento de resiliência perante a adversidade, e de colaboração e cooperação entre as crianças, e das crianças com adultos.

Capítulo 2: Enquadramento legal e Institucional da criança/adolescente cabo-verdiana

As crianças e os adolescentes têm direitos subjectivos à liberdade, à dignidade, à integridade física, psíquica e moral, à educação, à saúde, à protecção no trabalho, à assistência social, à cultura, ao lazer, ao desporto, à habitação, a um meio ambiente de qualidade e outros direitos individuais indisponíveis, sociais, difusos e colectivos. E consequentemente se postam, como credores desses direitos, diante do Estado e da sociedade, devedores que devem garantir esses direitos. Não apenas com o atendimento de necessidades, desejos e interesses, mas como Direitos Humanos indivisíveis, que qualifica a normativa internacional – como direito a um desenvolvimento humano, económico e social. São pessoas que precisam de adultos, grupos e instituições, responsáveis pela promoção e defesa da sua participação, protecção, desenvolvimento, sobrevivência e, em especial, por seu cuidado.

A família é o instrumento fundamental e a base de toda a sociedade, sendo que a nossa actual Constituição dá uma grande importância à família. Sabendo que, até então, os direitos referentes à Infância e à Juventude encontram-se inseridos no direito da família, no entanto, apesar da última reforma do Código Civil de 1997 e a Legislação tutelar existente, há necessidade de adequar o direito da família, considerado no seu todo, com a Constituição da República de Cabo Verde e com a Convenção dos Direitos da Criança (bem como outros instrumentos internacionais). Através da noção de responsabilidade que cabe a cada um de

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

nós, temos de criar um sistema que salvguarde todos os direitos da criança, desde a sua fase embrionária e de crescimento, passando pela responsabilização dos pais e do Estado, até à criação de sistemas de responsabilização gradual da própria criança e do adolescente.

Tudo o que se relaciona com a criança directa ou indirectamente, a todos toca pelo que não podemos ficar indiferentes à sua sorte. Sendo que o maior desafio, é acompanhar o nascimento, crescimento e desenvolvimento de um ser humano, em todas as suas vertentes e ajudá-la a desabrochar da melhor forma possível.

Segundo Amílcar Cabral a “criança, considerada como flor da revolução e razão da nossa luta,” recebe protecção do Estado. É neste princípio que surge todo o regime jurídico da criança e do adolescente na década de 80.

Em 1981 foi aprovado o código da família, revogado pelo Decreto-Legislativo nº 12.C/97, 30 de Junho, e o código de menores em 1982. Estes dois documentos tentaram dar respostas as necessidades da família e da menoridade, no domínio legislativo.

O código penal, o código do processo civil, e o regime jurídico geral das relações de trabalho, são outros tantos diplomas que apesar do seu carácter geral, também contemplam nas disposições aplicáveis, mecanismos legais de protecção a infância.

Desde sempre o governo de Cabo Verde esteve atento à problemática da criança, promovendo, defendendo e realizando os seus interesses através de inúmeros entes públicos vocacionados para o efeito.

Neste sentido, o ordenamento jurídico cabo-verdiano conheceu, desde os primórdios da independência, uma evolução constante em matéria de legislação que, directa ou indirectamente, diz respeito à criança e ao adolescente.

Para além disso, Cabo Verde tem adoptado ou participado de dezenas de convenções, declarações e recomendações de abrangência universal, regional ou sub-regional que

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. estabelecem obrigações, direitos, orientações e princípios gerais norteadores do regime jurídico dos menores.

Tendo em conta a sua dimensão, é impossível, nesta sede, analisar exaustivamente toda a legislação respeitante à criança e ao adolescente. Por tanto, passaremos a analisar apenas os diplomas essenciais sobre a matéria.

Inúmeros são os instrumentos internacionais ratificados pelo Estado de Cabo Verde atinentes à protecção dos direitos da criança e do adolescente e que consagram directrizes e orientações que deverão nortear os países signatários na concepção e implementação de políticas sobre a matéria.

Podemos destacar, entre outros: a Convenção sobre os Direitos da Criança (Lei n.º 29/IV/91, de 30 de Dezembro), a Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança (Resolução n.º 32/VI/93, de 19 de Julho), a Convenção sobre a Cobrança de Alimentos no Estrangeiro (Decreto n.º 77/85, de 27 de Julho), a Convenção sobre a Proibição e Acção Imediata para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil (Decreto n.º 5/2001, de 30 de Julho), o Protocolo Facultativo à Convenção sobre o Direito da Criança Relativo à Venda de Crianças, Prostituição e Pornografias Infantis (Resolução n.º 39/VI/02, de 29 de Abril), o Protocolo Facultativo à Convenção sobre o Direito da Criança Relativo à Participação das Crianças nos Conflitos Armados (Resolução n.º 40/VI/02, de 29 de Abril), o Pacto Internacional Relativo aos Direitos Civis, Políticos, Económicos, Sociais e Culturais (Lei n.º 75/IV/92, de 9 de Abril), a Convenção contra a Tortura ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Lei n.º 44/IV/98, de 9 de Abril), a Convenção sobre a Protecção dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias (Resolução n.º 46/V/97, de 17 de Junho), Protocolo sobre a Protecção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais (Resolução nº52/IV/93, de 31 de Dezembro), Protocolo sobre a Protecção das Vítimas dos Conflitos Armados Sem Carácter Internacional (Resolução nº53/IV/93, de 31 de Dezembro) e a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas (Resolução n.º 71/IV/94, de 19 de Outubro).

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Neste sentido a Constituição da República de Cabo Verde, revista em 2010 nos seus artigos 74º e 82º faz duas menções claras em relação aos direitos de crianças e adolescentes, referindo a protecção e relação com a família e poderes públicos com vista ao seu desenvolvimento. A Constituição traz também no seu artigo 78º o direito à educação das crianças, da assistência aos menores incapacitados e da punição da violência conjugal e outras formas de violências com base no género, dentro da garantia de que a sociedade e os poderes públicos vão dar as condições para que estes aconteçam.

Ao Estado, à sociedade e à família cabem proteger as crianças contra qualquer violação ou restrição por meio da edição de legislação apropriada nas áreas em que isso se revelar necessário, especialmente com o intuito de sancionar criminalmente as violações aos direitos dos indivíduos pertencentes a esse grupo vulnerável e criando as instituições necessárias para lhe mitigar o abandono, a orfandade, a doença ou a privação de um ambiente familiar adequado. São estas as funções alocadas pela Constituição ao Estado em matéria das crianças e adolescentes.

O marco mais saliente na afirmação dos direitos e protecção das crianças no regime jurídico, universal foi precisamente, com a Convenção das Nações Unidas sobre Direitos da Criança de 1989 (Ratificado pela Lei nº 29/IV/91, de 30 de Dezembro.

A partir desta “norma base”, a Convenção sobre Direitos da Criança, regula uma série de questões, nomeadamente a definição de criança como “todo ser humano com menos de dezoito anos, excepto se a lei nacional confere maioridade mais cedo” (art. 1º), o princípio da não-discriminação (art. 2º), uma extensa declaração de direitos, liberdades e garantias (à vida, ao nome e nacionalidade, à liberdade de expressão, de pensamento, consciência e religião, de reunião e associação pacífica, à protecção da sua vida privada, à informação, a um devido processo legal e a garantias face a processos de natureza criminal), particularmente o direito à protecção do Estado, da família e da sociedade em geral (face aos maus tratos, ao abandono, à exploração sexual, ao consumo e tráfico de drogas, à tortura e à privação da liberdade, em situação de conflito armado), inclusivamente nos casos especiais e mais graves quando estão numa situação de refugiados, são deficientes físicos ou mentais, ou direitos sociais (à saúde, segurança social, a um nível de vida adequado, à educação, a seguir a sua cultura própria quando se tratar de uma minoria, ao lazer).

Ainda, neste domínio existem inúmeras Organizações Governamentais e ONG'S que, directa ou indirectamente, contribuem para a sensibilização, protecção e resolução dos problemas que atingem as crianças e adolescentes em Cabo Verde.

No plano institucional, em Cabo Verde, para além das organizações estatais, como, o (ICM) Instituto Cabo-verdiano de Menores criado em Setembro de 1982, pelo Decreto-lei nº 89/82, transformado em Julho de 2006, pelo, (ICCA) Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente, tutelado pelo Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, com o objectivo de garantir a protecção e segurança as crianças/adolescentes, em situação de risco e alto risco que de algum modo possam colocar em perigo o seu desenvolvimento. Esta instituição tem trabalhado no Plano Estratégico de protecção para a infância em Cabo Verde, e no ECA ainda em fase de aprovação, no sentido de dar resposta aos eventuais problemas que afligem as crianças cabo-verdianas. Existem também organizações de cariz privado que complementam, em certa medida, esse trabalho.

Existem organizações internacionais que demonstram uma certa preocupação, em prol da protecção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes Cabo-verdianas, que a grande maioria dos cabo-verdianos apoia firmemente. São os casos das Aldeias infantis SOS e da Bornefondem, a Cruz Vermelha, a UNICEF criada em 11 de Dezembro de 1946 com o objectivo de promover o bem-estar da criança e do adolescente, sem nenhum tipo de discriminação, ela tem sido um dos principais parceiros do ICCA no que tange a protecção da criança em Cabo Verde.

Em relação às ONGS de caris nacionais temos, a Fundação Infância Feliz, que lutam pela garantia e protecção das crianças cabo-verdianas, principalmente as que se encontra em situações de vulnerabilidades temos, a Associação das Crianças Desfavorecidas (ACRIDES), a associação Acarinhar, que luta pela inclusão social das crianças, sendo elas sujeitos de direitos, o espaço aberto de Safende, o centro de intervenção comunitária do Brasil, a FICASE, DGSS, que trabalham em prol da protecção das crianças cabo-verdianas, com o objectivo de assegurar-las um desenvolvimento saudável.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

No domínio da institucionalização, cabe-nos referir que o Estatuto do ICCA e a CDC fazem referência a este termo, sendo que no artigo 10º alínea (a e b) do estatuto ICCA salienta que compete designadamente aos equipamentos sociais do ICCA

- a) Acolher temporariamente e com carácter de emergência as crianças e adolescentes em situação de risco e sem possibilidades imediata de enquadramento familiar adequado.
- b) Assegurar na existência de outras respostas adequadas, o acolhimento das crianças adolescentes privadas do meio familiar em condições de vida que garantem os seus direitos fundamentais.

Para reforçar esta breve citação acima referida, tomamos o artigo 20º da CDC, que refere o seguinte

- 1. A criança temporária ou definitivamente privada do seu ambiente familiar ou que, no seu interesse superior, não possa ser deixada em tal ambiente tem direito à protecção e assistência especiais do Estado.
- 2. A protecção alternativa pode incluir, (...), a colocação em estabelecimentos adequados de assistência às crianças. Ao considerar tais soluções, importa atender devidamente à necessidade de assegurar continuidade à educação da criança, bem como à sua origem étnica, religiosa, cultural e linguística.

2.1 Sistema de protecção para a infância em Cabo Verde

Segundo o relatório da análise da situação das crianças e do adolescente em Cabo Verde do ICCA (2011:26) “não existe em Cabo Verde uma política específica e integrada para crianças e adolescentes”. No entanto, este grupo é parte integrante de todas as políticas sectoriais existentes no país, em maior ou menor nível.

De acordo com o mesmo relatório o Estatuto da criança e da adolescente (ECA) está em fase final de aprovação, onde neste Estatuto serão definidos os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, e ainda será abordada o sistema de protecção dos direitos fundamentais, fazendo menção a uma política de protecção integral que deve reflectir de maneira articulada

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. e sistémica os compromissos do estado e a sociedade, com o cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes através de políticas sectoriais de saúde, educação, desporto, cultura, recreação, jogo, trabalho, segurança social, assistência social.

O ECA depois da sua aprovação, vai ser um documento norteador e consagrador da prioridade absoluta dos direitos das crianças e dos adolescentes, enquanto sujeitos de direitos, pilares da construção do futuro Cabo Verde, visto que este normativo define os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes e estabelece o respectivo sistema de protecção.

Apesar do Estatuto da criança e adolescente (ECA), ainda não aprovado, o ICCA vem intervindo com a base no Plano Estratégico para a Protecção da criança/adolescente em Cabo Verde, na CDC e noutros documentos internacionais e nacionais que guiam e coordenam as acções das entidades governamentais, não-governamentais e da sociedade civil na protecção e promoção do bem-estar da criança, onde são definidas as prioridades e eixos estratégicos de intervenção, propondo e recomendando medidas que visam o reforço institucional, a melhoria da articulação interinstitucional, e em prol da protecção das crianças, e reduzir as diversas vulnerabilidades que afectam as crianças em Cabo Verde nas suas diversas vertentes.

No que tange as crianças/adolescentes é de salientar que o governo de Cabo Verde desde a sua independência assumiu a questão das crianças e adolescentes como prioridade institucional para o país.

O Estado de Cabo Verde, no sentido de proteger as crianças e os Adolescentes criou em Setembro de 1982 pelo Decreto-lei N° 89/82 o Instituto Cabo-verdiano de Menores (ICM), enquanto Organismo do Estado encarregue de promover e executar a política governamental para a Criança e o Adolescente. Entretanto o ICM teve a sua denominação alterada no dia 10 de Julho de 2006, de acordo com a publicação no Boletim Oficial, I Série, nº 20, para Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente – ICCA.

Segundo o seu estatuto o (ICCA) tem como principal objectivo garantir a protecção da Criança e do Adolescente contra situações de risco pessoal e social que, de algum modo, possam pôr em causa o seu desenvolvimento harmonioso e integral, neste sentido vem desenvolvendo vários programas/projectos, assim como a elaboração do seu Plano Estratégico

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. para a protecção da infância em Cabo Verde, e agora em fase de aprovação um documento de grande peso no que tange a minoridade no país, que é o Estatuto da criança e do Adolescente (ECA).

O Instituto Cabo-Verdiano da criança e do adolescente (ICCA), em cumprimento da sua missão e dos seus objectivos, desenvolveu um conjunto de programas e projectos, afim de melhor garantir e proteger os direitos das crianças e dos adolescentes, no combate á violência em todas as suas formas, como a promoção e divulgação dos Direitos da Criança; Serviço Social; Emergência Infantil; Família Substituta / de Acolhimento; Protecção e Reinserção Social / Centros de Acolhimento; Educação em Ambiente Aberto; Formação / Reforço Institucional / Cooperação e Articulação; Estudos, Pesquisas e Planeamento, Disque Denúncia - LINHA 800 10 20; Apoio às Crianças em Situação de Risco e Respectivas Famílias; Projecto “Nôs Kaza”.

No domínio da Protecção e Reinserção Social das crianças e dos adolescentes, Cabo Verde conta com cinco Centros de Acolhimento, a saber: Centro de Reinserção Social Lém-Cachorro (Praia), Centro Juvenil dos Picos (Concelho de São Salvador do Mundo), Centro Juvenil da Assomada (feminino, em Santa Catarina), o Centro Juvenil de Chão de Matias (Sal) e o Centro Nhô Djunga (São Vicente). Os Centros fazem parte do Programa de Protecção e Reinserção Social, que pretende garantir a protecção e segurança à criança, em situação de risco e alto risco, em espaço de acolhimento, facilitando a sua posterior integração escolar, sociofamiliar e/ou profissional.

Segundo o relatório análise de situação da Criança e Adolescente em Cabo Verde do ICCA (2011) além desses Centros, Cabo Verde conta com outras instituições de acolhimento das crianças, sendo três ligados ao Projecto Nôs Kaza – Criança Fora da Rua, dentro da Escola, - na Praia, Sal e Assomada – financiado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e criado com o objectivo de acolher crianças em situação de risco, e reintegrá-las depois na família ou na sociedade. O objectivo é que essas instituições funcionem como apoio, evitando com que as crianças em situação de risco venham a sofrer medidas tutelares.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Ainda no sentido de proteger as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e outras formas de violência, criou em 2005 o programa “disque denuncia” com o objectivo de receber denúncias dos casos de crimes contra crianças, assim como um serviço de aconselhamento as vítimas e famílias que sofrem esta causa, e orienta-los como prosseguir com estes casos.

O programa “disque e denuncia” procura dar resposta aos casos que afligem a criança de uma forma imediata, protegendo o direito da mesma no momento, e depois de ter protegido a criança no momento vai dar continuidade do caso de uma forma mais detalhada.

Seguindo esta sequência em 2007 foi criada pelo ICCA e outras instituições uma rede interinstitucional de prevenção, protecção e combate ao abuso e a exploração sexual das crianças e Adolescentes, em parceria com a Unicef e a polícia judiciária, implementaram em 2010, um “espaço seguro” nas instalações da polícia judiciário, nas ilhas se Santiago, para proteger as crianças vítimas do abuso sexual, evitando com que ela seja exposta em várias instituições e confrontada a várias pessoas.

No que tange ao trabalho infantil, foi criado no dia 12 de Junho de 2012 na cidade da Praia uma unidade de prevenção e combate ao trabalho infantil, como sendo uma medida de protecção as crianças vítimas do trabalho infantil, sem antes de completar a idade mínima de trabalho estabelecido pelo código laboral Cabo-Verdiano.

2.2 Protecção social

Segundo o Plano Estratégico para a Protecção da criança e do adolescente do ICCA (2012) a Lei n.º 131/V/2001, de 22 de Janeiro, veio definir as bases de protecção social, onde define que as crianças e adolescentes com necessidades especiais ou em situação de risco e as pessoas com deficiências, em situação de risco ou de exclusão social são abrangidos pela rede de segurança, que tem como objectivo o bem-estar das pessoas, das famílias e da comunidade, através da promoção social e do desenvolvimento regional, a fim de reduzir as desigualdades sociais e as assimetrias regionais e prevenir situações de carência, disfunção e marginalização, bem como a integração social através de protecção especial a grupos mais vulneráveis.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. Sendo que na nossa óptica, as acções de protecção social, devem produzir aquisições matérias, sociais e socioeducativas num esforço de suprir as necessidades de reprodução social da vida dos cidadãos e das famílias em situação de vulnerabilidades, desenvolvendo nelas, capacidades e talentos para a convivência social, protagonismo e autonomia.

A protecção social, como uma das medidas de protecção as situações de risco, destinados as pessoas que vivem em situações de vulnerabilidades sociais, sejam estas por consequência da pobreza, do acesso precário aos serviços públicos ou das fragilidades dos laços afectivos, sendo que para a garantia dessa protecção, face a estas fragilidades, torna-se necessária o desenvolvimento de programas e projectos, que garantem o direito dessas pessoas, de acordo com a identificação da vulnerabilidade apresentada pelo individuo.

Neste sentido torna-se necessário, que o processo de protecção social não decorre apenas de uma lógica de orientação política que coloque no centro das suas preocupações a promoção dos direitos humanos de cidadania das populações, mas também das potencialidades da protecção social, enquanto mecanismo de combate á pobreza e exclusão social e pelos efeitos que permite gerar em termos de desenvolvimento social e económico e de criação de capacidades nas famílias em situação de vulnerabilidades, para melhores cuidados e protegerem as sua crianças.

Ainda o Estado de Cabo Verde através do programa do Governo na sua VIII legislatura definiu uma melhoria no sistema de protecção social, e na intervenção no domínio da menoridade no país, principalmente aquelas que se encontram em situação de risco e alto risco, como forma de possibilita-las condições necessárias e dignas para o seu desenvolvimento e sobrevivência saudável, como o caso das pessoas deficientes, das crianças e famílias em situação de risco, dentre outras.

2.3 Justiça

No domínio da justiça, segundo o plano estratégico (2006-2011) do Ministério da Justiça, o Estado de Cabo Verde, no sentido de garantir a protecção e enquadramento dos menores em conflito com a lei define como estratégia, a criação de uma estrutura de internamento e

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

reinserção social destes menores, proporcionado- os dentro do internato o acesso a educação, cultura como forma de adquirir competências e aprendizagem pública e respeito pelas diferenças individuais para a superação das disfunções, e adopção de comportamentos saudáveis para uma sã convivência social.

Pretende ainda capacitar os técnicos e dos operadores do sistema de segurança que irão trabalhar directamente com os mesmos, ainda torna-se necessária habilitar profissionalmente esses menores e transmitir-lhes valores para uma vida normal na sociedade, através de actividades educativas e lúdicas, e acompanhamento psicológico e familiar, facilitando a sua readaptação e reinserção na sociedade.

Segundo o Plano Estratégico para a Protecção da criança e do adolescente em Cabo Verde do ICCA (2012), é da competência do sector da justiça decretar medidas de protecção, assistência educação a menores quando tenham completado doze anos e antes de perfazerem dezasseis anos de idade e sejam agentes de algum facto qualificado pela lei como crime ou desobediência, cessando a sua intervenção quando atingirem dezoito anos; ou, quando, independentemente da situação, os pais ou tutor dos menores se contraponham à intervenção do ICCA.

Neste caso torna-se necessário a esta instituição, constituir o vínculo de adopção, regular o exercício do poder dos pais, inibir ou suspender o poder dos pais, estabelecer a tutela, e conceder autorização para a prática de certos actos pelo representante legal do menor e confirmar os actos praticados sem autorização.

Segundo o B.O da I Série Decreto-Legislativo nº 2/2006 de 27 de Novembro, em relação às medidas tutelares socioeducativas, aprovou um novo regime tutelar para os menores entre 12 e 16 anos que praticam actos qualificados por lei como crime, com o objectivo de educar o menor para o direito e a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade, porém existem outras formas de medidas tutelares, aprovados pelo mesmo diploma como forma de proteger essas crianças e adolescentes perante a infracção das normas, definidas e de

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. competência do Ministério Público sendo estas admoestação¹; a reparação ao ofendido; realização de tarefas a favor da comunidade; imposição de regras de conduta; imposição de obrigações; internamento em centro socioeducativo (Artigo 1º do seguinte diploma).

O Ministério da Justiça, em cumprimento do seu objectivo em prol da protecção das criança/adolescente em conflito com a lei, criou pela Portaria nº 66/2005, de 12 de Dezembro, o Centro Socioeducativo Orlando Pantera, situado em Lém Ferreira, concelho da Praia, destina-se, a partir da publicação da presente portaria, o acolhimento de jovens para cumprimento de medida tutelar socioeducativa de internamento fechado, prevista na lei.

Segundo o artigo 12.º do B.O nº 2/2006 de 27 de Novembro, a medida de internamento visa proporcionar ao menor, por via do afastamento temporário do seu meio habitual e da utilização de programas e métodos pedagógicos, a interiorização de valores conformes ao direito e a aquisição de recursos que lhe permitam, no futuro, conduzir a sua vida de modo social e juridicamente responsável. E ainda ressalta que quando se decretar a medida de internamento em centro socioeducativo devem ser fixadas pelo tribunal as obrigações a que o menor fica especialmente sujeito em matéria de instrução, preparação profissional e utilização dos seus tempos livres.

Estas medidas de internamento pode ser em regime aberto; fechado ou semiaberto, de acordo com a gravidade do acto cometido pelo menor.

2.4 Educação

A educação foi vista como uma prioridade nacional, tendo investido de forma integrada em vários sectores para propiciar o acesso ao ensino a todas as crianças do país. A educação é um dos direitos básicos de todos os cidadãos, assim como é a saúde, o transporte e o trabalho. Sendo a escola o primeiro espaço de socialização de uma criança é fundamental iniciar sua participação na vida colectiva, ensinando-lhe seus direitos, deveres e respeito ao próximo.

¹ Admoestação consiste na advertência solene feita pelo juiz ao menor, exprimindo o carácter ilícito da conduta e o seu desvalor e consequências e exortando-o a adequar o seu comportamento às normas e valores jurídicos e a inserir-se, de uma forma digna e responsável, na vida em comunidade.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

A escola pode ser considerada elemento estruturador da vida colectiva de uma comunidade por sua função de formar cidadãos, seu ambiente deve possuir características que o tornem realmente universal e inclusivo, atendendo a todos, independente das restrições de seus usuários.

Segundo o relatório da análise da situação das crianças e dos adolescentes em Cabo Verde (2011) Torna-se inquestionável a importância do investimento em educação no desenvolvimento de uma sociedade e dos seus cidadãos. Neste sentido, desde a independência de Cabo Verde houve um grande investimento no seu sistema educacional, o que acabou por garantir certa infra-estrutura e o acesso para grande parcela das crianças no país. O país tem cerca de 96% dos jovens com idade compreendida entre os 15-24 anos que sabem ler e escrever, não se registando diferenças significativas quer a nível do meio de residência quer entre os sexos.

O sistema educacional de cabo verde é composto pelo pré-escolar, pelo ensino básico integrado, pelo ensino secundário e ensino superior, neste momento com 153.947 alunos matriculados no sistema de ensino. Destes o ensino básico é gratuito e obrigatório, o que não acontece com outras fases. O ensino secundário pressupõe que as famílias paguem uma propina para a permanência das crianças na escola, apesar de ser reconhecida como parte do sistema educacional, o pré-escolar não é largamente oferecida pelo estado.

Tabela 1

		Total de alunos
Pré-escola	3 a 5 anos	22.610
EBI – público	6 a 15 anos	68.749
EBI- privado	6 a 13 anos	366
Secundário-publico	11 a 21 anos	53.691
Secundário-privado	14 a 21 anos	8.531
Total		153.947

Fonte: anuário estatístico 2010/2011, Ministério da Educação e Desporto.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

A educação em Cabo Verde vem avançando, uma vez que o ensino básico-integrado de oito anos, é de carácter universal e obrigatório, com a maioria dos alunos matriculados em escolas públicas, visto que da população escolarizada em cabo verde entre os 6 e 17 anos 90% delas frequentam a escola no ano lectivo 2010/11. Actualmente, um total de 69.115 crianças encontram-se matriculados neste nível de ensino.

Durante o ensino secundário, com o término da escolarização obrigatória, a frequência das crianças na escola começa a diminuir, uma vez que a partir do término da escolarização obrigatória (até o 8º ano de escolaridade) é a família o principal responsável pela garantia da educação dos filhos, e estas muitas vezes encontram-se em situações de vulnerabilidades e precariedade económica, o que, os dificulta para assegurar a continuidade de estudo dos seus filhos, agravando a continuidade das crianças no sistema escolar, contribuindo para o abandono escolar, o trabalho infantil e reprodução da pobreza na família.

O ensino secundário continua a ser um dos desafios para a educação em Cabo Verde, apesar do acesso e a conclusão dos ciclos do ensino secundário terem crescido consideravelmente entre 2001 e 2009 as taxas de abandono continuam altas.

A taxa de conclusão do terceiro ciclo do ensino secundário passou de 33% em 2001 para 51,9% em 2009, o que significa que apenas metade das crianças da mesma faixa etária foi escolarizada até ao fim do ensino secundário em 2009.

Segundo o relatório de análise de situação da criança e do adolescente em Cabo Verde do ICCA (2011) apesar dos avanços no sector da educação em Cabo Verde, ainda existem obstáculos que impedem a plena realização dos direitos das crianças, como o acesso ao pré-escolar uma vez que é através dela, que as crianças iniciam os seus primeiros saberes, que servirá de base para uma educação formal.

Assim como os primeiros contactos relacionais, no contexto familiar, o pré-escolar, influência de forma significante a forma como a criança relaciona com os outros. Apesar da sua extrema importância na vida das crianças, ela não é obrigatória, o que acaba por reduzir o número de crianças neste nível de ensino, devido a baixa oferta de equipamento tanto por parte do Estado e entidades privadas, as que existam são caras tornando impeditivas para as famílias cabo-

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

verdianas pagarem para que as crianças permaneçam nestes espaços, o que leva com que muitas crianças nesta idade, fiquem sob cuidado de outras crianças um pouco mais velhas, colocando as crianças mais novas, e desviando muitas vezes as mais velhas dos afazeres escolares, ou são obrigadas a acompanhar as mães na busca dos recursos para o sustento da família.

Ainda no sentido de promover o incentivo à escolaridade obrigatória, à promoção do sucesso escolar e o estímulo aos estudantes que manifestam maior interesse e capacidades para prosseguir os estudos, cria-se pelo decreto nº 139/83, de 31 de Dezembro, o Instituto Cabo-verdiano de Acção Social Escolar (ICASE), transformado recentemente para a Fundação do Instituto Cabo-verdiano de Acção Social Escolar (FICASE) que assegura:

- O apoio social escolar a alunos e estudantes nos diferentes níveis de ensino, particularmente aqueles provenientes de famílias carenciadas;
- O Programa de Cantina Escolar que serve diariamente uma refeição quente às crianças do Pré-escolar e do EBI;
- A implementação de um Programa de Saúde Escolar;
- O reforço do programa de pagamento de transporte escolar, a atribuição de subsídios e bolsas de estudo a estudantes do Ensino Superior;
- O pagamento de propinas escolares e acesso a lares de estudantes;
- A distribuição anual de milhares de kits escolares, etc.

Tudo isto como forma de garantir a protecção e a garantia dos direitos básicos das crianças e família, assim como forma de investir na educação das nossas crianças, como forma de reduzir a pobreza, e incentiva-los ao estudo, prevenindo assim as possíveis formas de violência e outros males que os podem influenciar ao longo desta fase.

2.5 Saúde

No domínio da saúde, segundo o relatório do Ministério da saúde (2009/2010), e o relatório da situação das crianças e adolescentes em Cabo Verde (2011), houve uma preocupação com a situação alimentar e nutricional da população como um todo, sendo uma das prioridades do

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

serviço nacional da saúde, as doenças da infância, com a inclusão no pacote básico de cuidados as crianças a questão da vacinação, do aconselhamento nutricional, assim como a prevenção da mortalidade materna e infantil, do VIH sida, e a gravidez na adolescência como forma de garantir os direito a saúde e garanti-los a protecção. Segundo o estudo realizado pelo ICCA e a UNICEF, a vulnerabilidade das crianças e adolescentes em Cabo Verde (2009) o serviço de Protecção Materno Infantil/Planeamento Familiar, através da prestação de cuidados pré-natais à mulher grávida e atenção à criança durante o primeiro ano de vida e sua segurança alimentar deve assegurar a bases de um desenvolvimento individual saudável.

Segundo o relatório estatístico (2009), Ministério da Saúde, vale dizer que em Cabo Verde, os níveis de cobertura do PMI/PF têm sido considerados satisfatórios em todos os concelhos.

De acordo com o mesmo relatório, mais de 80% das crianças menores de um ano passam por uma primeira consulta, a taxa de vacinação contra doenças como sarampo, para crianças com menos de um ano excede os 90%. Contudo, apesar da evolução positiva de alguns indicadores de saúde infantil, continua a registar-se uma ocorrência significativa de doenças relacionadas a situações precárias de higiene e saneamento público – água, esgoto e recolha de lixo, doenças infecto-contagiosas e parasitárias, doenças respiratórias de afecções perinatais que representam as principais causas de morte nas crianças com menos de 5 anos. Essas são as causas principais da mortalidade infantil, que tem conhecido uma redução significativa. Por outro lado, a desnutrição crónica, e casos de sobrepeso começam a emergir como preocupações no que tange à saúde nestas faixas etárias.

Segundo o plano estratégico para a protecção da criança e adolescente em Cabo Verde (2012) apesar, dos indicadores positivos no nível da saúde, a existência de determinados fenómenos sociais como crianças em situação de rua, de trabalho infantil, entre outros, influenciam a situação da saúde e bem-estar, levando a consequências como o abuso e exploração sexual, a toxicodependência (em que as substâncias mais consumidas são o álcool, e o tabaco, e com maior incidência nos rapazes do que nas raparigas), o risco de contaminação do VIH/SIDA, bem como a gravidez na adolescência, que atingiu, em 2009, os 23%, nas adolescentes com idade entre os 15 a 19 anos.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Segundo o relatório da análise da situação das crianças e Adolescentes em Cabo Verde o VIH/Sida merece cuidado devido ao alto número de crianças e adolescentes que iniciam a vida sexual cada vez mais precoce, além do perigo com doenças sexualmente transmissíveis.

Neste sentido o governo de Cabo Verde para combater o VIH, implementou o sistema de vigilância sentinela nas mulheres grávidas que frequentam os serviços de saúde reprodutiva, onde as grávidas passaram a realizar testes de VIH, como forma de prevenção de transmissão do VIH de mãe para filho.

2.6 Família/comunidade

Hoje a família é vista como lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da protecção integral dos filhos e dos demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia, aportes afectivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes.

A família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas é também o centro da vida social.

Visto que a educação, bem-sucedida da criança na família é que vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando for adulto, sendo ela o lugar onde o individuo estabelece os seus primeiros contactos com o mundo social.

O ambiente familiar é o ponto primário da relação directa com seus membros, onde a criança cresce, atua, desenvolve e expõe seus sentimentos, experimenta as primeiras recompensas e punições, a primeira imagem de si mesma e seus primeiros modelos de comportamentos – que vão se inscrevendo no interior dela e configurando seu mundo interior. Isto contribui para a formação de uma “base de personalidade”, além de funcionar como factor determinante no desenvolvimento da consciência, sujeita a influências subsequentes.

Como gestores e orientadores das crianças e adolescentes, o grupo familiar não figura apenas como atores de obrigações, mas também como agentes de protecção e defesa dos direitos

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. emanados na Constituição da República e outras legislações referentes a protecção das crianças. Dessa forma, estabelecendo-se uma interpretação sistémica dos dispositivos protectivos, constatamos que são responsáveis também quando omissos do dever de denunciar possíveis ou reconhecidas violações dos direitos da criança ou adolescente.

Apesar da família, hoje em dia vem sofrendo por várias mudanças, deixando de lado aquele espírito protetivo por varias razões como a pobreza, desemprego, baixa escolaridade, aumento da população urbana, que provocam desequilíbrios e rupturas que determinam dificuldades e impossibilidades no cuidar, dar assistência e amparo ao filho, tornando um espaço de conflito que acaba por repercutir directamente nos laços sociais entre os seus membros, como a crescente população infanto-juvenil a utilizar as ruas como moradia, devido ao abandono ou como refúgio pela violência doméstica, sem oportunidade de desenvolvimento, se sentindo impotentes para continuar sua jornada ao não encontrarem o alicerce necessário em sua família.

Essas crianças em fragilidades familiares não têm acesso à escola, saúde, afectividade, crescendo sem referencial positivo, a margem da sociedade, tendo na criminalidade e promiscuidade os meios para sua sobrevivência. Nessas circunstâncias, as famílias devem receber atendimento, pelo poder público e por toda a sociedade, através de políticas sociais preventivas, evitando situações de carência familiar que levam ao abandono infanto-juvenil não somente familiar, mas de toda a sociedade ao não lhes garantirem os direitos que assegurem sua protecção integral.

A sociedade civil, através das organizações não-governamentais (ONG'S) e de algumas entidades governamentais, vem se articulando com o intuito de encontrar recursos e soluções para alterar o quadro de desigualdade social e económica das crianças e suas famílias. O engajamento nessas organizações e nas lutas políticas partidárias em defesa da criança poderá Influenciar a mudança dessa realidade.

Neste sentido a sociedade surge como parceria de sucesso entre a família, na protecção das crianças pois acreditamos que só assim poderemos realmente, proteger e salvaguardar os direitos das crianças, como seres indefesos que merecem uma atenção especial para que possa promover o bem-estar de todos. Só assim poder-se-á alcançar uma sociedade coerente em que

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. seus agentes conheçam e cumpram seus papéis em todos os processos sobretudo, no processo protetivo e educacional das crianças, sem deixar de lado o familiar, porque não existe lugar melhor para qualquer criança ou adolescente do que no seio de sua família natural, desde que esta seja capaz de suprir as necessidades básicas dos mesmos.

2.7ONG'S

Considerando que a criança e o adolescente são sujeitos de direito e também agentes de transformação da sociedade, fazendo parte da dinâmica do processo social, e não apenas observadores passivos do que ocorre no mundo, e que a responsabilidade pelo desenvolvimento da criança e do adolescente cabe, concomitantemente, aos adultos responsáveis, à família, à sociedade e ao Estado o compromisso com a sua protecção e bem-estar.

Foi neste sentido que as organizações não-governamentais, no sentido de garantir a protecção das nossas crianças, vem trabalhando no sentido de ajudar as crianças a manter uma vida condigna, como é o caso da ACRIDES, uma Associação de direito privado, sem fins lucrativos, dotado de personalidade jurídica e completa autonomia, designadamente nos planos administrativos, financeiros e patrimoniais, vocacionada, para a solidariedade social em prol das crianças/famílias desfavorecidas, trabalha com crianças pobres, abandonadas, órfãos, crianças vítimas de maus tratos, abusos sexuais e em situação de risco; Famílias desestruturadas e vulneráveis em situação de pobreza; Jovens, adolescentes e todo seu contexto, com o objectivo de Proporcionar crianças/famílias um bem-estar saudável e um desenvolvimento integral e harmonioso; Defender e divulgar os direitos das crianças/famílias junto das diferentes entidades e contribuir para a promoção económica e social das famílias e, consequentemente, para a integração social e familiar de crianças/jovens de e na rua.

A Fundação Infância Feliz é uma associação de carácter humanitário, de beneficência e sem fins lucrativos, que tem por finalidade a promoção dos direitos da criança cabo-verdiana, com destaque para criança e o adolescente em situação de risco.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Ela vem trabalhando no sentido de contribuir para a melhoria das condições de vida na camada infanto-juvenil com acções educativas, de empowerment das mães solteiras, de promoção de segurança alimentar nas escolas, saúde e de mediação de conflitos, contribuir para a realização dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, sobretudo em situação de risco, promover uma onda de solidariedade e vontades que possam contribuir para uma melhor qualidade de vida dessas camadas, investindo nas áreas de educação cívica e pré-escolar, ocupação dos tempos livres, actividades desportivas, culturais e recreativas, desenvolver a formação e capacitação profissional e técnica, contribuir para o combate ao VIH/ SIDA e proteger crianças portadoras do vírus e órfãos de SIDA, contribuir para a luta contra pobreza e exclusão social no seio da camada infanto-juvenil, combater a violência e o mau o mau trato contra crianças.

A Associação Acarinhar, é uma instituição privada de solidariedade social sem fins lucrativos, tem como objectivo a promoção do bem-estar e qualidade de vida das crianças com Paralisia Cerebral e das suas Famílias, tendo em vista proporcionar-lhes um desenvolvimento integral e harmonioso dentro da sociedade, combatendo a sua invisibilidade, dado que a inclusão começa na aceitação da sociedade nessa problemática e no convívio com outras crianças, valorizando o direito das mesmas. Ainda temos as organizações internacionais que trabalham através de parcerias com as organizações governamentais e não-governamentais, no sentido de ajudar o país a dar respostas satisfatórias no que tange a problemática da infância em Cabo Verde, e garanti-los a sua protecção em todas as formas, como é o caso da Unicef, da cruz vermelha, das aldeias SOS, Bornfonden e dentre outras, através de programas e projectos que tendem a melhorar as condições de vida das famílias e ajuda-las a garantir a protecção das crianças e dos adolescentes.

Capítulo 3: A institucionalização enquanto resposta do sistema de protecção para a infância

Dado que a questão da institucionalização não é recente, sendo o abandono e a violência fundada na relação de poder em que eram submetidos as crianças e os adolescentes, uma vez que elas não eram vistas como sujeitos, mas sim objecto passivo da sociedade.

Diante deste cenário, a institucionalização apareceu como aspecto caritativo, no sentido de manter a higienização da sociedade, em que as crianças que se encontravam a margem da pobreza e do abandono, eram considerados sujos, sem validade nenhum, que deveriam estar internados nos abrigos para não colocar em causa o normal funcionamento da sociedade.

Segundo Rizzini, (2004) ao longo dos tempos, as entidades de atendimento foram adquirindo formatos e dinâmicas de funcionamento que reproduziam as concepções reinantes na sociedade nos respectivos períodos. Uma delas – a cultura da institucionalização – permeou grande parte das práticas dos órgãos que actuavam com a população infanto-juvenil durante os últimos três séculos.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. Os objectos desta intervenção institucionalizante eram as populações órfãs e abandonadas, e os principais atores deste processo, num primeiro momento, foram pessoas e entidades ligadas ao clero. Nesta perspectiva Rizzini (2004:52) nos relata

As primeiras instituições para educação de órfãos e órfãs datam do século XVIII e foram instaladas em várias cidades brasileiras por religiosos (irmandades, ordens e iniciativas pessoais do clero). O regime de funcionamento das instituições seguia o modelo do claustro e da vida religiosa.

As primeiras instituições, surgiram com o aparecimento do cristianismo, que recolhiam os doentes, sem abrigos, e na altura a criança não era tida como um ser peculiar em desenvolvimento, eram recolhidas juntamente com os adultos nestas instituições durante o séc. XVI. Ainda nesta mesma época, com o aumento crescente das crianças abandonadas, começaram a partir de então a surgir instituições específicas como a “roda dos expostos e entre outras” que abrigavam estas crianças até os sete anos de idade, uma vez que a partir desta idade, elas já podiam responder por si próprias. Assim nos descreve Cruz (2006:28)

A Roda dos Expostos foi a primeira instituição oficial de assistência à criança abandonada no Brasil. Por muito tempo foi a única, além de ser uma das instituições de maior duração, pois foi criada na Colónia, passou pelo período Imperial, manteve-se na República e só foi extinta na década de 1950. Importante salientar que a Roda dos Expostos tinha a intenção de manter o sigilo/segredo do expositor, vivendo à margem da sociedade. Os religiosos, os leprosos, os doentes, os peregrinos e os bebés abandonados viviam em um mundo à parte, marginal. [...] Podemos entender como uma forma de manter em segredo as origens da criança, bem como de seu destino. Vemos, então, que algumas destas características se mantêm nos dias atuais.

Já no séc. XVIII começaram a surgir os hospícios como uma forma de institucionalização, com dois propósitos, sendo que a primeira era considerada como depósito, onde eram recolhidas as crianças delinquentes, órfão e os desfavorecidos economicamente de ambos os sexos.

A segunda era tida como casa de correcção das pessoas de vários destinos, como o caso das crianças enviadas pela justiça, das crianças que não “possuíam família”, as prostitutas, as mulheres não submissas entre outras.

A partir do séc. XX com a Declaração dos Direitos das Crianças, proclamada pela Assembleia Geral das ONU em 20 de Novembro de 1959, que veio sublinhar que “a criança deve

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. beneficiar de uma protecção especial com possibilidades e facilidades concedida pela lei, a fim de se poder desenvolver de uma maneira sã e normal, no plano físico, moral e social em condições de liberdade e dignidade.”

A Convenção dos Direitos das Crianças no seu artigo 19º faz a referência “que a criança temporária ou privadas do seu ambiente familiar tem direito a protecção e assistência especiais do Estado, as quais incluem, se necessário a colocação em estabelecimentos adequados de assistência as crianças.”

Diante deste artigo podemos referir a institucionalização como mecanismo de protecção e assistência a infância, dando resposta as falhas nos contextos familiares, sendo estas consideradas como espaço promotora de estabilidade e integração social e emocional das crianças que vivem em contextos familiares desequilibrados, muitas das vezes marcados pela negligência, abuso sexual, ausência parental, alcoolismo, psicopatologia parental, ou comportamento associal dos pais.

Salientando que contextos desta natureza, coloca a criança em risco e até desenvolver nelas, comportamento inadequado e psicopatológicas, seguindo esta linha (Dumaret et al 2000 apud Formosinho 2004:215) afirma “que um ambiente institucional estável, garantirá continuidade nas relações interpessoais e facilitará a sua eventual integração na estrutura social.”

Como Bronfenbrenner e Couter (1983) apud Formosinho (2004) já tinha referido que a institucionalização além de proteger as crianças, faces as falhas familiares, ela também pode encerrar dificuldades na adaptação das crianças no novo “contexto”, uma vez que ela a partir do momento que a criança der entrada na instituição de acolhimento, ela é confrontada com a necessidade de se ajustar a novas regras, “nova escola”, onde tem de apreender a cultivar e negociar novas relações com pessoas diferentes e em ambientes diferente, o que nem sempre será fácil.

Além do mais a institucionalização, provoca o afastamento da família de origem e da comunidade, na qual a criança se encontra inserida. Ainda outros factores, podem contribuir

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. na inadaptação da criança neste novo contexto, como o caso da discrepância de idade das crianças/adolescentes integradas no centro.

Segundo Villaverde (2000 apud Formosinho 2004), se por um lado a convivência entre as diferentes idades pode beneficiar a socialização, responsabilização, partilha, amizade, por outro pode facilitar o desenvolvimento de um tratamento inadequado para as diferentes idades.

De acordo com Martins (2006 S/p), a institucionalização não deve ser entendida apenas como uma falha no contexto parental, mas também como uma oportunidade de ganhos efectivos, tanto para a criança, assim como para a família.

Sendo que a partir do momento que a criança é institucionalizada, ela tem a oportunidade de viver sem estar sujeita a tantas rupturas e adaptações mal sucedidas, devido a disfuncionalidade parental, além disso, devido á própria organização da instituição e relação que institui, facilita o contacto com a família biológica da criança, uma vez que não proíbe a sua visita, antes pelo contrário promove e ao mesmo tempo faz o controlo destas relações.

A nível educacional e comportamental, as instituições são mais estruturadas e organizadas, contendo limites claramente definidos para os comportamentos, além disso a criança dando entrada numa instituição, passa a viver em grupo, o que pode facultar determinados benefícios como: estabelecimento de laços entre diferentes pares, desenvolvimento de sentimentos de pertença e cooperação relativamente ao grupo, interiorização de valores e padrões de conduta grupais, permitindo criar situações de ensaio de tomada de decisões em grupo.

Sendo que a experiência da vida em grupo favorece uma identificação com esse grupo de pares, além do desenvolvimento da própria identidade mediante atitudes, papéis e condutas do grupo Martins (2006 s/p).

Assim a intervenção junto da criança institucionalizada responderá as necessidades das crianças, se ela centrar-se na forma como cada sistema assume e implementa decisões para a mudança das características disfuncionais, dos papéis e responsabilidades da família na relação com a criança.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Na nossa óptica torna-se necessário envolver todos os intervenientes do processo de institucionalização, é imprescindível, só em rede e coesão a finalidade da mesma, pode complementar reduzir danos e estimular potencialidades.

A ligação Instituição/Família/criança e adolescente definem-se, como algo a construir progressivamente no tempo, na tentativa de estabelecer uma interacção dinâmica que possibilite um trabalho de equipa, no qual existe troca de informações e partilha de experiências, sobre um mesmo foco de atenção: as crianças/adolescente.

Para alcançar esta meta é necessário tomar consciência das dificuldades existentes na educação das crianças/adolescentes e do trabalho a promover com as suas famílias.

Intervir na educação dos adultos é uma meta emergente na área social. Acreditar nas capacidades de cada progenitor e valorizá-las, maximizá-las e rentabilizá-las para estabelecer uma continuidade do trabalho social e educacional dos profissionais das Instituições.

Segundo Dopico (2000) a coordenação entre diferentes sistemas e serviços na acção protectora é essencial nas respostas as necessidades de cada criança, enquanto pessoa sujeito e objecto de direitos, mas para responder estas necessidades, torna-se necessária trabalhar cada criança de uma forma individualizada, a fim de fornecer resposta adequada a cada caso.

De acordo com, Fernández del Vale, Zurita (2000:209) para que a institucionalização possa constituir um sistema efectivo a protecção a infância “torna-se necessária centrar-se em três aspectos: o conhecimento das necessidades das crianças, os princípios institucionais e a programação interventiva.”

3.1 Avaliação das necessidades da criança

Para uma efectiva protecção da criança na instituição de acolhimento, torna-se necessário uma avaliação das necessidades comuns das crianças, que tanto pode ser de cariz físico ou biológico como a alimentação, a integridade física e cognitivo.

Sendo que a separação das crianças das figuras representativas, podem conduzir a perdas e a sentimentos físico e materiais (decorrentes de mudanças nas condições contextuais), perdas psicossociais (na medida em que há uma separação em relação a família e outros grupos significantes) perdas socioculturais (devido a mudança das condições contextuais), o que implica na incorporação de novos hábitos, normas, valores, costume de varias ordens dentro da instituição, desde os educativos e recreativos até aos religiosos.

3.2 Princípios da instituição

Segundo Fernández del Vale, Zurita (2000:210) “são princípios que a instituição de acolhimento deve incorporar, a fim de promover um sistema efectivo de protecção e assistência as crianças, acolhidas nas instituições, são estes”.

a) Princípio da individualização:

Salienta que o individuo dentro da instituição de acolhimento deve ser considerado enquanto ser único com experiências, relações e futuros próprios.

Os costumes e crenças que a criança adquire como resultado da sua pertença a grupos culturais ou étnicos, devem ser respeitados, sendo que na instituição a tolerância e o respeito pela diversidade devem ser trabalhados.

Este princípio defende que as crianças ao fazerem parte destas instituições, elas devem ser informadas acerca da sua situação, como forma de minimizar o seu medo e a sua insegurança neste espaço, assim como informa-las sobre as normas, costumes e regras existentes.

b) Respeito pelos direitos das crianças

As instituições onde a criança encontra-se institucionalizada devem informar as crianças e suas respectivas famílias, os seus direitos e suas responsabilidades, assim como as sanções quando as regras são violadas.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Ainda, elas devem ser tratadas como pessoas dignas, baseando no respeito e afecto, conferindo-lhes o direito a comunicação e respeitando a sua intimidade e os seus contactos mútuos.

As crianças dentro da instituição, tem direito a fazer queixa e reclamações, quando se sentir maltratada ou pressionada por outra pessoa, a expô-la com total confiança e confidencialidade a profissionais internos.

c) Normalização e integração

A instituição deve alertar a criança institucionalizada, que ela pode e deve levar uma vida igual a qualquer outra criança, assim as rotinas e actividades desenvolvidas dentro da instituição, devem ser de acordo com as necessidades das crianças tendo em conta a sua cultura e idade.

A instituição deve dispor de espaços amplos de jogo e desporto, devendo favorecer o prazer ao desporto e relações sociais na comunidade.

Ainda, aos fins-de-semana a instituição deve permitir, uma ruptura no horário habitual, desenvolvendo nas crianças a capacidade de eleição nas actividades e relações sociais.

d) Enfoque no desenvolvimento e centração das potencialidades da criança

A instituição, deve considerar a criança sujeito em desenvolvimento, com especial necessidade de ser estimulada e protegido face aos objectivos da socialização. Porque a criança ao ser acolhida, traz consigo problemas pessoais e sociais, o que permite uma intervenção intensiva e centrada nas suas necessidades, envolvendo a procura de experimentação de novas actividades e novas experiências.

A convivência na instituição deve incluir a implicação e compromissos de cada criança, em função da sua idade e desenvolvimento, em responsabilidades relacionadas, com tarefas tais como a colaboração em tarefas domésticas e a manutenção da ordem, porque a medida que a criança entra na adolescência, torna-se prioritário trabalhar os objectivos relativos a competência de autonomia e independência como aprender a cozinhar, cuidar da roupa fazer compras etc..

e) Segurança e protecção

O clima de segurança e protecção é uma condição básica a toda a criança, especialmente aquelas que foram ou são vítimas de maus-tratos.

Nesta linha de pensamento a instituição de acolhimento deve exaltar medidas que garantem um ambiente confortável e seguro, nomeadamente a segurança física, adoptando medidas de segurança que evitem acidentes doméstico; prevenção de relações abusivas, através do controlo das relações entre as crianças e entre estas e funcionários, como forma de evitar a violência e os maus-tratos.

A instituição deve zelar pela promoção da autoprotecção, estabelecendo um programa de aprendizagem da autoprotecção para diminuir a vulnerabilidade face a determinadas situações através da detenção e evitamento de situações de risco para o abuso sexual, delinquência exploração laboral e consumo de drogas, fazendo com que a criança se sinta segura, querida e protegida.

f) Satisfação adequadas das necessidades básicas da criança

A instituição deve primar cuidados a nível do conforto habitacional das facilidades de acesso da criança, família, escola e outros serviços das comunidades, da alimentação e do vestuário, e ainda a garantia do transporte da criança a sua casa, sendo uma necessidade básica independentemente da disponibilidade económica da família.

g) Promoção da saúde

Salientando que a promoção da saúde, física e mental, envolve por um lado a atenção sanitária, avaliação médica inicial, reconhecimento e seguimento periódicos, bem como tratamento complementares, e por outro, a educação para saúde, ou seja a instituição deve desenvolver trabalhos educativos sobre temáticas como higiene pessoal, alimentação prevenção do consumo de álcool, tabaco e outras substâncias e ainda a prevenção de doenças infecciosas e a sexualidade.

h) Escolarização e oportunidades educativas

A educação enquanto aspecto básico da atenção nas instituições remete pra a importância da integração no sistema de ensino, bem como a criação de sistemas de apoios necessários.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

A criança deve ser integrada em escolas da comunidade, com melhor resposta as suas necessidades, procurando sempre que necessário, o apoio e reforço escolar, referindo que o êxito académico se relaciona directamente com o desenvolvimento pessoal e a auto-estima, e que o rendimento académico se deve promover a partir de estratégias variadas.

i) Envolvimento familiar

O futuro de uma intervenção de sucesso na protecção a infância passa por uma perspectiva de colaboração e coordenação da instituição com a família, ou seja a intervenção centra-se no caso familiar.

A instituição precisa trabalhar em sintonia com a família, a fim de melhor responder as necessidades das crianças, ainda promover acções de formação e sensibilização no que tange as responsabilidades e os deveres da família.

j) Colaboração e coordenação centrada na criança e sua família

Torna-se de extrema importância a colaboração da instituição com outros profissionais, como forma de ajudar as crianças a alcançar os seus objectivos. Assim, o processo de intervenção deve visar a integração de diferentes profissionais, pertencentes ou não a instituição, e ainda a colaboração, entre a instituição e os serviços familiares, os centros comunitários e as escolas.

k) Construção da instituição de acolhimento como contexto de qualidade

A profissionalização e preparação dos técnicos, nomeadamente através do acesso á formação continua, são de extrema importância para a construção de uma instituição de acolhimento como contexto de qualidade, que se sustenta em conhecimentos, experiências e competências profissionais, factores essenciais á satisfação das necessidades e direitos das crianças.

Ainda ela deve aprimorar para o exercício de avaliações e monitorização sistémicas, internas e externas dos serviços que ela presta ao seu público – alvo.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. Assim podemos dizer, que as medidas de protecção, que incluem a colocação da criança em instituição devem considerar as necessidades resultantes da experiência de vida familiar e permitir a coordenação entre diferentes sistemas e serviços na acção protectora.

As crianças na condição de institucionalizada, bem como suas famílias, por diferentes razões, partilham problemas e histórias que as colocam em risco, por isso as intervenções que visam melhorar o seu funcionamento integral, dependem da consideração que é dada as necessidades particulares de cada criança.

3.3 Programação da intervenção

De acordo com Fernández del Valle e Zurita (2000:216) “a intervenção em contexto institucional deve estar definida, fundamentada e delineada por uma planificação rigorosa, fundamentada nas leis relativas a infância, a família e aos mecanismos de protecção.” A imagem da criança que a instituição constrói deve sustentar-se nos seus direitos, especialmente com referencia á Convenção dos Direitos das Crianças das Nações Unidas. (ONU, 1989).

Um programa de intervenção institucional, entendido segundo (Formosinho, 2001) “como a disposição de recursos que perspectiva objectiva, funções e metas, visa um trabalho sistémica de avaliação das necessidades de cada criança, de intervenção e seguimento individualizado.” Sendo assim este trabalho pode e deve ser analisado, avaliado e, se necessário, reformulado, ao longo do processo inerente a cada criança institucionalizada, para isso torna-se necessária uma recolha sistémica de informação, de forma a construir o processo, quer a nível das actividades e interacções da criança, quer a nível dos contextos familiares da criança.

3.4 Breve abordagem dos centros de acolhimento existente na cidade da praia

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Como é do nosso conhecimento, em prol da protecção das crianças cabo-verdianas, foram definidas como uma das medidas de protecção a criação dos centros de acolhimento em varias ilhas de cabo verde, com o objectivo de garantir o bem-estar das crianças, principalmente aquelas que se encontram em situação de risco e alto risco. Sendo assim além de trabalhar o Centro de Protecção Social Lém cachorro, como sendo o nosso objectivo primordial, achamos pertinente dar a conhecer outros centros de acolhimento existente, na cidade da praia, dentre os quais destacamos:

3.4.1 Projecto Nós Kaza

O projecto” Nôs Kaza” visa a intervenção na realidade de crianças em situação de e na rua, na cidade da praia, seu desenho é inspirado no relatório final do recenseamento realizado pelo ICCA em 2005 que foi diagnosticado 663 crianças em situação de risco nas ruas de cabo verde, sendo uma média de 305 nas ruas da cidade da praia.

O projecto propõe uma referência de atendimento á criança em situação de rua bem como difundir o conceito de que o lugar de criança é na escola, com seus direitos fundamentais promovidos e garantidos.

O projecto tem como objectivo geral: apresentar se como uma acção positiva na vida das crianças assistidas pelo projecto, na medida em que evita o seu ingresso e permanência nas ruas, além de coloca-los a salvo de situações de risco tais como: exclusão social, exploração comercial, uso de drogas psicoactivas, gravidez precoce, violência física, psicológico e sexual, mendicância, trabalho insalubre, dentre outros.

Tem como objectivos específicos os seguintes: assegurar matrícula das crianças em situação de rua na rede oficial de ensino; desenvolver acções sócio educativas junto as famílias oportuna ando-as o fortalecimento familiar, viabilizando o acesso a bens, serviços, programas e projectos de geração de renda visando a sustentabilidade; estimular a participação de crianças em situação de rua nos diversos programas de retaguarda.

O projecto como forma de dar resposta a situação das crianças de e na rua em alto risco, foi criado o centro dia “Nos Kaza” que actua como retaguarda para o desenvolvimento das diversas actividades propostas para a criança / adolescente e suas famílias.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

O centro dia “Nos Kaza” constitui um serviço público, oferecendo um espaço de passagem para o trabalho com crianças/Adolescentes em situação de e na rua, e fora do sistema de ensino, com vistas a possibilitar um novo projecto de vida que viabilize a recuperação e manutenção do vínculo familiar e comunitário. Funciona das 8:00 h às 18:00 h e constitui público-alvo do centro crianças/ adolescentes com uma idade compreendida dos 6 aos 17 anos de idade.

1) O centro apresenta como sendo os principais objectivos

- Assegurar o atendimento de crianças e adolescentes em situação de e na rua e sus famílias, numa perspectiva de trabalho intersectorial, actuando como retaguarda para o projecto “Nos Kaza”, criança fora da rua dentro da escola;
- Identificar os vínculos familiares de crianças e adolescentes em situação de risco e averiguar a situação-económica da família, com vistas ao apoio para a reintegração familiar;
- Favorecer o acesso aos direitos fundamentais dentre as quais: saúde, educação, alimentação, lazer, cultura, cidadania e profissionalização;
- Realizar visitas domiciliárias para acompanhamento e fortalecimento da reintegração familiar, dentre outros objectivos.

O centro como forma de garantir a protecção das crianças em situação de e na rua, evitar a sua permanência na rua, vem garantindo um conjunto de direitos inerentes a vida destas crianças, que supostamente não eram garantidos no seu familiar e tão pouco na rua.

Sendo o lema do projecto “criança fora da rua e dentro da escola” no ano de 2009/2011, foram abordados 280 crianças de e na rua, e fora do sistema de ensino na cidade da praia, e dentre estas 75 encontravam-se em situação de alto risco, e foram encaminhados ao centro “Nos Kaza” dentre as 75 crianças, 17 delas foram reintegradas no seio familiar e no sistema de ensino, sendo os 58 permanecendo no centro mediante as suas necessidades profissional. De 2009 á 2011 o projecto enquadrrou no sistema e ensino 115 crianças e adolescentes, e 23 na formação profissional. O centro acolhe neste momento cerca de 78 crianças/adolescentes.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

A fim de garantir a educação destas crianças, é feita no próprio centro o estudo acompanhado, matrícula escolar nas escolas públicas e privadas, encaminhamento a formação profissional, apoio com kits escolar e passe transporte, acompanhamento da frequência escolar destas crianças, pela equipa do centro, dentre outras.

No nível da saúde, o projecto faz a intervenção de acordo com as necessidades de cada criança, sendo que são atendidas no próprio projecto, apenas casos de pequeno porte como, curativos etc..., os casos de maior gravidade são encaminhadas para a rede de saúde pública, como o hospital da trindade e Agostinho Neto.

Em parceria com a VERDEFAN são realizadas as consultas ginecológicas as crianças e aos adolescentes.

2) Actividades desenvolvidas pelo “Nós Kaza”

São desenvolvidas actividades lúdicas - pedagógicas, intercâmbio, festas comemorativas, passeios, piqueniques e varias dinâmicas de grupo entre as crianças que frequentam o centro com as crianças de outros centros de acolhimento, e ainda são realizadas várias palestras a fim de elevar o nível de conhecimento das crianças/adolescentes acerca da saúde sexual e reprodutiva, violência domestica, responsabilização paterna/materna, regras de conduta social, sexualidade, relação de género, dentre outras.

O centro como forma de prevenir a permanência das crianças na rua, vem desenvolvendo um conjunto de actividades junto das famílias como forma de estabelecer, uma reintegração da criança e o seu seio familiar dentre elas: o encontro mensal com as famílias no centro para expor a situação da criança, mas também para informar na óptica da família se as actividades do projecto têm dado resposta significativa a necessidade da criança, tem desenvolvido palestra com temas alusivos, principalmente no que diz respeito a responsabilidade paterna/materna, distribuição de cestas básicas as famílias mais carenciadas, ou seja ela vem trabalhando a família de uma forma paulatinamente, reconhecendo-a como ponto-chave na protecção da criança.

3.4.2 Centro de intervenção comunitária do Brasil

Foi inaugurado, 30 de Agosto de 2007 pelas entidades responsáveis aldeias infantis SOS e a fundação de solidariedade social.

Tem como principal finalidade consciencializar e responsabilizar as famílias pela importância que têm no desenvolvimento das suas crianças.

Objectivos:

- Prevenir o abandono infantil;
- Reduzir o abandono escolar;
- Reforçar a estrutura das famílias em risco;
- Promover o empreendedorismo;

Constituem o público-alvo do centro crianças abandonadas ou em risco de abandono; Famílias desestruturadas e/ou em risco, com uma idade compreendida entre os 7 aos 17 anos de escolaridade, funciona das 8:00 h às 17:00 h.

O centro vem desenvolvendo várias actividades, como forma de garantir os direitos dessas crianças, e assegurar a sua protecção como, distribuição de kits escolares, pagamento das propinas, distribuição de uniformes e materiais didácticos em parceria com a FICASE, acompanhamento escolar, matriculas, como forma de prevenir o abandono escolar, garantir um dos direitos básico que é a educação e protege-las da permanência com a rua.

No momento o centro dispõe de 4 Adolescentes que já concluíram o ensino secundário, encontram-se inseridos na formação profissional em serralharia, no Centro de Formação Profissional da Praia em parceria com o (IEFP).

No domínio da saúde, em parceria com a Verdefan, fazem o encaminhamento das crianças/adolescentes a consulta ginecológicas, acompanhamento psicológico no hospital da trindade, distribuição de medicamento para as crianças/adolescentes.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

No domínio do lazer, vem desenvolvendo actividades lúdicas pedagógicas, sessão de filme sobre temas que andam a afectar a sociedade cabo-verdiana, Palestra sobre os mais diversos temas, visitas de estudo entre outras.

Das 20 famílias beneficiárias deste projecto, existe no centro 64 crianças/adolescentes provenientes destas famílias. O centro vem trabalhando com as famílias no sentido de capacita-las e empodera-las, para melhor cuidarem das suas crianças desde a atribuição de cestas básicas, orientação a adolescentes grávidas; prevenção de doenças no seu filho; como evitar acidentes domésticos; como respeitar os direitos das Crianças e implementar deveres; desperta-los a importância de transmissão de valores; saber lidar com situações de violência doméstica. Neste mesmo sentido o centro tem estado a desenvolver nas famílias o espírito de empreendedorismo, como forma de torna-las independentes economicamente, com a formação e gestão de pequenos negócios.

Capítulo 4: Estudo de caso

Como estratégia de pesquisa optámos por um estudo de caso, cujo espaço privilegiado é o Centro de Protecção Social de Lém Cachorro, equipamento social do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente.

Iniciaremos este capítulo, com a caracterização do nosso objecto de estudo. De seguida, apresentaremos e discutiremos os resultados obtidos através do trabalho de campo, finalmente procederemos á apresentação das conclusões gerais do trabalho e de algumas propostas e sugestões para a escola estudada.

4.1 Caracterização geral do C.P.S.L.C

Segundo o regulamento interno do C.P.S.L.C (2008), O Centro de Protecção Social Lém Cachorro, é propriedade do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA), é um Equipamento Social destinado ao acolhimento de crianças e adolescentes em risco.

O Centro encontra-se situado na zona de Lém Cachorro, um dos Bairros mais pobres da periferia da Cidade da Praia, Ilha de S. Tiago, em Cabo Verde. A sua construção nos finais da década de oitenta e início da década de noventa, foi financiado pela organização não-

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. governamental Sueca RADDA Barnnen. Na altura, o Fundo das Nações Unidas para a infância – UNICEF e o ICM, transformado no ICCA assumiram e encarregaram-se de equipar o Centro. Actualmente a Cooperação Portuguesa encarregou-se desta tarefa.

As crianças acolhidas no Centro são oriundas de diversos Bairros da Capital e do interior da Ilha de S. Tiago e normalmente pertenciam a um agregado familiar bastante numeroso com rendimentos precários, chefiados por mulheres que permaneciam quase todo o período do dia fora de casa a procura de sustento para os filhos, enquanto os mesmos ficavam entregues a si próprios ou a cuidado de irmãos mais velhos, quando existiam, também crianças. Muitas dessas crianças acabaram por abandonar a Escola, passando a ocupar uma parte do seu tempo na rua, sujeitas a riscos vários, tais como violência física abuso sexual, maus-tratos entre outros.

No ano de 1999, e no âmbito da Cooperação entre Ministério da Segurança Social e do Trabalho de Portugal e o Ministério do Trabalho e Solidariedade de Cabo Verde, o Centro foi objecto de remodelação e ampliação, visando aumentar e melhorar a sua capacidade de resposta direccionada para o grupo alvo.

Neste sentido, foi construído mais um piso, integrando um ginásio e respectivo balneário, uma biblioteca, uma sala para reuniões. Os dois pisos já existentes, sofreram remodelações significativas, tendo sido devidamente equipadas as salas para a formação em Informática e Marcenaria Carpintaria, um refeitório amplo e anexo a Cozinha, estando esta equipa para apoiar acções de formação em culinária, bem como uma lavandaria. Igualmente, a nível da coordenação foi criada uma Comissão de Parceiros, integradas por duas partes, umas portuguesas, representando o Departamento da Cooperação do Ministério da Segurança Social e do Trabalho de Portugal e a Casa Pia de Lisboa e a outra Cabo-verdiana, composta pelo ICCA, DGSS, DGAEA, DGEBS, IEFP e da ONG Liga Nazarena de Cabo Verde.

O Centro de Protecção Social de Lém Cachorro tem capacidade para acolher 80 crianças e adolescentes.

O público-alvo do Centro de Protecção Social de Lém Cachorro são as crianças e adolescentes de ambos os sexos, com idade compreendida entre os 6 e 17 anos, em situação de vulnerabilidade, risco e exclusão social.

Não constitui objectivo do nosso trabalho em analisar os casos de sucessos e fracassos das crianças adolescentes que já passaram pelo C.P.S.L.C, mas achamos pertinente mencionar alguns destes casos, dado que o centro continua a apoiar as suas crianças adolescentes mesmo desinstitucionalizadas que agora são jovens e adultos que graças ao Centro tiveram essa oportunidade de levarem adiante as suas vidas.

4.1.1 Jovens desinstitucionalizados mas que continuam os seus estudos e com o devido apoio e seguimento por parte do Centro, a nível do ensino e integração no mercado de trabalho.

Tabela 2

A	Abrolhos 12º ano de escolaridade
B	Abrolhos 12º ano de escolaridade
C	Tecto Zero 9º ano de escolaridade
D	Alternativa 12º ano escolaridade trabalha num mini- mercado
E	Tecto Zero 12º ano escolaridade
F	Concluiu o 12º ano e encontra-se a prestar o serviço Militar mais com o desejo de fazer carreira nesta área.
G	Prestou o Serviço Militar e continua a trabalhar nesta Instituição;
H	Prestação de Serviço Militar, encontra-se no último ano do Ensino Secundário
I	Licenciado em Eng ^a . e Construção Civil – pela UNIPIAGET;
J	Licenciada em Contabilidade Empresarial e Organizacional – pela UNICV;
K	3º Ano Sociologia pela UNICV;
L	2º Ano Economia no ISCJS;

Podemos salientar que estes jovens em, apresentavam vários problemas tanto a nível comportamental, familiar e social, inclusive três deles na altura foram suspensos da escola, por terem apresentado comportamentos disruptivos e até em alguns casos foram pegos com armas brancas nas mochilas. Mas graças a todo o apoio da equipa do Centro de Lém Cachorro e do ICCA, hoje estamos diante de jovens, muito maduros, responsáveis com objectivos traçados, em busca de uma boa inserção sócio profissional.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

E de realçar que apesar destes e outros casos de sucesso, existem também os casos de fracassos, em que muitas crianças apesar de terem contacto com o centro

4.2 Objectivos do C.P.S.L.C

O Centro atende crianças e adolescentes, vítimas das dificuldades e dos problemas económicos, sociais, culturais e emocionais, tanto no seio da família como na sociedade em geral. O que resulta objectivamente deste problema é: o insucesso/abandono escolar, agressividade, problemas emocionais, baixo auto – estima, entre outros.

Quanto ao objectivo é de sublinhar que este equipamento social do ICCA foi fundado com a seguinte finalidade:

1. Promover a protecção, integração e reinserção familiar e social de crianças e adolescente em situação de risco e/ou exclusão social;
2. Capacitar os jovens para a sua integração sócio – profissional;
3. Envolver os familiares para assumirem as suas responsabilidades no processo educativo.
4. Garantir um atendimento que privilegia os cuidados básicos de protecção nas áreas de saúde, nutrição, orientação escolar, etc.
5. Garantir condições para que a criança aprenda a dialogar e a participar activamente em todos os contextos da vida social: sem violência, sem agressividade, saber ouvir/escutar.

De acordo com o Artigo III do Regulamento Interno do C.P.S.L.C, o Centro de Protecção Social de Lém Cachorro tem por vocação assegurar a educação, o ensino, a formação, o desenvolvimento integral da criança e do adolescente em risco de exclusão social, incluindo a

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. sua reabilitação, formação profissional e posterior integração e/ou reinserção sócio profissional.

4.3 Actividades realizadas no C.P.S.L.C

Uma das prioridades do Centro é a integração e inclusão obrigatória de todas as crianças e adolescentes no sistema de ensino aprendizagem, como forma de prepará-los a nível académico e intelectual para uma melhor inserção na vida social e profissional; acolhimento diário para ouvir os relatos das crianças e adolescentes sobre os aspectos que mais os afligem; acompanhamento e orientação escolar, como forma de diminuir o insucesso escolar dessas crianças e adolescentes; trabalho articulado com todas as escolas na pessoa dos gestores, directores e directores de turmas, mas também na sensibilização dos professores, sobre a problemática das crianças e jovens em situação de risco; artesanato, bijutaria, atelier de pintura e trabalhos manuais; actividades desportivas (futebol, educação física, karaté e judo e capoeira) com o objectivo de despertar o gosto pelo desporto; atendimento e acompanhamento psicológico e sociológico às crianças e respectivas famílias; encaminhamento e acompanhamento psiquiátrico nos hospitais; formação pessoal e social, através de apresentação e discussão de temas importantes no processo educativo das crianças e adolescentes; formação profissional (integração de adolescentes e jovens em formação profissional); visualização de filmes educativos, dança (batuco); intercâmbio com crianças e adolescentes de outros Centros, escolas, associações, grupos religiosos mas também com crianças das outras ilhas; visitas de estudos passeios convívios (principalmente nos períodos das férias lectivas); trabalho com as famílias das crianças e adolescentes (informação, formação e sensibilização junto com os pais e encarregados de educação); atendimento individual aos pais e encarregados de educação, visitas domiciliárias, encontro e reuniões, trabalhamos em parceria com varias instituições bem como a própria comunidade do Lém Cachorro, passeio e convívios, atendimento médico e medicamentoso, higiene pessoal; actualização dos processos individuais das crianças e adolescentes; actualização do banco de dados a nível dos resultados escolares a nível trimestral, entrada e saída das crianças e adolescentes; actualização dos resultados e ganhos obtidos ao longo dos anos; elaboração e entrega de relatórios de actividades e contas semestral; acompanhamento dos jovens

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. desinstitucionalizados, quer nas escolas, bem como nas formações profissionais, entre outras actividades desenvolvidas com a comunidade e com outros parceiros.

Em parceria com as Universidades, e da própria Administração Pública, o Centro anualmente recebe uma média de seis estagiários das diversas áreas (psicologia, sociologia, Serviço Social, Ciências da educação, entre outros).

O Centro funciona das 8.00h às 18.00h e as crianças têm três refeições, a saber: o pequeno-almoço, o almoço e o lanche. Esses utentes beneficiam de medicamentos, vestuário e materiais didácticos.

4.4 Critérios de Institucionalização no centro de protecção social do Lém Cachorro

Segundo o regulamento interno do C.P.S.L.C (2008), são institucionalizadas no C.P.S.L.C crianças e adolescentes que preencham os seguintes critérios:

- a) Abandono por parte da família ou encarregados de educação;
- b) Vítima de abuso sexual dentro ou fora da sua família;
- c) Vítima de agressão verbal física e psicológica;
- d) Vítima de exploração de mão-de-obra infantil em detrimento da escolarização;
- e) Estigmatização e marginalização pela família e pela sociedade;
- f) Vivência de rua, parcial ou total;
- g) Perturbação de comportamento;
- h) Absentismo e abandono escolar precoce;
- i) Impotência dos pais ou encarregados de educação para controlar o comportamento da criança ou adolescente;
- j) Situação de pobreza associada à negligência familiar;
- k) Conflitos familiares que provoca danos emocionais à criança ou adolescente;
- L) Crianças ou adolescentes oriundas de famílias incapacitadas de exercer o poder paternal.

A institucionalização só pode ser feita mediante o consentimento dos pais ou substitutos legais, decisão judicial, encaminhamento de outras instituições, demanda no próprio ICCA e

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. com a homologação da Presidente do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente, que tem como base de análise o relatório sociofamiliar do agregado familiar da criança/adolescente, elaborado pela equipa técnica do ICCA (Assistente Social, Psicóloga e socióloga) que são a coordenação do Programa Reintegração Social.

4.5 Apresentação e análise dos resultados

4.5.1. Análise da condição social e familiar das crianças acolhidas no Centro de Protecção Social de Lém Cachorro.

Assim como já tínhamos referido das 46 famílias com crianças institucionalizadas no C.P.S.L.C, o que equivale a um total de 80 crianças institucionalizadas neste espaço, seleccionamos 26 crianças institucionalizadas e as suas respectivas famílias, o que perfaz um total de 52 questionários.

Portanto o nosso grupo alvo abarca crianças/adolescentes dos 9 aos 17 anos de idade de ambos os sexos e as suas respectivas famílias.

4.5.2 Situação económica dos progenitores

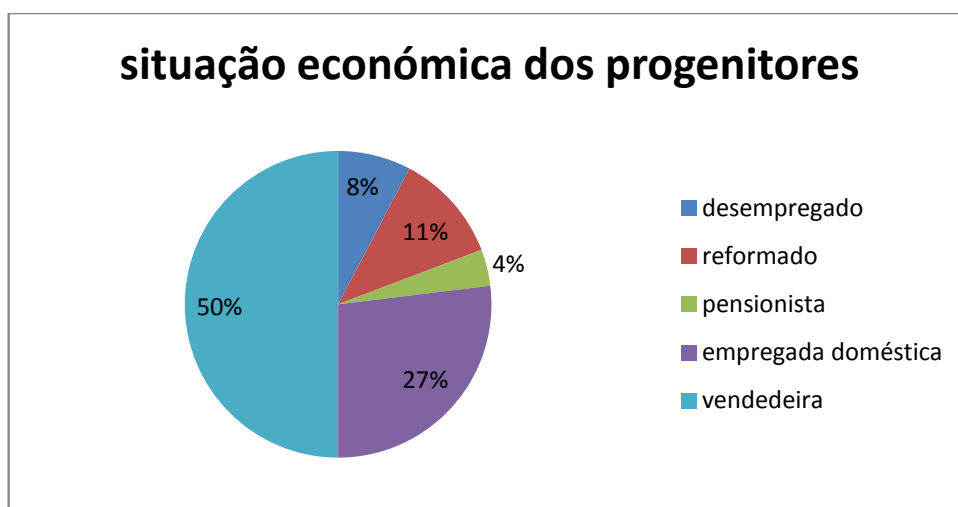


Gráfico 1- Situação Económica dos progenitores

Fonte: Resultado da investigação (2012)

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Quanto a profissão das famílias das crianças institucionalizadas no C.P.S.L.C, constatamos que a maioria, são vendedeiras ambulantes representando 50%, e 27% são empregadas domésticas, 11% são reformados, 4% são pensionistas e apenas 8% dessas famílias encontram-se sem nenhuma ocupação que possa garantir a sua sobrevivência no momento.

Torna-se pertinente realçar, que o nível de habilitação literária, acaba por condicionar o tipo de emprego a determinadas classes sociais.

É de referir, que o deficiente nível socioeconómico das famílias das crianças institucionalizadas está intimamente relacionado com o baixo nível escolar, que afecta a família destas crianças, sendo que 73,1% delas possuem o EBI completo e 3,9 tem o EBI incompleto, 11,5% dessas famílias adquiriram o ensino secundário incompleto, e 11,5% possuem o ensino secundário completo, contribuindo para o tipo da situação económica acima referido, o que acaba por excluí-los de um emprego formal, agravando muitas vezes o desemprego e um salário desqualificado na família*.

4.5.3 Rendimento familiar

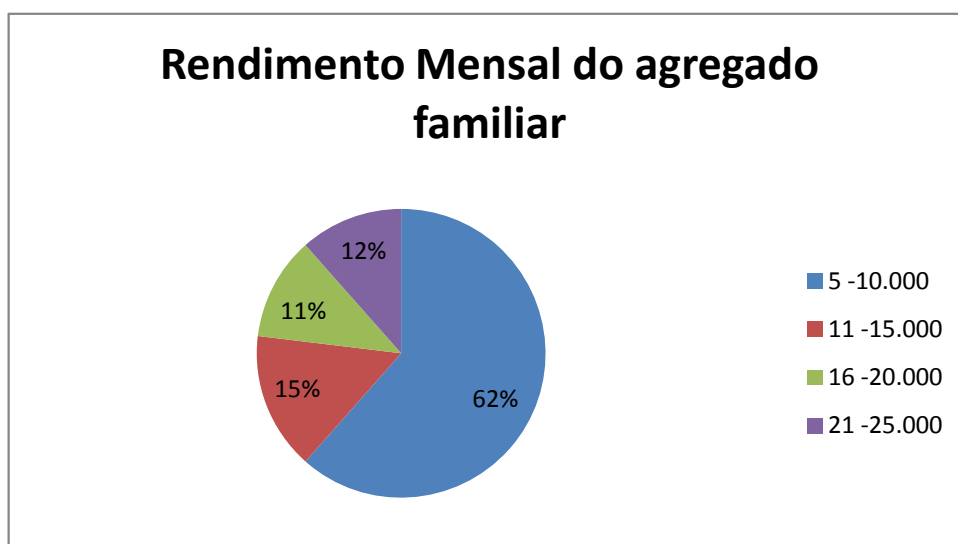


Gráfico 2 - Distribuição do agregado familiar segundo o rendimento mensal

Fonte: Resultado da investigação (2012)

* Ver apêndice da tabela

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

No que refere ao rendimento mensal das famílias inquiridas, constatamos que, o rendimento mensal dessas famílias não ultrapassa um valor de vinte e cinco mil escudos por mês, sendo que 62% (16) dessas famílias auferem por mês uma quantia de 5 -10 mil escudos mensal e 26,% (7) auferem mensalmente uma quantia de 11 -20 mil escudos mensal, e apenas 12% (3) delas auferem um salário de 21 a 25 mil escudos mensal.

De acordo com esses resultados, podemos afirmar que estas famílias possuem um rendimento mensal bastante precário, o que muitas vezes acaba por repercutir na garantia e satisfação das necessidades mais básicas dos seus membros, principalmente das crianças e adolescente, colocando em causa o seu desenvolvimento físico e psicológico, e até mesmo levando-as a rua e ao trabalho informal em busca de melhores condições de vida.

4.5.4 Configuração da chefia familiar

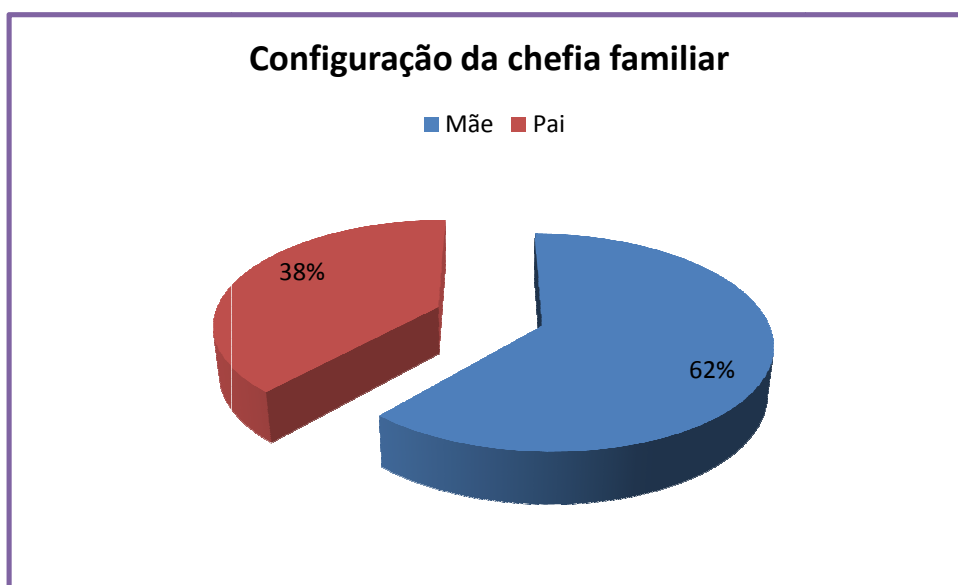


Gráfico 3 – Configuração da chefia familiar

Fonte: Resultado da investigação (2012)

Podemos constatar que nessas famílias, 62% ou seja a maioria é chefiada por mulheres, que na ausência do pai sente obrigação de tomar toda a responsabilidade dos filhos tanto na educação como no desenvolvimento físico e material, e 38% é chefiada pelo Pai. Isto acaba por confirmar com os dados da QUIBB 2007 que apontam que 37,6% das famílias cabo-

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

verdianas são monoparentais, isto é tem apenas um dos progenitores em casa, sendo que em 67,5% destas famílias a mulher é a principal responsável pelas condições sociais e económicas do agregado.

Podemos afirmar que a maior participação das mulheres no sistema financeiro familiar, acabaram por imprimir um novo perfil à família. Em harmonia à estrutura familiar tradicional, que tinha o homem como o único provedor da família e a mulher como única responsável pelas tarefas domésticas e cuidado dos filhos, mas de acordo com as mudanças ocorridas no sector económico devido ao fenómeno da globalização este papel, ou este modelo familiar inverteu-se, tornando possível a divisão de tarefas, entre homens e mulheres.

Neste sentido Wagner & Szmansk (2002) apud D'Arroz (2008:20)

Até tempos atrás, a família organizava-se em torno da figura do pai, fechado em sua intimidade e com determinado padrão de educação para os seus filhos, mas ao longo dos anos vem passando por varias mudanças, e as acções de cada membro passaram a afectar os outros e vice-versa.

Estas transformações levaram o surgimento de novas organizações familiares como o caso, da família igualitária, família extensa, família reconstituída, família recomposta, monoparentais, etc., sendo assim a família não é mais vista como um sistema privado de relações, uma vez que as actividades individuais e colectivos estão intimamente ligadas e se influenciam mutuamente.

4.5.5 Relação entre o nº do agregado familiar por habitação e o rendimento mensal das mesmas.

No que diz respeito á dimensão do nº do agregado familiar, conforme indica a tabela nº 3, cerca de 50,0% das famílias tem entre 5 a 8 elementos, 42,3% é composta por 1 a 4 elementos e uma minoria cerca de 7,7% possui entre 13 a 16 elementos no seu seio familiar.

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid 1 -4	11	42,3	42,3	42,3
5 -8	13	50,0	50,0	92,3
13 -16	2	7,7	7,7	100,0
Total	26	100,0	100,0	

Tabela 3 – Nº de pessoas por agregado familiar

Fonte: Resultado da investigação (2012)

Cruzando as informações referentes á dimensão do agregado familiar com o rendimento socioeconómico das famílias, constatamos pela tabela nº 4, que 61,5% (16) das famílias recebem mensalmente um salário de 5 a 10 mil escudos por mês, sendo que 6 destas famílias é composto por 5 a 8 membros, cerca de 15,4% (4) dessas famílias recebe um salário mensal de 11 a 15 mil escudos, e cabe-nos realçar que destas 4 famílias com este rendimento, 3 é constituída por 5 a 8 membros no seu seio, e 11,5% das famílias recebem um salário um salário entre 16 a20 mil escudos mensal e 11,5 recebe um salário de 21 a 25 mil escudos por mês.

Nº do agregado familiar do inquirido * rendimento mensal da familia do inquirido Crosstabulation

			rendimento mensal da familia do inquirido				Total
			5 -10.000	11 -15.000	16 -20.000	21 -25.000	
Nº do agregado familiar do inquirido	1 -4	Count	8	1	2	0	11
		% of Total	30,8%	3,8%	7,7%	,0%	42,3%
	5 -8	Count	6	3	1	3	13
		% of Total	23,1%	11,5%	3,8%	11,5%	50,0%
	13 -16	Count	2	0	0	0	2
		% of Total	7,7%	,0%	,0%	,0%	7,7%
	Total	Count	16	4	3	3	26
		% of Total	61,5%	15,4%	11,5%	11,5%	100,0%

Tabela 4 – cruzamento entre o nº do agregado familiar e o rendimento mensal família com crianças institucionalizadas no C.P.S.L.C.

Fonte: Resultado da investigação (2012)

Como podemos observar na tabela 4, a maioria dessas famílias vivem em condições socioeconómica bastante precária, ou seja com um baixo rendimento económica para suportar todas as despesas e garantir uma qualidade de vida saudável.

Uma outra constatação prende-se com o facto de existirem famílias bastantes numerosas, que integram no seu seio, por vezes pai, mãe, filhos, tios, sobrinhos, sendo que a maioria dessas famílias 54% possui apenas um membro empregado e cerca de 27% encontra-se em situação de desemprego. Situação, esta que acaba por agravar a pobreza no seio familiar levando até

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. mesmo na sua desestruturação e desrespeito pelo direito das crianças que integram nessas estruturas.*

Como já tinha referido Gomes & Pereira (2005:359)

Quando a casa deixa de ser um espaço de protecção para ser um espaço de conflito, a superação desta situação se dá de forma muito fragmentada, uma vez que esta família não dispõe de redes de apoio para o enfrentamento das adversidades, resultando assim na sua desestruturação. A realidade das famílias pobres não trás no seu seio familiar a harmonia para que ela possa ser a propulsora do desenvolvimento saudável de seus membros, uma vez que seus direitos estão sendo negados.

4.5.6 Situação habitacional

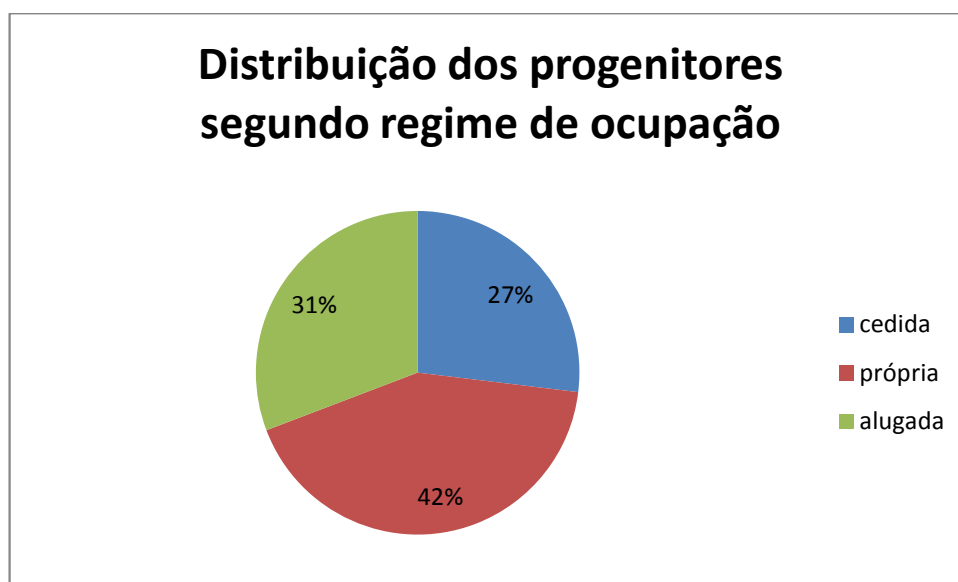


Gráfico nº 4 – Situação habitacional da família.

Fonte: Resultado da investigação (2012)

No que diz respeito a situação habitacional destas famílias, podemos constatar que 42% vive em casa própria, 31 % habitam em casa alugada e 27% em casa cedida, como indica o quadro.

Cabe-nos realçar que a maioria destas habitações, 54% apresentaram uma condição péssima para a habitabilidade, cerca de 61,5% não possuem uma casa de banho, nem a instalação

* Ver apêndice da tabela.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. eléctrica, e cerca de 53,8% delas não possui água canalizada, o que pode contribuir para uma situação precária de higiene, levando o aparecimento de doenças a vida familiar.*

4.5.7 Integração das crianças no centro

Procuramos informar junto das famílias o que levou-as a integrarem as suas crianças no centro, e a não ficarem sob os seus cuidados, tendo em conta que a família presente em todas as sociedades, é um dos primeiros ambientes de socialização do individuo, actuando como mediadora principal dos padrões, modelos e influências culturais, é também considerada a primeira instituição social que, em conjunto com outras, busca assegurar a continuidade e o bem-estar dos seus membros e da colectividade, incluindo a protecção e o bem-estar da criança.

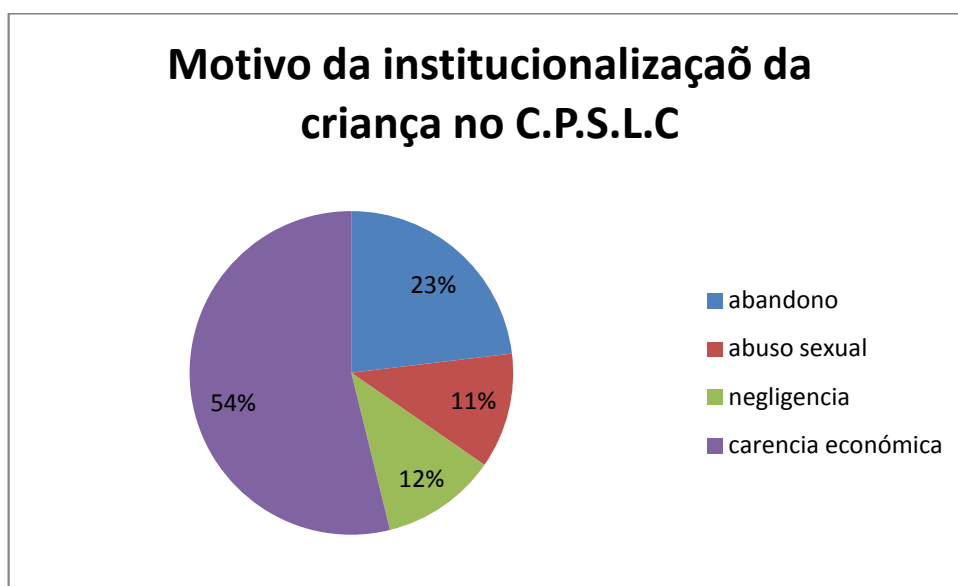


Gráfico 5 - Motivo da institucionalização da criança no C.P.S.L.C

Fonte: Resultado da investigação (2012)

Relativamente á razão da integração das crianças/adolescentes no C.P.S.L.C, verificamos que os motivos mais assinalados foram: carência económica (54%), podendo assim averiguar que a maioria destas crianças são provenientes de famílias carenciadas, seguida do abandono (23%) e os restantes 23% apontados foram a abuso sexual e negligência por parte da família. Cabe- nos referir que cada uma destas famílias possui integradas no C.P.S.L.C, cerca de um a

*ver apêndice da tabela.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. um seis crianças neste espaço. Ou seja (73,1%) possui um a três crianças institucionalizadas, e 26.9% possui quatro a seis crianças institucionalizadas no C.P.S.L.C.*

Através desta análise foi possível concluir aquilo que a literatura tem vindo a referir ou seja, a institucionalização como sendo uma alternativa face a falhas nos contextos sociais (sobretudo no microssistema familiar) que caracterizam previamente a vida das crianças. Na generalidade tratam - se de contextos marcados por abusos sexuais, físicos, negligencia, ausência parental, psicopatologia parental, alcoolismo ou comportamento associal dos pais (Formosinho 2004).

Muitas vezes as práticas negligentes incluem, a interrupção ou privação dos cuidados parentais, a privação afectiva relacional e social, as expectativas elevadas ou prematuras faces á criança, a desatenção e falta de afectividade parental, a indiferença, o fracasso em dar resposta às necessidades físico, psicológico e emocional normal e adequado a criança. Um outro motivo da institucionalização destas crianças que transparece ao longo desta investigação, é a problemática da negligência abandono e o abuso sexual por parte da própria família, como já tinha referido Green (1991) apud Dias (2004:107) “a negligência refere-se á impossibilidade de os pais ou responsáveis proporcionarem á criança condições para um desenvolvimento criança em função das suas diferentes fases de crescimento.”

No que refere ao abuso sexual que atinge a 11% destas crianças a serem institucionalizadas no C.P.S.L.C Bayard (1997) apud (2004:101) salienta que este fenómeno

Trás no seu seio efeitos negativos para crianças tais como: a depressão, a ansiedade, a falta de apoio social, a vitimação, problemas comportamentais, esses efeitos negativos normalmente são acompanhadas por sentimentos negativos como, uma fraca auto-estima, a sensação de insegurança e de traição e a falta de afectividade, ainda cabe-nos referir que este tipo de abuso pode afectar o desenvolvimento das características parentais futuras dessas crianças.

Neste sentido Morais (2001:117) já tinha referido que a “violência que ocorre no seio da família afecta o desenvolvimento e a vida das crianças a vários níveis: físicos, emocional, psicológico e social.” Estudos levados a cabo em alguns países mostraram que as crianças que vivem em famílias onde há práticas de violência, sofrem de transtornos de varias naturezas, transtornos emocionais e de comportamentos, com reflexos nas diferentes dimensões da vida das mesmas.

*ver apêndice da tabela.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Ao questionarmos as famílias, se as acções desenvolvidas pelo C.P.S.LC contribuem para a melhoria das condições de vida destas crianças, todas elas (100%) responderam que sim, “uma vez que a partir do momento que as crianças entram no centro, elas tem uma alimentação diária, que muitas vezes não era garantido em casa, frequentam a escola, uma vez que o centro sustenta todas as despesas com o sistema de ensino, o desempenho escolar das crianças são bastante positivo, devido o respeito pelas regras estabelecidas, a orientação o gosto pelo estudo que não tinham antes, devido a falta de incentivo, e o baixo nível de escolaridade dos progenitores em investir na educação como condição necessária na melhoria das condições de vida, e acima de tudo um lugar para ficarem em segurança, devido a condição dos progenitores que diariamente saem de manhã ao trabalho e regressam tarde, ficando as crianças sozinhas, sem uma pessoa para impor-lhes regras, e faze-las cumprir, levando-as muitas vezes a transformar em delinquentes.* Todos (as) afirmaram, de uma forma unânime, que o Centro tem vindo a trabalhar não só com as crianças/adolescentes institucionalizadas neste espaço, mas também com pessoas e comunidade em geral, conscientizando-as sobre os seus direitos e deveres para com as suas crianças.

4.5.8 – Intervenção do centro na vida familiar da criança institucionalizada.

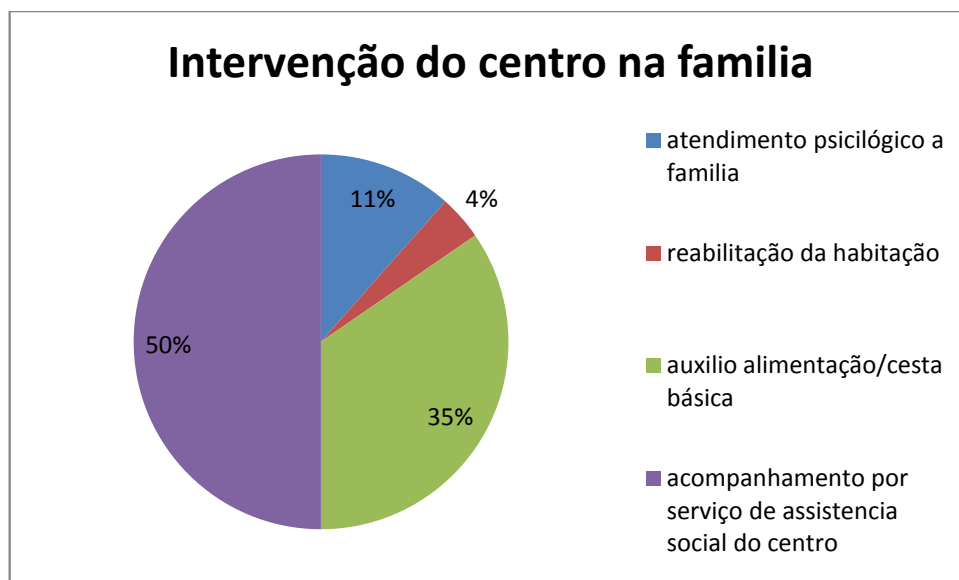


Gráfico 6 - Intervenção do Centro na vida familiar da criança.

Fonte: Resultado da investigação (2012)

*Ver apêndice das tabelas.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Diante deste cenário, pudemos constatar que 50% dessas famílias foram acompanhados por serviço de assistência social do centro, com a finalidade de acompanhar de perto as reais necessidades enfrentados por estas famílias e que na maioria das vezes afligem a vida das suas crianças, afim de melhor intervir, de seguida 35 % dessas famílias são beneficiarias de cestas básicas, para ajudar na satisfação das necessidades básicas da família e sobretudo das crianças, sendo que como já tinha dito (Formosinho 2004), “a instituição deve primar cuidados a nível do conforto habitacional das facilidades de acesso a criança, família, escola e outros serviços das comunidades,” ou seja a instituição precisa trabalhar em sintonia com a família, afim de melhor responder as necessidades das crianças.

4.5.9 Caracterização das crianças/Adolescentes do C.P.S.L.C

Sexo do inquirido * Idade do inquirido Crosstabulation

			Idade do inquirido			Total
			9 -11	12 -14	15 -17	
Sexo do inquirido	Masculino	Count	2	11	5	18
		% of Total	7,7%	42,3%	19,2%	69,2%
	Feminino	Count	2	4	2	8
		% of Total	7,7%	15,4%	7,7%	30,8%
Total		Count	4	15	7	26
		% of Total	15,4%	57,7%	26,9%	100,0%

Tabela 5 - cruzamento entre a idade e o sexo das crianças inquirido.

Fonte: Resultado da investigação (2012)

De acordo com a tabela acima referido, podemos constatar que a maioria destas crianças, são do sexo masculino (69,2%) e 30,8% são do sexo feminino. Relativamente a idade, constatamos que a maioria situa-se no grupo etário de 12 a 14 anos de idade (57,7%). Não há uma grande disparidade em termos de idade destas crianças/adolescentes, visto que a maioria delas encontra-se na faixa etária entre os 12 aos 17 anos de idade.*

Estas crianças/adolescentes, a maioria são provenientes de família monoparentais, sendo que 57,7% delas vive somente com a mãe, e apenas 19,2% delas vive com ambos os progenitores, referindo ainda ao tempo de institucionalização das crianças no Centro, podemos dizer que a

* Ver apêndice tas tabela.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. maioria, cerca de 53,8% já tiverem entre 1 a 2 anos institucionalizados e 34,6%, ente 3 a 4 anos, ou seja o tempo de institucionalização destas crianças no centro varia de 1 a 4 anos.*

4.6 - Mudanças ocorridas depois da institucionalização destas crianças no C.P.S.L.C

			Como é o comportamento do inquirido depois da institucionalização no centro			Total
			Muito bom	Bom	Suficiente	
Como era o seu comportamento antes da institucionalização do inquirido	Muito bom	Count	1	1	0	2
		% of Total	3,8%	3,8%	,0%	7,7%
	Bom	Count	3	1	1	5
		% of Total	11,5%	3,8%	3,8%	19,2%
	Suficiente	Count	1	1	0	2
		% of Total	3,8%	3,8%	,0%	7,7%
	Mau	Count	11	5	0	16
		% of Total	42,3%	19,2%	,0%	61,5%
Total	Muito mau	Count	1	0	0	1
		% of Total	3,8%	,0%	,0%	3,8%
		Count	17	8	1	26
		% of Total	65,4%	30,8%	3,8%	100,0%

Tabela 6 – cruzamento do comportamento das crianças antes e depois da sua institucionalização inquiridas.

Fonte: Resultado da investigação (2012)

De acordo com a tabela acima referido, podemos constatar uma mudança, em termos do comportamento das crianças/adolescentes inquiridas, antes de darem entrada no C.P.S.L.C foram confirmados que 61,5% tinham um mau comportamento, 19,2% tinha um bom comportamento, 7,7% tinha um comportamento de suficiente, 3,8% delas tinha um comportamento muito mau e apenas 2 deles (7,7%) tinham um comportamento muito bom, o que mudou completamente depois da sua institucionalização em que 65,4%, ou seja 17 deles passaram a tem comportamento muito bom, de seguida 30,8% tiveram um bom comportamento e apenas 3,8% apresentam um comportamento de suficiente, constatamos que não houve depois da institucionalização da criança no Centro, comportamentos inadequados

* Ver apêndice da tabela.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. ou seja (mau). Questionadas sobre o porque dessa mudança de comportamento, a maioria respondeu que no centro, são ensinadas as formas de comportar, o que antes não foram ensinadas em casa, e tão pouco prestavam atenção para este aspecto na escola, e que no centro todos devem respeitar todos, caso contrário são tomadas outras medidas como a proibição de participar nas actividades lúdico – pedagógicas, acampamento entre outras.

4.6.1 Situação escolar das crianças/adolescentes inquiridas.

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Sim	15	57,7	57,7	57,7
	Não	11	42,3	42,3	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

Tabela 7 – Integração das crianças no sistema de ensino.

Fonte: Resultado da investigação (2012)

Apesar da maioria destas crianças, encontravam-se inseridas no sistema de ensino (57,7%), uma grande parcela delas, não encontravam no sistema de ensino cerca de 42,3%. Dessas 42,3% que não se encontravam inseridas no sistema de ensino, a maioria delas, 26,9%, apontaram como motivo dessa não integração no sistema de ensino, o comportamento desviante, de seguida veio com 7,7% a falta de recursos por parte da família em assegurar a educação das suas crianças e 7,7% apontaram o insucesso escolar por parte das crianças como factor da não integração no sistema de ensino*.

4.6.1 Maus-tratos sofridos pelas crianças/adolescentes institucionalizadas

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Sim	9	34,6	34,6	34,6
	Não	17	65,4	65,4	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

Tabela 8 - Maus tratos físicos sofridos pelas crianças no seio familiar

Fonte: Resultado da investigação (2012)

*Ver apêndice das tabelas

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Analisando a tabela acima, apuramos que das 26 crianças inquiridas, questionadas se sofriam de algum tipo de maus tratos físicos por parte da família, constatamos que 65,4% (17) delas responderam que não e 34,6% (9) já sofreram algum tipo de maus-tratos.* Das 9 crianças que responderam que já sofreram algum tipo de maus tratos no seio familiar, 55,6% delas foram causados pelo próprio pai e 33,3% pela mãe, e somente 11,1% foi praticado pelo padrasto da criança/adolescente.

Como afirma Moraes (2001) “a família, enquanto primeiro espaço de interacção, em vez de protecção, de refúgio e de preparação para a vida social, passa a ser um espaço de conflito, de tensão e de manifestação de comportamentos anti-sociais.”

Portanto ao nosso ver, para prevenir estes problemas de violência na família, torna-se necessário apoiar e fortalecer as famílias, nas suas várias dimensões, económicas, sociais e educativa, de modo a poderem exercer as suas funções de oferecer condições de desenvolvimento aos seus membros, em especial às crianças, sendo de relembrar que essa preocupação vai de encontro ao estabelecido na nossa constituição que afirma que a família, base da sociedade deve ter especial protecção do Estado.

4.6.2 Aproveitamento escolar das crianças/adolescentes institucionalizadas.

		Depois da sua institucionalização no Centro, como foi o seu aproveitamento escolar.			Total
		Muito bom	Bo m	Suficiente	Muito bom
Como era o seu aproveitamento escolar antes da sua institucionalização	Mui to bom	1	1	1	3
	Bo m	3	3	1	7
	Sufi cien te	7	4	2	13
	Insu ficie nte	0	2	1	3
Total		11	10	5	26

* Ver apêndices das tabelas

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Tabela 9 – Cruzamento do aproveitamento escolar das crianças antes e depois da sua institucionalização

Fonte: Resultado da investigação (2012)

Analisando o aproveitamento escolar dessas crianças/adolescentes, podemos constatar que a maioria delas, antes da sua entrada no Centro 13 delas possuíam um grau de aproveitamento escolar de suficiente (50%) e 27%, (7) tinham um aproveitamento de bom, 11,5% (3) tinham um mau aproveitamento e 11,5% tinha um aproveitamento escolar de muito bom. Depois da institucionalização das crianças, houve uma mudança termos do aproveitamento escolar, dado que 42,3% (11) dessas crianças passaram de suficiente para Muito bom, 38,5% (10) obtiveram um bom nível de aproveitamento, ficando as restantes 19,2% (5) com um aproveitamento escolar de suficiente, cabendo realçar que não houve nenhuma criança com mau aproveitamento escolar depois da sua entrada no C.P.S.L.C.

4.6.3 Programas/serviços oferecidos pelo centro

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Atendimento psicológico	9	34,6	34,6	34,6
	Tratamento de saúde	3	11,5	11,5	46,2
	Garantia das matrículas e matérias escolares	13	50,0	50,0	96,2
	Integração na formação profissionalizante	1	3,8	3,8	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

Tabela 10 - programas e serviços oferecidos pelo Centro as crianças institucionalizadas.

Fonte: Resultado da investigação (2012)

Dos programas e serviços oferecidos pelo centro as crianças, a maioria delas 50,0% são beneficiadas com as matrículas escolares anualmente, 34,6% recebem atendimento psicológico, 11,5% delas são encaminhadas pelos serviços de saúde 3 3,8% delas foram integradas na formação profissionalizante.

De entre estes programas oferecidos, ainda as crianças/adolescente realizam diversas actividades proporcionadas pelo centro, sendo que 73,1% delas realizam diariamente actividades recreativas, culturais e desportivas, 7,7% realizam artesanato e 19,2% afirmam receber orientação pessoal e social por meio de palestras, conversas, encontros e discussão de

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. casos *. Há também o estudo orientado, acompanhado por professores e monitores como forma de diminuir o insucesso escolar das crianças, ainda estas crianças tem acesso a alimentação, materiais escolares, propinas pagas, medicamentos como forma de ajuda-las a suprirem as suas necessidades básicas que na maioria das vezes não são garantidas pela família.

Na nossa óptica consideramos as acções desenvolvidas pelo C.P.S.L.C, como sendo bastante importante para estas crianças, dadas as condições de vida dos seus familiares, que na maioria são precários, sem mínimas condições de garantir estas crianças a uma vida digna com a plena realização dos seus direitos, que vai desde o lazer, passando pela educação como sendo factor de mudança e desenvolvimento, visto que, entendemos a educação não só como um potenciador de recursos, mas também como um espaço de abertura e de solidariedade, de justiça e de responsabilização mútua, de tolerância e respeito, de sabedoria e de conhecimento destas crianças, sendo que devido as condições socioeconómicas das famílias, que são bastante precária condiciona muitas vezes a entrada das suas crianças no sistema de ensino.

4.6.4 Análise e comentário das informações das entrevistas aplicadas aos sujeitos de pesquisa.

Considerando os dados da entrevista, há um consenso entre a camada directiva da instituição na medida que todos afirmaram que as crianças dão entrada no C.P.S.L.C, através das denúncias feitas pelos encarregados de educação da própria criança, ou de outras instituições ao Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente, e conforme o gravidade do caso, são elaborados relatórios no ICCA, e encaminhado pelo C.P.S.L.C, permitindo assim a institucionalização da criança no Centro.

A política do Centro consiste, em promover e salvaguardar o direito das crianças e adolescentes institucionalizadas. Sendo que a maioria destas crianças dão entrada no centro devido a violação dos seus direitos básicos, que vai desde a privação da alimentação, devido a precariedade económica da família, que muitas vezes leva-as a negligenciarem as suas responsabilidades e o papel que devem assumir na criação e educação das suas crianças.

* Ver apêndice das tabelas

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Ao serem indagados sobre os principais problemas enfrentados por estas crianças no seio familiar, foram afirmadas pelas entrevistadas, que estas crianças vivem no seio de famílias muito vulneráveis, tais como o consumo e tráfico de drogas, são crianças provenientes de famílias monoparentais, onde a mãe é a principal chefe de família, com grande número de filhos, são crianças que desde muito cedo são confrontados com conflitos no seio familiar, assumem responsabilidades dentro da família ainda com a tenra idade, e diariamente confrontam com a violação dos seus principais direitos desde a privação da alimentação, abandono escolar precoce, maus tratos, trabalho infantil e dentre outras.

Relativamente a questão 4 da entrevista, o Centro tenta intervir, de melhor forma possível as reais necessidades que estas crianças, vem passando e neste sentido, vem desenvolvendo um leque de actividades que vão de encontro a estas necessidades, tais como a integração e aposta na educação das crianças, acompanhamento social e psicológico e garantia efectiva das suas necessidades básicas.

De acordo com as entrevistadas, o C.P.S.L.C, prioriza o trabalho com a família destas crianças, juntamente com as escolas, que a equipa técnica do Centro considera como uma das principais aliadas neste sistema, buscando meios, seja ela financeira e não só em prol do desenvolvimento das classes menos desfavorecidas.

O C.P.S.L.C tem apostado no processo de ensino aprendizagem, uma vez que eles entendem, que através do ensino/aprendizagem estão a preparar as crianças e adolescentes a adquirirem conhecimentos, que a médio e longo prazo, permite as crianças e adolescentes ingressar num mercado de trabalho digno como forma de garantir uma condição económica sustentável, a fim de melhorar as suas condições de vida e possivelmente das suas famílias.

A equipa técnica do C.P.S.L.C, consideram a sua actuação em prol da protecção social e familiar destas crianças, como sendo bastante positiva, uma vez que a partir do momento que as crianças dão entrada no Centro, a meta principal é salvaguardar os direitos dessas crianças que na maioria das vezes são fragilizadas no seio da própria família, e neste sentido as acções que o centro vem desenvolvendo vão de encontro com as reais necessidades do seu público-alvo.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Questionadas sobre a actuação do Centro junto das famílias das crianças institucionalizadas, afirmaram que sem margem de dúvida, “trabalhar a criança implica trabalhar a família”. Nesta perspectiva o Centro, realiza uma abordagem sistémica, junto das famílias, no sentido de analisar as reais necessidades enfrentadas por estas e traçar um plano de intervenção com elas desde a orientação psicológico e sociológico, sensibilização através de palestras e debates, distribuição de cestas básicas e encaminhamento para outras instituições, a fim de responder a demanda que o C.P.S.L.C não consegue colmatar.

5.CONCLUSÃO

Chegou-se ao fim de uma etapa, que pensa-se ter contribuído para um melhor entendimento sobre a situação das crianças no seu seio familiar, levando-as muitas vezes as instituições e organizações da área da infância, a intervirem na promoção e salvaguarda dos direitos das mesmas e, consequentemente, da família.

Quando os contextos ecológicos nas quais a criança envolve directamente são desadequados ou insuficiente ao seu desenvolvimento, a institucionalização surge como alternativa que deve considerar primordialmente o interesse superior da criança.

Sendo que as medidas de protecção, que incluem a colocação da criança em instituições, devem considerar as necessidades resultantes da experiência de vida familiar e permitir a coordenação entre diferentes sistemas e serviços na acção protectora.

As crianças na condição de institucionalizadas, bem como as suas famílias, por diversas razões, partilham problemas e histórias que as colocam em risco. Neste sentido, entendemos que intervenções que visam melhorar o seu funcionamento integral (físico, psicossocial, interpessoal, familiar) dependem da consideração das necessidades únicas de cada criança.

Assim, da análise das informações recolhidas pudemos afirmar, que o processo de institucionalização, constitui um factor de mudança nas condições de vida das crianças institucionalizadas, dado que muitos dos problemas que determinam a institucionalização das crianças e adolescentes no Centro, cada criança vive uma situação familiar diferente do outro. Elas são marcadas por muitos traumas ao longo da vida o que leva com que desde muito cedo tenham comportamentos que põe em causa sua integração familiar escolar e social.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Dos vários problemas que os afectam podemos destacar: os maus-tratos físicos, emocionais, negligência, abandono das crianças por parte dos seus pais e outros família, padrão de relacionamento familiar muito conflituoso, violência familiar e, nível económico muito baixo, famílias com elevado números de filhos.

A partir do momento que as crianças dão entrada no C.P.S.L.C, beneficiam de assistência médica e medicamentosa, refeição quente que muitas vezes não era garantido no seio familiar, matérias escolares, como forma de romper com o abandono escolar, acompanhamento psicológico e afectivas, dado que são crianças que muitas vezes são rompidas os laços afectivos no seio familiar, devido a práticas violentas no seio familiar, levando a comportamentos inadequados e a permanência nas ruas, sujeitando-se a riscos diversos.

Em relação a segunda hipótese deste estudo, de acordo com os dados foram confirmados, que as famílias destas crianças consideram a implementação dessa política do sistema de protecção como factor da melhoria das condições de vida das crianças/adolescentes, pois consideram que a instituição luta e defende os direitos das crianças, tentando atenuar os problemas que afectam as crianças, dado que estas crianças fazem parte de famílias na sua maioria monoparentais, sendo a mãe a principal chefe de família, com condições socioeconómicas precários, confrontados com contextos marcados pela pobreza, violência, e presença de drogas e álcool, o que acaba por influenciar a formação da personalidade das crianças, revelando comportamentos extremamente agressivos. As famílias reconhecem a importância dessa política do sistema de protecção na vida das suas crianças, uma vez que estas, passaram a adquirir regras fundamentais para a vivencia em sociedade, aspecto totalmente impossível sem a institucionalização, já que provém de famílias desestruturadas, chegando a própria família a firmar que caso contrario as suas crianças poderiam ter tornado em pequenos marginais. Decorrente dessa situação, constatamos que a figura paterna e muito ténue, o que contribui para um fraco relacionamento entre os progenitores e, essencialmente entre o progenitor pai-filhos, sendo assim as mães vêm-se obrigadas a assumirem todos os encargos familiares, o que leva, na maioria das vezes, a priorizarem a garantia do sustento dos filhos, em detrimento dos cuidados relativos a sua educação, saúde e protecção, e os filhos ficam abandonados a sua própria sorte.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Quanto a nossa pergunta de partida, podemos dizer que o Centro tem um impacto bastante positivo na vida destas crianças e nas próprias redes familiares, uma vez que devido a própria política do Centro, ela vem apostando fortemente no ensino aprendizagem destas crianças, ingressando-os no sistema de ensino, e na formação profissional, como forma de a médio e longo prazo garantiram as suas sustentabilidades económicas e possivelmente melhorarem as suas condições de vida, dado que as regras de estudo fazem-se sentir nestas instituições, nomeadamente através de acompanhamento no que respeita a assuntos escolares, apoios nos trabalhos, horários para estudar, uma vez que todas estas crianças tem um passado negativo em relação a escola, uma vez que não existiam regras de estudo, incentivo, acompanhamento, devido, a um total desinteresse por parte dos progenitores relativamente a esta questão.

A sinalização, intervenção e acompanhamento das situações familiares (por meio de visitas domiciliárias e de trabalhos desenvolvidos com a família a nível da informação e formação sobre problemáticas familiares e sociais e a nível das suas competências parentais, pessoais e sociais) ajudam a prevenir situações de perigo e consequentemente, de maus tratos ao mesmo tempo que contribuem para a capacitação da família, sua integração social e sua maior autonomização.

De realçar que, o Centro tem desempenhado um papel fundamental no estabelecimento de um corte com redes de pobreza, marginalidade e exclusão, procurando a reinserção social das criança/adolescentes em questão. O C.P.S.LC que funciona em regime semi – aberto tem procurado, apesar de tudo uma boa articulação com a instituição familiar, escolar ou laboral dos seus grupos alvos, pois acreditam que esta parece ser uma das mais promissoras vias para uma maior eficácia da reinserção social e familiar para estas crianças, constituindo-se uma rede de esforços que imprima ao mesmo tempo, mais consistência ao referido processo. Para isso é fundamental, não só a tomada de consciência da necessidade de actuação por parte de cada um dos agente/espacos de socialização das crianças, mas também a articulação de esforços no sentido de garantir uma verdadeira reinserção em rede que se vá de encontro na justa medida das necessidades das crianças/ adolescentes.

Posto isto, acreditamos que todos os objectivos foram alcançados, uma vez que, de acordo com os dados recolhidos, foi possível a comprovação prática dos objectivos que foram estipulados e apoiados por uma certa base teórica.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

A prática institucional tem como objectivo central o empowerment da criança e dos contextos em que se envolve, canalizando-o para o seu desenvolvimento adaptativo e bem estar-integral.

Bibliografia

ALMEIDA, A (2009). *Para uma sociologia da infância*: Lisboa: Editora: ICS.

BERNAIDI, D. (2010). *A voz das crianças em situação de abrigo*, Brasília, Editora copyright 2010.

BRITO, R. & Koller, S. H. (1999). *Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afectivo*. In A. Carvalho (Ed.), *O mundo social da criança: Natureza e cultura em acção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

CARONA, Carlos (2002). *A família como elo afectivo, o que torna uma família disfuncional*, In revista Bipolar, Ano V. nº 21, ADMD, Lisboa Portugal.

CRUZ, L. *Articulando as políticas públicas no campo da infância: implicações do abrigo* (2006): santa cruz do sul: Edunise.

DIAS, I. (2004). *Violência na família – uma abordagem sociológica*. Porto: Afrontamento.

Dicionário da língua portuguesa (1999), Editora: texto, 5ª edição.

DOPICO, J. (2000). *Intervenção psicopedagógicas nos menores, Galícia: conselheira de família e promoção de emprego, Mulher e juventude*.

FORMOSINHO, J. (2004). *A criança na sociedade contemporânea*: Lisboa: Editora Universidade Aberta.

GIL, António, C (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*, Brasil: São Paulo, Editora Atlas.

GIMENO, Adelina (2001). *A família o desafio da diversidade*, col. Epistemologia e sociedade, Lisboa Portugal: Instituto Piaget.

ICCA/UNICEF, (2011). *Análise de situação da criança e Adolescente em cabo verde*.

ICCA/UNICEF. 2011. *Análise de situação da criança e Adolescente em cabo verde*.

ICCA/UNICEF,(2009). *A Vulnerabilidade das Crianças em Cabo Verde*.

ICCA/UNICEF, (2009). *A Convenção dos Direitos das crianças*.

ICCA/MJEDRH, (2011). *Plano Estratégico para a Protecção da Criança e do Adolescente em Cabo Verde*.

LAMAS, Estela P.R. et al, (2002). *Contributo para uma metodologia mais cuidada*, Lisboa, Edições Piaget.

LEANDRO, M (2001) *sociologia da família nas sociedades contemporânea*: Lisboa: Editora: Universidade Aberta.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

LIMA, R & Bordonaro, L (2011). *A gestão das crianças em situação de rua e o surgimento do Estado Serviço Social em Cabo Verde*, In Muller, *crianças dos países de língua Portuguesa*.

MAGALHÃES, T (2002). *Maus tratos em crianças e jovens*. Coimbra: Quarteto.

MARTINS (2006). *Maus tratos a criança: o perfil de um problema*. Braga.

MORAIS, A. (2001). A violência no seio da família e seus efeitos no desenvolvimento e vida da criança, In Direito e Cidadania, Ano III. Nº 10/11, Praia Cabo -Verde. (P 115-121).

MICHEL, Maria (2005). *Metodologia e pesquisa em ciências sociais. Um guião prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos*. São Paulo: Atlas.

Ministério da Saúde, (2009/10). *Relatório Estatístico*. Cabo Verde.

NEWCOMB. (1990). *Social support and personal characteristics: A developmental and o interactional perspective*. *Journal of Social and Clinical Psychology* (9) 54-68.

Plano Estratégico do Ministério da Justiça 2006 - 2011. Cabo Verde.

Programa do Governo para a VII Legislatura 2006 – 2011. Cabo Verde.

QUIVY,R. Campenhoudt (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

RODRIGUES, C & LOPES,C (2008). *Protecção Social. Economia Informal e Exclusão Social* nos Palop. Portugal: Principia.

RIZZINI, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios presentes*: Rio de Janeiro: Editora da PUCRJ.

SANDOMINGO, J. (2000). *Centros de menores de ontem e hoje*. Santiago de Compostela: Xunta de Galícia.

SIQUEIRA, A e Dell Aglio, D. (2006). *O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura*. Psicologia & Sociedade.

ZURITA, J & Fernández del Vale, J (1996). *Residencial para crianças*: Barcelona: Editora: Masson.

ZURITA, J & Fernández del Vale, J (2000). *O acolhimento institucional para a protecção da infância*, Madrid: Editora Pirâmide.

Endereços Electrónicos

ALINE CAPELLI VARGAS & DANIELA REGIMA DA SILVA. A família na actualidade (2008) [em linha] Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/31280515/A-FAMILIA-NA-ATUALIDADE>. [consultado em: 09 Julho 2012].

Dissertação de mestrado Marlene Schusseler D'arroz (2008), Concepções de cuidados familiar na visão de adolescentes abrigados, das suas famílias e educadores de uma ONG [em

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia. [linha], disponível <http://ptscribd.com/dc/54594583/5/pensando-A-Familia-Contemporanea>. [consultado em 23 Agosto 2012].

Elisângela Maria Machado Prata; Manoel António dos Santos (2007) Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros [em

linha], disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722007000200005&script=sci_arttext.

Integração Social [em linha], disponível em [http:// www.infopedia.pt/\\$integracao-social](http://www.infopedia.pt/$integracao-social). [consultado em 2 Julho 2012].

MANUELA FERREIRA, PAULA BATISTA NELAS S/d ADOLESCÊNCIAS... ADOLESCENTES... [em linha], disponível: <http://www.ipv.pt/millennium32/11.pdf>. [consultado em 07 Julho 2012].

MARIA Auxiliadora Dessen & Ana Costa Polónia (2007), A família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. [em linha], disponível em www.scielo.br/paideia. [consultado em 15 Julho 2012].

Neves, E. B. e Domingues, C.A (2007), Manual de metodologia de pesquisa científica, [em linha], disponível em: http://www.esqex.ensino.eb.br/equitação/imagens/pdf/pós_graduação/material_didático. [consultado em: 20 Julho 2012].

GOMES, M & Pereira, M (2005), Famílias em situa;ão de vulnerabilidades: uma questão de políticas públicas. [em linha], disponível em www.scielo.br/pdf/csc/V10n2/a_13V10n2.pdf. [consultado em 12 Julho 2012].

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

A. Apêndices ou anexos

A.1 Tabela dos dados Sócio Demográficos da Criança.

Sexo do inquirido

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Masculino	18	69,2	69,2	69,2
	Feminino	8	30,8	30,8	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

Idade do inquirido

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	9 -11	4	15,4	15,4	15,4
	12 -14	15	57,7	57,7	73,1
	15 -17	7	26,9	26,9	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

Situação dos pais do inquirido

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Pai ausente	13	50,0	50,0	50,0
	Pai desconhecido	3	11,5	11,5	61,5
	Pai falecido	1	3,8	3,8	65,4
	Pai internado para tratamento	1	3,8	3,8	69,2
	Pai alcoólatra ou usuário de outras drogas	5	19,2	19,2	88,5
	Mãe ausente	1	3,8	3,8	92,3
	Mãe falecida	1	3,8	3,8	96,2
	Mãe internada para tratamento	1	3,8	3,8	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Habilitação literária do inquirido

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Ensino basico completo	1	3,8	3,8	3,8
	Ensino basico incompleto	15	57,7	57,7	61,5
	Ensino secundario completo	1	3,8	3,8	65,4
	Ensino secundario incompleto	8	30,8	30,8	96,2
	6	1	3,8	3,8	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

Com quem vive o inquirido

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Pais	5	19,2	19,2	19,2
	Mãe	15	57,7	57,7	76,9
	Pai	2	7,7	7,7	84,6
	Avós	4	15,4	15,4	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

A.1 Tabela dos dados Sócio Demográficos da Família.

Idade do inquirido

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	18 -23	1	3,8	3,8	3,8
	24 -28	4	15,4	15,4	19,2
	29 -33	3	11,5	11,5	30,8
	34 -38	2	7,7	7,7	38,5
	39 -43	7	26,9	26,9	65,4
	44 -48	6	23,1	23,1	88,5
	49 -53	1	3,8	3,8	92,3
	54 -58	2	7,7	7,7	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Habilitação literária do inquirido

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Ensino básico completo	19	73,1	73,1	73,1
	Ensino básico incompleto	1	3,8	3,8	76,9
	Ensino secundário completo	3	11,5	11,5	88,5
	Ensino secundário incompleto	3	11,5	11,5	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

Estado civil do inquirido

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Solteiro/a	17	65,4	65,4	65,4
	Casado/a	1	3,8	3,8	69,2
	União de facto	8	30,8	30,8	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

A.1 Situação das famílias com crianças institucionalizada

A casa possui luz eléctrica

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Sim	9	34,6	34,6	34,6
	Não	17	65,4	65,4	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

Nº do agregado familiar empregado

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	0	7	26,9	26,9	26,9
	1	14	53,8	53,8	80,8
	2 -4	5	19,2	19,2	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

Conservação da casa do inquirido

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Boa	2	7,7	7,7	7,7
	Razoável	10	38,5	38,5	46,2
	Péssima	14	53,8	53,8	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

Qual a principal fonte de rendimento familiar do inquirido

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Salário	12	46,2	46,2	46,2
	Pensão	4	15,4	15,4	61,5
	Outro	10	38,5	38,5	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

Quantas crianças o inquirido tem institucionalizado no centro

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	1 -3	19	73,1	73,1	73,1
	4-6	7	26,9	26,9	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

Como soube da existência do centro protecção social Lém cachorro

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Conhecido/a	7	26,9	26,9	26,9
	Amigo/a	7	26,9	26,9	53,8
	Vizinho/a	5	19,2	19,2	73,1
	Comunicação social	7	26,9	26,9	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

A casa possui casa de banho

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Sim	10	38,5	38,5	38,5
	Não	16	61,5	61,5	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

A.1 Mudanças com a institucionalização das crianças

Tens conhecimento das acções realizadas pelo C.P.S.L.C

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Sim	19	73,1	73,1	73,1
	Não	7	26,9	26,9	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

Consideras que as acções desenvolvidas pelo centro contribuem para a melhoria das condições de vida do teu filho/a

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	sim	26	100,0	100,0	100,0

Como era o comportamento do seu filho antes da sua institucionalização no C.P.S.L.C

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Bom	6	23,1	23,1	23,1
	Muito bom	1	3,8	3,8	26,9
	Suficiente	10	38,5	38,5	65,4
	Mau	5	19,2	19,2	84,6
	Muito mau	4	15,4	15,4	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

Depois da sua institucionalização no C.P.S. L.C, como passou a ser o seu comportamento

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Bom	17	65,4	65,4	65,4
	Muito bom	2	7,7	7,7	73,1
	Suficiente	7	26,9	26,9	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

Para além da institucionalização do seu filho no C.P.S.L.C, em que circunstância houve a intervenção do centro na própria vida familiar da criança

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid Atendimento psicológico a família	3	11,5	11,5	11,5
Reabilitação da habitação	1	3,8	3,8	15,4
Auxilio alimentação/cesta básica	9	34,6	34,6	50,0
Acompanhamento por serviço de assistência social do centro	13	50,0	50,0	100,0
Total	26	100,0	100,0	

Antes da institucionalização do seu filho ele estava integrado no sistema de ensino

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid Sim	18	69,2	69,2	69,2
Não	8	30,8	30,8	100,0
Total	26	100,0	100,0	

Se não, qual o motivo da sua não integração no sistema de ensino

	Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid falta de recursos por parte da família	2	7,7	18,2	18,2
comportamento desviante	7	26,9	63,6	81,8
insucesso escolar	2	7,7	18,2	100,0
Total	11	42,3	100,0	
Missing System	15	57,7		
Total	26	100,0		

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

A.1 situação das crianças antes e depois da sua institucionalização no C.P.S.L.C.

Tempo de institucionalização do inquirido

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	1 a 2 anos	14	53,8	53,8	53,8
	3 a 4 anos	9	34,6	34,6	88,5
	5 anos ou mais	3	11,5	11,5	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

Gostas de estar no centro

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	sim	26	100,0	100,0	100,0

Como sentes no Centro

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Satisfeito	8	30,8	30,8	30,8
	Bem	18	69,2	69,2	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

Gostas das actividades realizadas no centro

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	sim	26	100,0	100,0	100,0

Actividades realizadas no centro pelo inquirido

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Animação recreativa, cultural e desportiva	19	73,1	73,1	73,1
	Actividades formativas	5	19,2	19,2	92,3
	Artesanato	2	7,7	7,7	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Desde que começaste a frequentar o centro, o que mudou na sua vida

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Aproveitamento escolar	17	65,4	65,4	65,4
	Mudança de comportamento	7	26,9	26,9	92,3
	Relacionamento familiar	2	7,7	7,7	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

Comportamento do inquirido depois da institucionalização no centro

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Muito bom	16	61,5	61,5	61,5
	Bom	8	30,8	30,8	92,3
	Suficiente	1	3,8	3,8	96,2
	Mau	1	3,8	3,8	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

Como era o seu comportamento antes da institucionalização do inquirido

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Muito bom	6	23,1	23,1	23,1
	Bom	5	19,2	19,2	42,3
	Suficiente	3	11,5	11,5	53,8
	Mau	11	42,3	42,3	96,2
	Muito mau	1	3,8	3,8	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

Sofrias algum tipo de maus tratos por parte da sua família

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	sim	9	34,6	34,6	34,6
	não	17	65,4	65,4	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

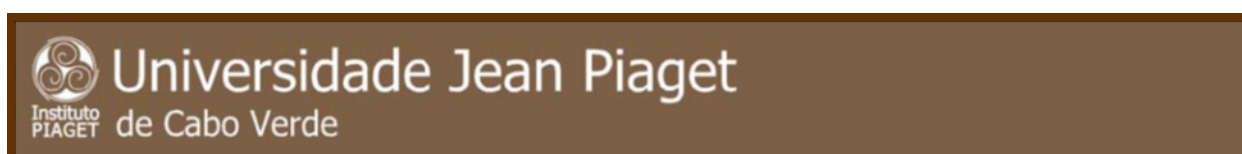
Se sim por parte de quem

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Mãe	3	11,5	33,3	33,3
	Pai	5	19,2	55,6	88,9
	Padrasto	1	3,8	11,1	100,0
	Total	9	34,6	100,0	
Missing	System	17	65,4		
Total		26	100,0		

Programas/serviços oferecidos pelo centro ao inquirido

		Frequency	Percent	ValidPercent	CumulativePercent
Valid	Atendimento psicológico	9	34,6	34,6	34,6
	Tratamento de saúde	3	11,5	11,5	46,2
	Garantia das matrículas e matérias escolares	13	50,0	50,0	96,2
	Integração na formação profissionalizante	1	3,8	3,8	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

A.1 Questionários



Inquérito por questionário:

O presente inquérito é parte integrante da monografia intitulada “ processo de institucionalização das crianças no C.P.S.L.C, uma resposta do sistema de protecção a violação dos direitos das crianças”, inserida no âmbito do curso de licenciatura em serviço social realizada pela universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

A realização deste inquérito vem no intuito de recolher as informações e opiniões sobre o impacto da institucionalização das crianças no C.P.S.L.C, na melhoria das suas condições de vida, e suas respectivas famílias.

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.

Considerando que a sua colaboração é indispensável para a realização deste estudo, agradecemos que responda com sinceridade a todas as questões formuladas, uma vez que as respostas serão unicamente utilizados para fins académicos, preservando assim, a confidencialidade das mesmas.

Inquérito dirigida as famílias com crianças institucionalizadas no C.P.S.L.C do ICCA.

1. Idade

18-23 () 23 – 28 () 28 - 33 () 33 - 38 () 38 - 43() 43 - 48 () 48-53 () 58 – 63 ().
63 – 68 () 68 – 73 ().

2. Habilitações literárias

Ensino básico incompleto () Ensino básico completo ensino () secundário

Completo () Ensino secundário incompleto () licenciatura () bacharelato ()

Mestrado ().

3. Estado Civil

Solteiro/a () casado/a () união de facto () divorciado/a () viúvo/a ().

4. Se és casado/divorciado/ou vives em união de facto, qual é a relação entre tu e o teu parceiro?

Estreita () Conflituosa () Afectuosa () Outro?_____.

5. Situação económica

Assalariado () Desempregado () Reformado/a () Pensionista () Empregada doméstica ()
Vendedeira () Peixeira () outros (), Qual?

6. Situação habitacional

Cedida _____ Própria _____ Alugada _____ 7.A

7. casa possui

Casa de banho: sim () Não ()

Água canalizada: Sim () Não ()

Instalação eléctrica: Sim () Não ()

Conservação: boa _____ razoável _____ péssima _____.

8. Qual é o número do seu agregado familiar?

1-4 () 5-8 () 9-12 () 13-16 ().

9. Quem é o chefe da família?

Pai () Mãe () Outros ()

10. Quantas pessoas da vossa família estão empregadas?

11. Qual a principal fonte do rendimento da sua família?

[] 1. salário

[] 2. pensão

[] 3. outra, indique?_____.

12. Qual o rendimento mensal da sua família?

[] 1. 5 – 10.000 cve.

[] 2. 11 – 15.000 cve.

[] 3. 15 – 20.0000 cve.

[] 4. 21.000 – 25.000 cve.

[] 5. 25.000 -30.000 cve.

[] 6. superior a 50.000 cve

13. Como soube da existência do C.P.S.L.C?

Conhecida/o () Amiga () Vizinha () comunicação social () outros () quem?

14. Quantas crianças têm institucionalizado no C.P.S.L.C do ICCA?

15. Conheces os trabalhos realizados pelo C.P.S.LC? Quais?

Sim ☐

Não ☐

Se sim, quais?_____.

Se não, porque?_____.

16. Qual o motivo que levou o seu filho(a) a ser institucionalizado no C.P.S.L.C?

Abandono ☐ Abuso sexual ☐ Negligencia ☐ Orfandade ☐ Maus tratos
☐ Carência económica ☐

17. Consideras que as acções desenvolvidas pelo C.P.S.L.C, tem contribuído para a melhoria das condições de vida do teu filho (as)

Sim ☐

Não ☐

18. . Em que aspecto a vida do seu filho(a) melhorou depois da sua institucionalização no C.P.S.L.C?

Aproveitamento escolar ☐ Mudanças de comportamento ☐ Melhoria das condições de saúde ☐ Relacionamento familiar ☐ .

Outro?_____. Qual?_____.

19. Como era o comportamento do seu filho, antes da sua institucionalização no C.P.S.L.C do ICCA?

Bom ☐ Muito bom ☐ Suficiente ☐ Mau ☐ Muito mau ☐

20. E depois da sua institucionalização no C.P.S.L.C como passou a ser comportamento do seu filho?

Bom ☐ Muito bom ☐ Suficiente ☐ Mau ☐ Muito mau ☐

21. O seu filho fazia parte de algum grupo de delinquência?

Sim ☐

Não ☐

Obs.: se a sua resposta for não, passar automaticamente para a questão 24.

22. Depois da sua institucionalização no C.P.S.L.C, ele deixou de fazer parte destes grupos?

Sim ☐

Não ☐

23. Antes da institucionalização do seu filho no C.P.S.L.C, ele estava integrado no sistema de ensino?

Obs.: Se a sua resposta for sim, passar automaticamente para a questão 26.

Sim ☐

Não ☐

24. Se não qual foi o motivo, da sua não integração no sistema de ensino?

Falta de matérias escolares ☐ Falta de recursos por parte da família ☐

Comportamento desviante do filho ☐ Insucesso escolar ☐

Outro?_____.

25. Antes da institucionalização do seu filho no C.P.S.L.C, como era o seu aproveitamento escolar?

Bom ☐

Suficiente ☐

Muito bom ☐

Insuficiente ☐

26. Depois da institucionalização do seu filho no C.P.S.L.C, como passou a ser o seu aproveitamento escolar?

Bom ☐

Suficiente ☐

Muito bom ☐

Insuficiente ☐

Programas/ Serviços de Assistência Social, oferecidos à família:

27. Para além da institucionalização do seu filho no C.P.S.L.C, em que circunstância houve a intervenção do centro na própria vida familiar destas crianças?

Atendimento Psicológico à família ☐ Tratamento de Saúde ☐ Reabilitação da habitação

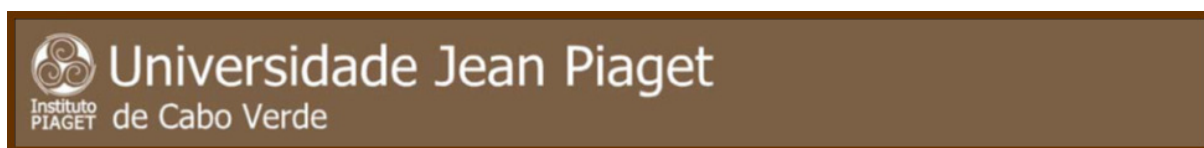
☐ Auxílio Alimentação/ Cesta Básica ☐ Encaminhamento para outras instituições de

empoderamento da família ☐ Acompanhamento por Serviço de Assistência Social do Centro

☐ Outros ☐..

Muito obrigada pela sua colaboração!

A.1 Questionário para crianças



Inquérito por questionário:

O presente inquérito é parte integrante da monografia intitulada “ processo de institucionalização das crianças no C.P.S.L.C, uma resposta do sistema de protecção a violação dos direitos das crianças”, inserida no âmbito do curso de licenciatura em serviço social realizada pela universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

A realização deste inquérito vem no intuito de recolher as informações e opiniões sobre o impacto da institucionalização das crianças no C.P.S.L.C, na melhoria das suas condições de vida, e suas respectivas famílias.

Considerando que a sua colaboração é indispensável para a realização deste estudo, agradecemos que responda com sinceridade a todas as questões formuladas, uma vez que as respostas serão unicamente utilizados para fins académicos, preservando assim, a confidencialidade das mesmas.

Inquérito dirigido as **crianças e adolescentes** institucionalizadas no centro protecção social Lém Cachorro.

Identificação da criança/Adolescente

1. Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐

2. Idade: _____

3. Nível de instrução:

EBI Completo ☐ EBI Incompleto ☐ Secundário Completo ☐
Secundário Incompleto ☐ Ensino médio completo ☐ Ensino médio incompleto ☐

Outros? _____ qual? _____.

4. Com quem vives?

País ☐ Mãe ☐ Pai ☐ Avós ☐ Madrasta ☐

Padrasto ☐

Outros? _____ Quem? _____

5. Situação dos pais:

Pai ausente ☐ Mãe ausente ☐ Pai desconhecido ☐ Pai falecido ☐ Mãe falecida ☐

Pai alcoólatra ou usuário de outras drogas ☐ Mãe alcoólatra ou usuária de outras drogas ☐

Pai internado para tratamento ☐ Mãe internada para tratamento ☐ Pai preso ☐ Mãe presa ☐ Pai na mendicância ☐ Mãe na mendicância ☐ Outros ☐.

6. Tempo de institucionalização no C.P.S.L.C

Menos de 1 ano ☐ 1 a 2 anos ☐ 3 a 4 anos ☐ 5 Anos ou mais ☐

7. Gostas de estar no centro?

Sim ☐

Não ☐

8. Como sentes no centro?

Satisfeito ☐

Insatisfeito ☐

Bem ☐

Porquê? _____

9. Em que período do dia frequentas o centro?

Manhã ☐

Tarde ☐

10. Há quanto tempo estas no centro?

11. Motivo da institucionalização da criança no C.P.S.L.C

Abandono ☐ Abuso sexual ☐ Negligencia ☐ Orfandade ☐ Maus tratos
☐ Carência material ☐ Orfandade ☐.

12. Que tipo de actividades costuma realizar no centro?

13. Gostas das actividades realizadas no centro?

Sim ☐ Não ☐

Se sim Porquê?_____.

Se não porquê?_____.

14. Desde que começaste a frequentar o centro, alguma coisa melhorou na sua vida?

Sim ☐ Não ☐

15. O que mudou?_____.

16. Porquê?_____.

17. Como era o seu comportamento, antes da sua institucionalização no C.P.S.L.C do ICCA?

Bom ☐ Muito bom ☐ Suficiente ☐ Mau ☐ Muito mau ☐

18. E depois da sua institucionalização no C.P.S.L.C como avalias o seu comportamento?

Bom ☐ Muito bom ☐ Suficiente ☐ Mal ☐ Muito mal ☐

19. Sofrias algum tipo de maus tratos por parte da sua família?

Sim ☐

Não ☐

20. Se sim por parte de quem?

País ☐ Mãe ☐ Pai ☐ Avós ☐ Madrasta ☐
Padrasto ☐

A institucionalização das crianças e Adolescentes no Centro de Protecção Social Lém Cachorro-Uma resposta do Sistema de Protecção a violação dos direitos da criança na cidade da Praia.
Outros?_____ Quem?_____.

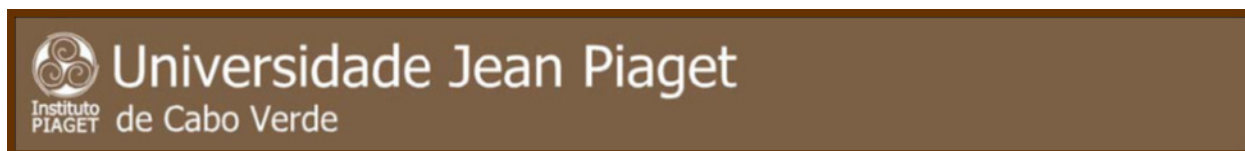
21. Depois da sua institucionalização no C.P.S.L.C do ICCA, como foi o seu aproveitamento escolar?

Bom ☐ Suficiente ☐ Muito bom ☐ Insuficiente ☐

22. Programas/Serviços Assistenciais oferecidos pelo Centro:

Atendimento Psicológico ☐ Tratamento de Saúde ☐ Garantia das matrículas escolares ☐ Integração na formação profissionalizante ☐ Outros ☐ .

A.1 Guião de Entrevista



Guião de entrevista:

O presente guião de entrevista é parte integrante da monografia intitulada “ processo de institucionalização das crianças no Centro Protecção Lém Cachorro/ICCA, uma resposta do sistema de protecção a violação dos direitos das crianças”, inserida no âmbito do curso de licenciatura em serviço social realizada pela universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

A realização desta entrevista vem no intuito de recolher as informações e opiniões sobre o impacto da institucionalização das crianças no Centro Protecção Social Lém Cachorro/ICCA, na melhoria das suas condições de vida, e suas respectivas famílias.

Considerando que a sua colaboração é indispensável para a realização deste estudo, agradecemos que responda com sinceridade a todas as questões formuladas, uma vez que as

respostas serão unicamente utilizados para fins académicos, preservando assim, a confidencialidade das mesmas. Entrevista dirigida a coordenadora do C.P.S.L.C/ICCA

Roteio das perguntas

1. Como as crianças dão entrada no C.P.S.L.C?
2. Qual a política do centro, face a intervenção junto as crianças/adolescentes?
3. Quais os principais problemas enfrentados por estas crianças no seio familiar?
4. Qual a intervenção do C.P.S.L.C, face a estes problemas enfrentado por estas crianças?
5. Quais das acções desenvolvidas o C.P.S.L.C, tem mais apostado como sendo factor propiciador para a melhoria das condições de vida das crianças institucionalizadas? Porquê?
6. Consideras que as acções desenvolvidas pelo C.P.S.L.C têm contribuído na melhoria das condições de vida dessas crianças face aos seus problemas familiares? Como?
7. Qual a intervenção do C.P.S.L.C junto das famílias com as crianças institucionalizadas? Porque?
8. Que tipo de acções o centro tem realizado para com as famílias do seu publico-alvo?
9. Consideras que a actuação do C.P.S.L.C em prol da protecção social e familiar das crianças tem contribuído na melhoria das condições de vida das crianças e suas respectivas famílias? Porquê?
10. Na sua opinião como será o processo de adaptação/integração das crianças no C.P.S.L.C do ICCA? (fácil, não muito fácil, nem difícil nem fácil, muito difícil) porque?

Muito obrigado pela sua colaboração!

Eulécia Priscila Cardoso Alves.